

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

LARISSA DE ALCANTARA VIANA

DA CONQUISTA À RESISTÊNCIA:
COPA DO MUNDO, MORADIA, REMOÇÕES E MOVIMENTOS
SOCIAIS EM FORTALEZA-CE

São Paulo

2015

LARISSA DE ALCANTARA VIANA

DA CONQUISTA À RESISTÊNCIA:

COPA DO MUNDO, MORADIA, REMOÇÕES E MOVIMENTOS
SOCIAIS EM FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO
ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA
DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa

São Paulo 21 de agosto de 2015

SÃO PAULO

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTORA: larissa.aviana@gmail.com

V614d Viana, Larissa de Alcantara
Da conquista à resistência: Copa do Mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza-CE / Larissa de Alcantara Viana. --São Paulo, 2015.
206 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.

Orientadora: Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

1.Copa do Mundo, 2014 – Fortaleza (CE) 2.Habitação
3.Movimentos sociais urbanos 4.Remoções – Fortaleza (CE)
I.Título

CDU 304.36:71158

Nome: VIANA, Larissa de Alcantara

Título: Da conquista à resistência: Copa do Mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza-CE

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Habitat.

Aprovada em: 26.06.2015

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Cruz Rufino

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
(Convidada)

Prof^a. Dr^a. Cibele Saliba Rizek

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
(Convidada)

Para as lutadoras e lutadores que resistem,
ocupam e constroem,
com quem aprendo todos os dias.

O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) desde julho de 2013.

Agradecimentos

Aos lutadores e lutadoras dos movimentos de moradia que resistem, ocupam e lutam por uma cidade mais democrática e justa. Sem o aprendizado que me é passado com suas histórias de luta e resistência esse trabalho não seria possível. A vocês meu especial agradecimento.

Aos meus pais que plantaram em mim a semente da solidariedade e da justiça social.

À professora e orientadora Camila D'Ottaviano, pela forma não autoritária de conduzir esse processo tão delicado, pelo grande aprendizado, dedicação e paciência com tantas angústias e inseguranças.

À Bia Rufino, professora, amiga, companheira, pelo cumprimento grandioso em todas essas funções, por todo conhecimento compartilhado da sala de aula à mesa de bar.

Às professoras Bia Rufino, Luciana Royer, Raquel Rolnik e Paula Santoro, e à colega Laisa Eleonora, com as quais muito aprendi durante o estágio PAE.

Aos funcionários e funcionárias da FAU Maranhão, em especial André e Isa, da secretaria da Pós-Graduação, pela atenção e presteza.

Ao Comitê Popular da Copa Fortaleza, por toda luta e resistência, em especial a Andrezim, por toda atenção e informações fundamentais.

Ao Comitê Popular da Copa SP, meu primeiro espaço de militância nessa nova jornada. Em especial a Nelsão, Dimitrios, Marina, Vanessa, Mateus, Juliana, Danilo, Iza, Ana, Talita, Tábata, Dito, Gerê, Elton, Elza, Celina, Piva, Priscilla, Zé, Milene, Diga, Toninha, Giva, Regina, Milena, Átila, Manuel, Raísa, Hasan, Sérgio, Renata e tantos outros e outras. Com vocês aprendi muito e quero seguir aprendendo e lutando.

Ao Dimitrios, companheiro incansável de vida e de luta, pelo apoio e paciência fundamental.

À Mônica, colega de verdade e inspiradora, pela revisão final e por me lembrar que é importante se alimentar bem e se manter viva apesar da dissertação.

Ao Adriano, amigo querido, pela disposição na confecção dos mapas.

Ao Sérgio, companheiro de militância, por conseguir expressar na capa todos meus sentimentos.

Aos amigos e amigas que são de lá e como eu estão por aqui: André, Thaísa, Valmir, Bia, Xandinha, Xavier, Claudinha, Haroldo, Raul, Bruna, Camila. E aos que aqui encontrei: Laura, Luiza, Ana Júlia, Lili, Gui, Laisa, Karina, Marina, Venessa, Hasan, Baltazar, Fepa, Mia, Alice, Maura. Meu muito obrigada pelo companheirismo e por toda troca de conhecimento. Sou muito feliz por ter (re)encontrado vocês com quem partilho os ideais de vida.

Um agradecimento especial à Natália, por ser uma amiga e companheira verdadeiramente solidária na casa e na vida.

Aos familiares, amigos e amigas que lá estão, em Fortaleza e no Cedro. Vocês são parte de mim.

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.

(Rosa Luxemburgo – 1871/1919)

RESUMO

VIANA, Larissa de Alcantara. **Da conquista à resistência:** Copa do Mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza-CE. 2015. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

Esse estudo tem como objetivo central compreender a atuação do Estado em relação à moradia e o processo de luta e resistência frente às remoções e ameaças de remoção da população pobre de Fortaleza, em dois diferentes períodos: décadas de 1970 e 1980, momento da industrialização e da consolidação dos movimentos sociais urbanos e sua atuação para conquistar moradia e bens de consumo coletivo; e na segunda década dos anos 2000, com o anúncio da Copa do Mundo FIFA 2014. O megaevento expôs as ações do Estado, a realidade das comunidades ameaçadas de remoção e o surgimento de um novo movimento social que questiona as violações do direito à cidade em decorrência da Copa.

Compreende-se que é em períodos de crescimento que se acirram as contradições, como será visto no decorrer do trabalho, ao analisar o período de desenvolvimento industrial, que atrelou política industrial à política habitacional, bem como o momento em que a cidade se prepara para sediar um megaevento com forte repercussão no mundo inteiro, o que gera grande visibilidade e, para isso, é necessário passar uma imagem de cidade em pleno desenvolvimento.

A dissertação aborda ainda os processo de espoliação urbana e espoliação via acumulação que atinge a população pobre de Fortaleza e, a partir disso, questiona-se, frente à constante atuação do Estado em beneficiar certos setores da sociedade e repetidamente remover para áreas periféricas da cidade a população pobre, a quem de fato serve esse modelo de cidade.

Palavras-chave: Copa do Mundo. Estado. Moradia. Movimentos sociais urbanos. Remoção.

ABSTRACT

VIANA, Larissa de Alcantara. **From the conquest to resistance:** World Cup, dwelling, removals and social movements in Fortaleza-CE. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

This study aimed understand the role of the State in relation to housing and the process of struggle and resistance against the removal and threats of removal of the poor population in Fortaleza, in two different periods: the 1970s and 1980s, moment of the industrialization and of the consolidation of urban social movements and its operations to achieve housing and goods of collective consumption; and in the second decade of the 2000s, with the announcement of the FIFA World Cup 2014. The mega event exposed the State's actions, the reality of threatened removal communities and the emergence of a new social movement that questions the violations of the right to the city due to the Cup.

It must be understood that is in periods of growth that the contradictions are intensified, as will be seen in the course of work, by analyzing the industrial development period, which binded industrial policy to the housing policy, and the time when the city prepares itself to host a mega event with strong repercussions worldwide, which creates great visibility and, therefore, it is necessary to present a city image in full development.

The dissertation also discusses the process of urban despoliation and despoliation by the buildup that reaches the poor people in Fortaleza and, from this, inquire, facing the constant action of the State to benefit certain sectors of the society and repeatedly evict the poor people to outlying areas of the city, who actually serves this city model.

Keywords: World Cup. State. Dwelling. Urban social movements. Removal.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – p. 41

Localização das favelas em Fortaleza no ano de 1973.

FIGURA 02 – p. 77

Áreas propostas para os Nucleamentos Habitacionais de Desfavelados.

FIGURA 03 – p. 79

Imagem aérea do Conjunto Habitacional Lagamar, construído pelo PROAFA em Fortaleza.

FIGURA 04 – p. 87

Mutirões habitacionais construídos em Fortaleza e RMF.

FIGURA 05 – p. 104

Rua N, sem pavimentação e com precárias calçadas, situada no entorno da Arena Castelão. Observar Arena Castelão ao fundo.

FIGURA 06 – p. 105

Arena Castelão: à esquerda Edifício Fares Cândido Lopes, anexo ao estádio, e à direita o Edifício e a Arena.

FIGURA 07 – p. 106

Comunidade próxima às margens do Rio Cocó no Mata Galinha à esquerda, e à direita comunidade próxima ao lixão desativado do Jangurussu.

FIGURA 08 – p. 109

Comunidade Titanzinho no bairro Serviluz.

FIGURA 09 – p. 110

À esquerda casas a serem removidas para implantação da futura praça Jardins da Praia, e à direita casas que serão removidas para alargamento da Avenida Zezé Diogo (em vermelho).

FIGURA 10 – p. 114

Situação da lotação do transporte público e das filas de espera.

FIGURA 11 – p. 114

Situação constante de engarrafamento e precariedade de calçadas e passeios.

FIGURA 12 – p. 121

Abandono das obras do VLT.

FIGURA 13 – p. 125

Traçado alternativo ao projeto oficial do VLT.

FIGURA 14 – p. 126

Traçado alternativo ao projeto oficial do VLT.

FIGURA 15 – p. 129

Ato organizado entre o CPC, MLDM e os moradores diretamente atingidos.

FIGURA 16 – p. 132

Detalhe da relação CLVC, linha férrea e Aeroporto.

FIGURA 17 – p. 136

Comunidades localizadas às margens do trilho.

FIGURA 18 – p. 140

Carteirinha de identificação de moradores da Comunidade Alto da paz que compõe a corrente sindical de esquerda Unidade Classista.

FIGURA 19 – p. 142

Reintegração de Posse da Comunidade Alto da Paz.

FIGURA 20 – p. 143

Moradores da Comunidade Alto da Paz durante o I Encontro Nacional dos Atingidos – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos.

FIGURA 21 – p. 144

Área do extremo sul destinada à construção do CHCJ e Comuna 17 de abril localizada no terreno.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – p. 29

Mapa histórico com localização do Centro e Arraial Moura Brasil.

MAPA 02 – p. 31

Mapa histórico com localização do Centro, Arraial Moura Brasil e Jacarecanga.

MAPA 03 – p. 34

Localização das intervenções dos IAPs em Fortaleza e futura Região Metropolitana.

MAPA 04 – p. 37

Localização da intervenção FCP.

MAPA 05 – p. 43

Atual RMF e ano de integração dos municípios.

MAPA 06 – p. 49

Implementação de conjuntos do BNH na década de 1960.

MAPA 07 – p. 50

Implementação do Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó.

MAPA 08 – p. 51

Localização dos conjuntos construídos pelo BNH ao longo da década de 1970.

MAPA 09 – p. 54

Expansão histórica e territorial em Fortaleza.

MAPA 10 – p. 62

Expansão zona leste de Fortaleza.

MAPA 11 – p. 74

Localização Avenida José Bastos e Conjunto São Miguel.

MAPA 12 – p. 76

Atual terminal rodoviário e Conjunto Alvorada.

MAPA 13 – p. 78

Espacialização dos conjuntos habitacionais Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras.

MAPA 14 – p. 106

Espacialização da Arena Castelão, comunidade do Mata Galinha e aterro sanitário desativado do Jangurussu.

MAPA 15 – p. 108

Localização da comunidade Titanzinho no bairro Serviluz.

MAPA 16 – p. 111

Localização da comunidade Titanzinho no bairro Serviluz e área destinada à população atingida.

MAPA 17 – p. 113

Delimitação das SER de Fortaleza.

MAPA 18 – p. 116

Bairros Cais do Porto, Centro, Parangaba e Boa Vista/Castelão e o traçado do VLT.

MAPA 19 – p. 119

Localização Conjunto José Walter.

MAPA 20 – p. 131

Localização da CLVC.

MAPA 21 – p. 134

Localização da CLVC e do CHCJ.

MAPA 22 – p. 135

Localização da CJXXIII.

MAPA 23 – p. 138

Espacialização CJXXIII, Cidade 2000 e CHCJ.

MAPA 24 – p. 145

Traçado do VLT e local da construção do CHCJ.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – p. 33

Produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões em Fortaleza.

TABELA 02 – p. 35

Produção Nacional dos IAPs.

TABELA 03 – p. 38

Produção de casas e conjuntos da FCP, por estados, até 31 de dezembro de 1960.

TABELA 04 – p. 84

Casas previstas e concluídas no mutirão habitacional em Fortaleza.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC – Programa de Assistência às Comunidades Carentes
ALCE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares das Copa
APROCE – Associação das Prostitutas do Ceará
BNH – Banco Nacional de Habitação
BRT – *Bus Rapid Transit*
CAP – Comunidade Alto da Paz
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEC – Centro de Eventos do Ceará
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CHCJ – Conjunto Habitacional Cidade Jardim
CJXXIII – Comunidade João XXIII
CLVC – Comunidade Lauro Vieira Chaves
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COHAB – Companhias Habitacionais
COHAB-CE – Companhias Habitacionais do Ceará
COHAB-FOR – Companhias Habitacionais de Fortaleza
COI – Comitê Olímpico Internacional
CPC – Comitê Popular da Copa Fortaleza
CSU – Centro Social Urbano
CUFA – Central Única das Favelas
DNI – Departamento Nacional de Imigração
EIA-RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
FBFF – Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza
FCP – Fundação da Casa Popular
FDC – Fundo de Desenvolvimento do Estado do Ceará
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA – Federação Internacional de Futebol (do francês *Fédération Internationale de Football Association*)
FSSF – Fundação de Serviço Social de Fortaleza
HABITAFOR – Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes

IAPF – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários

IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos

IAPSE – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos

IAPTC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários de Transporte de Cargas

MLDM – Movimento de Luta em Defesa da Moradia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT03AouB – Metrô Trecho 03, casa Acima ou Baixo

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ORL – Organização Resistência Libertária

PLANDIRF – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza

PM – Polícia Militar

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PPP – Parceria Público Privada

PROAFA – Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RDC – Regime Diferenciado de Contratação

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEHAC – Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária

SEINFRA – Secretaria Estadual de Infraestrutura

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia

SER – Secretarias Executivas Regionais

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TMPF – Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1.....	26
1. URBANIZAÇÃO, CRESCIMENTO E MISÉRIA	27
1.1. Crescimento urbano e atuação do Estado	27
1.2. Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.....	42
1.2.1. Banco Nacional de Habitação (BNH) e periferização	46
1.2.2. Dinâmica de estruturação da RMF	52
1.3. A resposta ao problema de moradia	55
1.4. Da industrialização à precarização.....	59
CAPÍTULO 2	65
2. O CORO DOS EXCLUÍDOS	66
2.1. Programas de desfavelamento ou higienização social?.....	74
2.2. Pressão e participação dos movimentos sociais.....	79
2.2.1. As ações dos mutirões	81
2.2.2. Movimentos Sociais e Estado.....	88
2.3. A construção da mercadoria casa.....	90
2.4. As conquistas dos movimentos sociais e os impactos no tecido urbano	93
CAPÍTULO 3	95
3. A COPA DAS REMOÇÕES	96
3.1. O megaevento e o planejamento	97
3.2. A Copa “a toque de caixa”: celeridade de projetos e remoções em Fortaleza.....	102
3.3. As remoções vêm pelo mar e pelos trilhos.....	106
3.3.1. Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza – TMPF.....	107
3.3.2. Veículo Leve sobre Trilhos – VLT	111

3.4. O Comitê Popular da Copa Fortaleza – CPC.....	121
3.5. O seu chão é sagrado	130
3.5.1. Comunidade Lauro Vieira Chaves – CLVC	131
3.5.2. Comunidade João XXIII – CJXXIII.....	135
3.5.3. Comunidade Alto da Paz.....	139
3.5.4. Onde os pobres não têm vez.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
BIBLIOGRAFIA	158
ANEXOS	171
ANEXO A – ENTREVISTAS.....	172
ANEXO B – GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA ENTREVISTAS.....	197
ANEXO C – TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO	202
ANEXO D – Consulta realizada ao Comitê Popular da Copa Fortaleza pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, na época tendo como relatora a urbanista Prof ^a . Dr ^a . Raquel Rolnik.	203

INTRODUÇÃO

O título desse trabalho representa a atuação da população pobre da cidade de Fortaleza, no que se refere a suas lutas por moradia. Essa população, excluída de direitos básicos, há anos luta pelo direito à cidade. Essa luta se intensifica com a formação dos movimentos sociais urbanos na década de 1970 tendo, a partir daí, algumas conquistas. Posteriormente, passam por um processo de estagnação e, com o anúncio de Fortaleza como cidade sede da Copa do Mundo FIFA 2014, essas conquistas passam por ameaças, e a população, na iminência de um processo de remoção, volta a se organizar na forma de movimentos sociais no intuito de resistir e permanecer nos lugares que lutaram para conquistar no passado. Atualmente, as áreas em que a população removida ou ameaçada de remoção por conta do megaevento reside já são consolidadas, encontram-se bem providas de infraestrutura, os moradores geralmente encontram-se perto de seus locais de trabalho, além de que já existem laços estabelecidos com a vizinhança e seu entorno imediato.

De acordo com Kowarick (2000), os movimentos sociais, surgidos na década de 1970, oriundos do movimento operário e popular, lutaram contra a exploração do trabalho e a espoliação urbana. Nesse período, destaca-se o surgimento de vários outros movimentos, como o feminino e o de negros, que lutavam contra o preconceito sofrido há séculos, além de movimentos por acesso à terra, à moradia e bens de consumo coletivo.

Na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, localizada na região Nordeste do país, com população de 2.551.806¹, os movimentos sociais, segundo Borzachiello “(...) pleiteavam alterações quanto ao fornecimento ou instalações de certos serviços de infra-estrutura urbana para uma determinada área” (1992, p.10). Essas transformações eram encaradas pelos movimentos como processo de revisão e redefinição do espaço e do direito à cidade e à cidadania. Ainda de acordo com Borzachiello, os “(...) movimentos populares em Fortaleza não fogem aos mecanismos inexoráveis das relações de classes, em que o corolário é sempre dominantes/dominados, inerentes ao capitalismo”

¹ De acordo com IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230440&search=ceara|fortaleza>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

(1992, p.19). A questão da moradia era a mais reivindicada pelos movimentos sociais em Fortaleza. Esses movimentos aconteceram em menor escala quando se compara à atuação de movimentos de luta e resistência na cidade de São Paulo, por exemplo. Isso porque, nesse momento do surgimento dos movimentos sociais urbanos, o Ceará contava com um governo oligárquico, com características ainda de coronelismo, patrimonialismo e paternalismo, que mantém pressão na política estadual e contribui para que o movimento não tenha grandes avanços na organização das bases.

Em 2002, foi eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a presidência da República em 2003, sendo reeleito e tendo governado o país até 2010, elegendo sua sucessora, Dilma Rousseff, que preside o país desde 2011. Ainda durante a primeira gestão de Lula, os movimentos sociais foram, de certa forma, desmobilizados ou, pelo menos, neutralizados pelo governo, praticamente desaparecendo da agenda política. Segundo Chico de Oliveira (2010), dizia-se que em um sistema governado pela classe operária não se fazia necessária a atuação de movimentos sociais e/ou sindicais. Sindicalistas foram nomeados como ministros e também estiveram à frente de fundos de pensão das estatais. De acordo com Carlos Nelson Coutinho, houve “cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição” (2010, p.42).

Quando o Brasil foi anunciado como país que receberia a Copa do Mundo FIFA 2014, no dia 30 de outubro de 2007, estávamos no primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula. Anterior a isso, 2006 foi o ano do crescimento econômico do país e 2007 foi também o ano de aumento significativo de renda do brasileiro, considerado pela Fundação Getúlio Vargas como o “ano da classe média”². Com isso, o país passava uma imagem de conquistas e desenvolvimento e, para isso, nada mais eficaz do que sediar um megaevento com forte repercussão no mundo inteiro.

Porém, compreende-se que é no momento de crescimento que se aguçam as contradições e, apesar desse crescimento econômico, no que se refere aos

² Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=727:desigualdade-pesquisada-fgv-aponta-2007-como-o-ano-da-classe-media&catid=45&Itemid=204. Acesso em: 29 de julho de 2014.

direitos humanos, o Brasil não acompanha o mesmo ritmo de crescimento. Rolnik afirma que “coisas nada civilizadas ocorrem quando um país se prepara para esse tipo de evento, no campo dos direitos humanos” (2012, p. 09). No Brasil, isso ficou bastante aguçado e, no que se refere à moradia, estima-se que 250 mil pessoas foram removidas ou estão ameaçadas de remoção³ em todo o país. Em Fortaleza, de acordo com Marinho, Campagnani e Cosentino (2014), 20 mil pessoas estão ameaçadas de remoção.

Para combater, questionar, denunciar, reverter as violações dos direitos humanos cometidas e justificadas em função deste megaevento, entre 2010 e 2011 foram criados os Comitês Populares da Copa que tratam-se de articulações de movimentos sociais no campo da esquerda, de pensamento anticapitalista, que estiveram presentes nas doze cidades-sede e constituem a Articulação Nacional dos Comitês Popular das Copa (ANCOP). O Comitê Popular da Copa Fortaleza resistiu às fortes pressões e lutou para conseguir o direito da população permanecer nas casas que há anos habitam, locais de valor sentimental e também de investimento financeiro por parte da população ali residente.

O objeto central da pesquisa foi compreender a atuação do Estado em relação à moradia e o processo de luta e resistência frente às remoções e ameaças de remoção da população pobre de Fortaleza, em dois diferentes períodos: décadas de 1970 e 1980, momento da industrialização e da consolidação dos movimentos sociais urbanos na cidade, e o período Copa do Mundo FIFA 2014, a partir de 2009, quando Fortaleza foi eleita cidade-sede.

Para isso, faz-se necessário o entendimento de como, em nome do “desenvolvimentismo”, a partir do processo de industrialização, o Estado atua removendo para as periferias da cidade a população pobre. Frente a essas ações, são expostas as batalhas dos movimentos sociais surgidos na década de 1970 para questionar e lutar pelo direito e acesso à moradia digna.

Focado na compreensão do objetivo central, o trabalho está estruturado em três partes, sendo essas necessárias para que se perceba o processo de

³ Dados da ANCOP. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=647:nota-daancop-sobre-processos-de-remo%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 02 de agosto de 2014.

atuação do Estado quanto às remoções e a articulação dos movimentos para viabilizar a luta e resistência da população.

As duas primeiras partes fazem uma sintética recapitulação histórica a partir da década de 1930, focando nas décadas do desenvolvimento industrial atrelado à política habitacional, nos anos de 1970 e 1980. Já o terceiro momento traz à tona a realidade dos últimos anos, em especial a década de 2010, com as ações em função da realização do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014 em Fortaleza.

No Capítulo 1, faz-se uma breve retrospectiva do processo de imigração que aconteceu a partir das secas e consolidação do latifúndio no interior do Ceará, passando pelas formas de atuação do Estado quanto às questões habitacionais e chegando ao processo de industrialização com a consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza e, novamente, as ações do Estado, que atrelou política industrial à política habitacional.

Na sequência, no capítulo 2, traz-se a realidade da situação de miséria da população, em especial nas décadas de 1970 e 1980, junto às ações dos movimentos sociais, que questionavam os direitos da população de acesso à moradia e bens de consumo coletivo.

O terceiro e último capítulo mostra a realidade de remoções e ameaça de remoção sofridas pela população pobre em função do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014, a forma como os governos estadual e municipal efetuaram essas remoções, além das violações dos direitos humanos sofridas em decorrência do megaevento. Aborda ainda a atuação do Comitê Popular da Copa Fortaleza que, junto à população removida, atuou lutando e questionando os direitos violados.

Por fim, nas Considerações Finais, discute-se a forma de atuação do Estado, em diferentes períodos, mas que mantém a característica comum de sempre remover para as franjas periféricas os moradores pobres e como esse processo se repetiu com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Fortaleza, uma vez que, justificado pelo megaevento, o Estado acelerou projetos já existentes, repetindo sua lógica de remoção. A partir da retomada

dos conceitos de espoliação urbana e condições gerais de Kowarick e da utilização do conceito de acumulação via espoliação de Harvey, questiona-se a cidade enquanto mercadoria a ser vendida e comprada e a quem serve esse modelo de cidade.

CAPÍTULO 1

URBANIZAÇÃO, CRESCIMENTO E MISÉRIA



Fonte desconhecida.

[...] Se a gente deixar Creonte jogar calmamente essa mulher na rua, o despejado amanhã pode ser você. Você. Você. [...] Ninguém pode viver num lugar pelo qual pagou mais do que devia e estar dependendo da simpatia de um cidadão pra conseguir morar tranquilo. Não. O seu chão é sagrado. Lá você dorme, lá você desperta, pode andar nu, cagar de porta aberta, lá você pode rir, ficar calado, lá você pode tanto querer bem quanto querer mal a qualquer mortal. Você é Papa, Rei, Deus, General, sem ter que depender de “Seu” ninguém. E, já que todo mundo quer falar com Creonte sobre essa prestação que nunca acaba, porque não, então, ir logo lá de uma vez pra matar os dois assuntos? Vamos [...]

(Chico Buarque e Paulo Pontes, Gota d’água, 1977)

1. URBANIZAÇÃO, CRESCIMENTO E MISÉRIA

Com a intensa migração ocorrida do interior do estado do Ceará para sua capital, Fortaleza, especialmente a partir da década de 1930, o núcleo central, com desenho ortogonal, conforme o projeto de Adolfo Herbster, traçado em 1888, não acomodou a crescente população migrante vinda das cidades e da zona rural do interior do estado. É a partir desse momento e, com intensificação a partir da década de 1950, que a cidade passa a se expandir e que, através de ações estatais, vai se formando o processo de segregação socioespacial, como será desenvolvido a seguir.

1.1. Crescimento urbano e atuação do Estado

Com a seca que atingiu a população sertaneja cearense, ainda no ano de 1915, os governos estadual e federal ergueram “campos de concentração” ou “currais”, locais conhecidos por, através de promessas de trabalho, acomodação, alimentação e saúde, atrair e aprisionar a população flagelada⁴ e faminta, vítimas da seca que assolava o estado. Foram sete⁵ os “campos de concentração” espalhados pelos municípios de Ipu, Quixeramobim, Cariús, Buriti, Crato, Senador Pompeu e, posteriormente, Fortaleza. Os primeiros “campos de concentração” foram montados em cidades do interior, próximas às ferrovias que cortavam o estado, com o objetivo de evitar que os retirantes alcançassem Fortaleza e levassem para a capital a realidade de caos, miséria e doenças. Foi ainda nesse período que se formou o primeiro “campo de concentração” de Fortaleza, no Alagadiço, localizado a oeste, nos arredores da cidade, onde o poder público concentrava os flagelados que eram mantidos nessa área cercada por arame farpado, sob a vigilância de soldados que vigiavam e controlavam a saída dos retirantes. Nesses “campos de concentração” milhares de pessoas ficavam abrigadas em barracos, encurraladas até morrer de fome ou de doença.

A segregação dos miseráveis era lei, mas chegou um momento em que o flagelo em massa era tão chocante, com uma média de 150 mortes diárias, que o governo do Estado ordenou, em 18 de dezembro 1915, como contam os arquivos dos jornais da

⁴ O termo flagelado é utilizado aqui para se referir a pessoas em péssimas condições de vida.

⁵ Disponível em: <http://www.defato.com/noticias/44/holocausto-da-seca>, de 14.05.2012. Acesso em: 04 abril 2014.

época, a dispersão dos flagelados, ou ‘molambudos’, como eram também conhecidos (GUIA DO ESTUDANTE, 2005)⁶.

Posteriormente, em 1932, outra grande seca assolou o estado e a população do interior, além de castigada pela seca, foi também vítima da consolidação do latifúndio e do fortalecimento da “indústria da seca”:

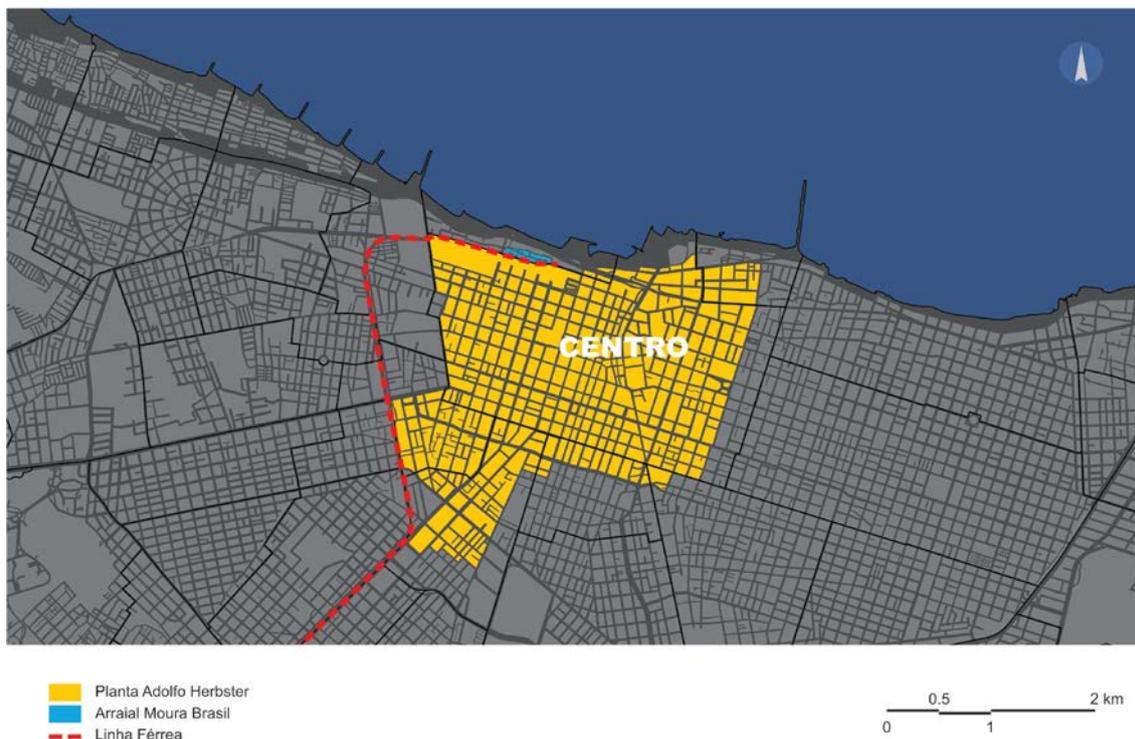
Como se convencionou chamar a ajuda do poder federal às oligarquias nordestinas – diante das ameaças de saques e violência das legiões de famintos, os grandes proprietários de terra sempre chantagearam o governo federal, principalmente a partir dos anos 1930, alocando recursos para a região que na maioria das vezes acabavam se revertendo em benefício das próprias elites (GUIA DO ESTUDANTE, 2005)⁷.

Foi nesse período que a população sertaneja voltou a migrar para a capital e o poder público, na tentativa de controlar o fluxo migratório, recebia os flagelados na estação João Felipe, no centro da cidade, e os colocava no bairro Arraial Moura Brasil, a oeste da cidade, adjacente ao Centro, sendo os dois bairros inclusive separados pela linha férrea (mapa 01). O Arraial Moura Brasil, outro “campo de concentração” ou “curral”, chegou a ter 1800⁸ presos e era cercado com varas e arame farpado e vigiado por soldados que controlavam os retirantes no local e os impediam de sair do perímetro permitido pelo poder público.

⁶ Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/ceara-campos-seca-434018.shtml>, de 01.02.2005. Acesso em: 06 maio 2012.

⁷ Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/ceara-campos-seca-434018.shtml>, de 01.02.2005. Acesso em: 06 maio 2012.

⁸ Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/57/mais-crueis-que-a-seca>, de 04.04.2013. Acesso em: 08 março 2014.



Mapa 01: mapa histórico com localização do Centro e Arraial Moura Brasil.
 Fonte: elaboração própria (2015) a partir de PMF [IPLAM-SEINF] (aspectos históricos antecedentes ao PDDU.FOR) apud Caderno de Mapas Plano Diretor 2006/2007.

Eram homens, mulheres, velhos e crianças, de cabeça raspada contra piolhos, alguns vestidos em sacos de farinha com buracos para enfiar o pescoço. Os mais robustos serviam de mão de obra em fazendas e obras públicas. Milhares morreram de fome, sede ou doença. Com entrada compulsória e sem data para o ‘check out’, esses depósitos humanos tinham nome: campos de concentração (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)⁹.

Em 1943, houve alistamento compulsório dos moradores dos “campos de concentração” através do “[...] Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA)¹⁰, com o objetivo de aliviar a pressão demográfica e a demanda por habitação na cidade, através do recrutamento de cearenses para o Exército da Borracha” (ARAGÃO, 2010, p. 57).

Por manter características de precariedade habitacional, é no Arraial Moura Brasil o primeiro registro de favela em Fortaleza: “[...] desde 1888, constava na

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/11/1554774-viagem-pela-memoria-de-campos-de-concentracao-no-ceara.shtml>, de 30.11.2014. Acesso em: 30 novembro 2014.

¹⁰ O SEMTA fazia parte do Departamento Nacional de Imigração (DNI), do governo de Getúlio Vargas. Era financiado por um fundo especial da Rubber Development Corporation, um fundo criado com o fechamento dos Acordos de Washington. Tinha como objetivo principal o recrutamento, encaminhamento, colocação e a assistência de trabalhadores (e famílias destes) nos seringais da região Amazônica (ARAGÃO, 2010, p. 57 e 58).

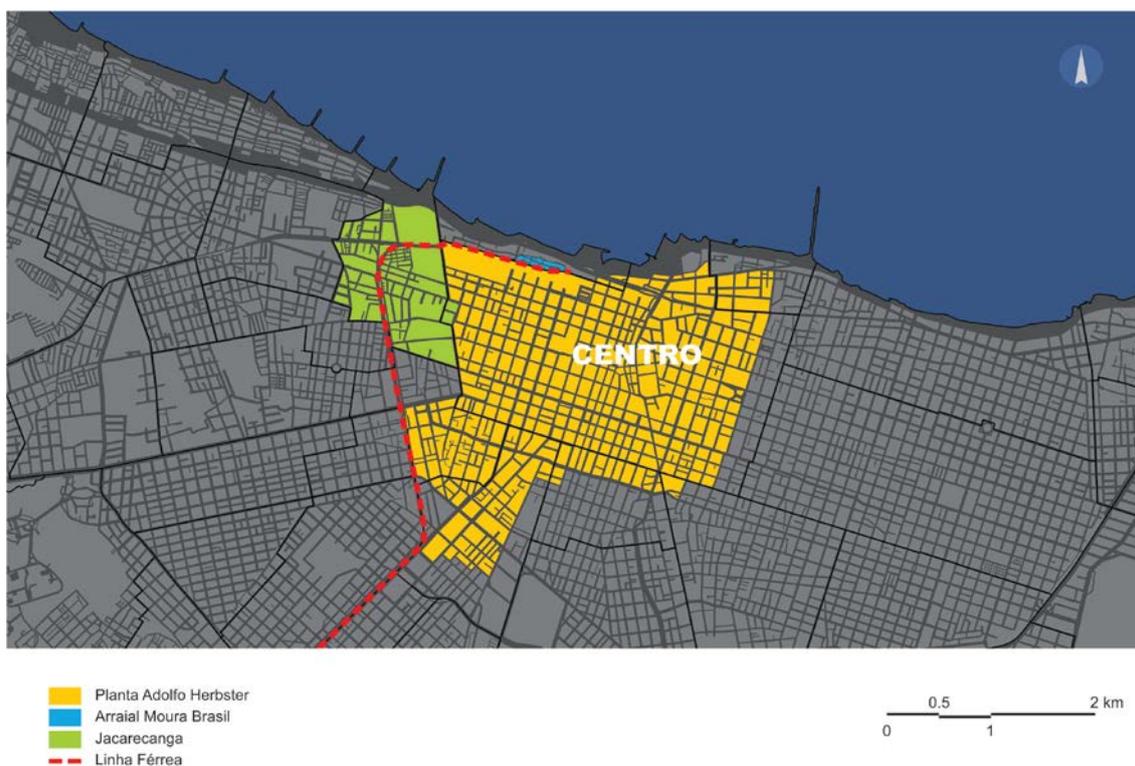
planta da cidade o registro de casas dispersas no arraial Moura Brasil, ‘... a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu...’ (JUCÁ, 2003, p. 48).

Foi ainda na década de 1930, devido ao grande fluxo migratório, que Fortaleza passou por um acentuado processo de crescimento demográfico que gerou, entre outras coisas, a expansão precária da mancha urbana. Porém, a ampliação da infraestrutura urbana foi insuficiente, até mesmo com o passar das décadas, o que gerou graves consequências sofridas muitos anos depois. Nesse período poucas famílias, sendo estas relacionadas aos grupos comerciais e políticos, concentravam em suas mãos grande quantidade da terra urbana, mantendo “estreitas relações com a estrutura fundiária dominante no Estado e com o comportamento de sua economia” (BORZACHIELLO, 1992, p. 117). Isso contribuiu para o crescimento espontâneo e desordenado da cidade, marcas da desigualdade social, levando a população pobre a se aglomerar na região oeste da cidade.

O processo histórico de formação da estrutura urbana de Fortaleza evidencia a atuação do Estado como agente político e econômico da produção do espaço urbano, no contexto de um capitalismo periférico dominado pelos interesses de grupos comerciais e agrários (GONDIM apud MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 04).

É com a intensa migração dos anos 1930 que se iniciou em Fortaleza o processo de crescimento desordenado. De acordo com Rufino (2012, p. 110), foi nesse período que “[...] o espaço urbano de Fortaleza sofreu crescimento desordenado e de forma espontânea, que deu lugar aos aglomerados de edificações precárias na periferia da Cidade, algumas destas com características de favelas.” Esse crescimento desordenado é fruto do empobrecimento da população do campo, que devido à concentração da propriedade da terra e ao latifúndio arraigado no interior do Ceará, sofria com a ausência de acesso à terra e aos meios de produção, além da falta de acesso aos recursos federais que terminavam por se concentrar nas mãos das oligarquias locais. Esse quadro de miséria no interior do estado levou a população a migrar em busca de melhores condições de sobrevivência. Dessa forma, ao chegarem à capital, os migrantes precisavam improvisar precárias formas de habitação.

Concomitante a isso, a função industrial da capital passou a ser desenvolvida na Avenida Francisco Sá, localizada no bairro da Jacarecanga, a oeste da cidade, ao lado do centro e do Arraial Moura Brasil, onde havia terrenos com grandes dimensões para abrigar o setor industrial. As indústrias eram basicamente de produção têxtil e de beneficiamento de castanha de caju. Dessa forma, não necessitavam de mão de obra especializada e se utilizavam da exploração da mão de obra barata e disponível na região, contribuindo para a pauperização do trabalhador¹¹.



Mapa 02: mapa histórico com localização do Centro, Arraial Moura Brasil e Jacarecanga.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de PMF [IPLAM-SEINF] (aspectos históricos antecedente ao PDDU.FOR) apud Caderno de Mapas Plano Diretor 2006/2007.

Anteriormente, no século XIX e início do século XX, a Jacarecanga era o bairro aristocrático, que abrigava, em casas e palacetes, a burguesia comercial e agrária, que produzia o espaço construído de Fortaleza com a acumulação proveniente da zona rural. Com a implantação do polo industrial foram criadas

¹¹ Lúcio Kowarick (2000) trata as principais causas da pauperização como sendo a fusão entre espoliação urbana e exploração do trabalho. Ele ainda afirma que a exploração do trabalhador por uma minoria capitalista gera a acumulação do capital e a pauperização que decorre dessa acumulação, estando diretamente ligadas à espoliação urbana. A espoliação urbana não se trata apenas do trabalhador pauperizado, porém é a somatória dessas características de trabalhador explorado, morador espoliado, do processo de acumulação do capital que alimenta os conflitos sociais.

novas áreas nobres, Benfica, Aldeota, Praia de Iracema, para onde a burguesia, com o passar do tempo, se deslocou (RUFINO, 2012).

Posteriormente, a burguesia local migrou para o vetor leste da cidade, porém essa migração não se deu de forma abrupta, se estendeu até a década de 1950, quando um *boom* populacional atingia a cidade. Durante os anos 1950, a população de Fortaleza era de 280.084 habitantes, com taxa anual de crescimento, entre 1950 e 1960, de 6,66% ao ano, enquanto entre 1940 e 1950 foi de 4,13%, contra 2,99% e 2,39% no Brasil nos respectivos períodos.

Para as camadas dominantes, a expansão e o adensamento do perímetro central fez com que se transferissem do Centro para áreas periféricas desocupadas, formando-se os primeiros bairros 'ricos'. Entre as décadas de 1920 e 1930, bairros como Jacarecanga (família Filomeno...), Benfica (família Gentil...), Praia de Iracema e Aldeota passaram a ser sucessivamente habitados pelas elites (que começaram a valorizar também a proximidade com o mar). Nessa época, a função industrial realizava-se principalmente na Avenida Francisco Sá, na Jacarecanga (beneficiamento do algodão...) (FUCK JUNIOR apud RUFINO, 2012, p. 110).

Com a consolidação desses bairros, a Jacarecanga, localizada a oeste da cidade, zona já também habitada pela classe operária e moradores de baixa renda, foi sendo esvaziada pela classe dominante, tornando-se majoritariamente habitada pela classe trabalhadora, atraídas pela possibilidade de trabalho nas atividades industriais. Dessa forma, foi-se criando em Fortaleza a diferenciação socioespacial da cidade. Foi ainda nesse período, a partir da década de 1930, que se iniciou o processo de ocupação da faixa de praia pela população flagelada e não atendida pelo mercado de trabalho, seguindo o eixo oeste da cidade, para além da expansão do traçado xadrez previsto por Adolfo Herbster, em 1888, na Nova Planta da Cidade de Fortaleza.

Com o objetivo de “viabilizar financeiramente o atendimento de trabalhadores de baixa renda” (BONDUKI, 2004, p. 134), foram criados, no ano de 1933, em âmbito nacional, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), sob o comando do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com essa criação, “a crescente expansão da massa assegurada logo elevou o volume de capital acumulado nestas instituições, as quais utilizaram parte deste recurso na construção de casas para seus associados” (ARAGÃO, 2010, p. 15). Porém, o

maior destaque quanto à escala em termos nacional de atuação dos IAPs é dado na década de 1960.

No caso de Fortaleza, os primeiros conjuntos começaram a ser construídos nos anos 1940. A maior concentração de produção foi nos anos 1950. O acesso aos conjuntos produzidos pelos IAPs foi de trabalhadores de baixa renda. Porém, vale ressaltar que apesar dos beneficiados serem de classe baixa, o fato de eles estarem inseridos no mercado de trabalho lhes dava certa distinção frente à massa de miseráveis, trabalhadores informais e desempregados, residentes em Fortaleza, que não conseguiam ter acesso à produção dos IAPs (ARAGÃO, 2010). Na tabela abaixo, é possível observar a produção realizada.

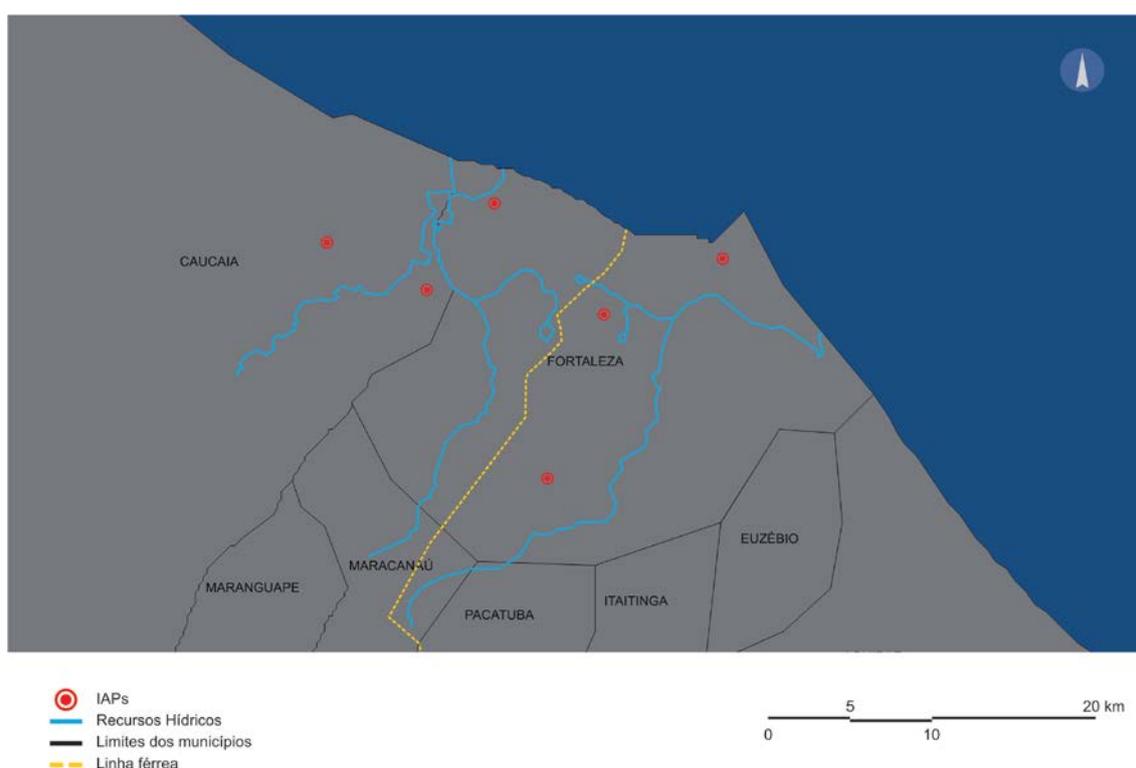
Promotor	Período	UH	Tipo de Intervenção
IAPB	1950/60	103	Financiamento para construção, ampliação e reforma
IAPI	1950	151	Casas para aluguel
IAPI	1950	168	Apartamento
IAPC	1955	50	Apartamento
IAPSE	1955/60	259	Casas
IAPTC	1940	50	Casas para alugues
IAPTC	1950	15	Casas
IAPM	1950	70	Casas
IAPF	1940/60	147	Financiamento para construção e compra de casas
IAPF	1960/61	60	Casas

Tabela 01: produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões em Fortaleza.
Fonte: Aragão (2010).

Para a implantação dos conjuntos, os IAPs precisavam garantir certo padrão às unidades habitacionais, porém com baixo custo, fundamental para o equilíbrio do financiamento dos créditos habitacionais. Para garantir o padrão com baixo custo era necessário que o terreno tivesse baixo valor de compra, levando assim a produção habitacional dos IAPs para as franjas periféricas e para além do traçado urbano da cidade, onde o valor da terra era mais baixo e o ônus social maior. Essas áreas eram carentes de todo tipo de infraestrutura, especialmente transporte público tão necessário para o deslocamento da classe trabalhadora e reprodução da força de trabalho, além de falta de infraestrutura básica como ligação de água e esgoto e de equipamentos

urbanos e de serviços. Quando implantados dentro do traçado urbano, observa-se sua localização vizinha a áreas de assentamentos precários, sendo a terra mais desvalorizada por conta do caráter de vizinhança.

O mapa abaixo localiza espacialmente a implantação de conjuntos habitacionais por parte dos IAPs em Fortaleza. Observa-se ainda que a maioria dos conjuntos foi implantada a oeste da cidade, local tradicionalmente destinado às famílias de baixa renda, percebendo, assim, a influência da política habitacional na conformação do espaço urbano de Fortaleza e sua futura Região Metropolitana.



Mapa 03: localização das intervenções dos IAPs em Fortaleza e futura Região Metropolitana.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Aragão (2010).

Apesar da atuação dos IAPs em Fortaleza, totalizando 1.073 unidades habitacionais, sua produção era voltada apenas ao trabalhador inserido no mercado de trabalho, ou seja, mão-de-obra contratada, deixando de fora trabalhadores informais, autônomos e desempregados e a população em situação de calamidade, ficando estes marginalizados em um período marcado pela migração. A essa população, só restou como única opção precários loteamentos periféricos e a construção de barracos em favelas mais centrais, intensificando a proliferação de favelas na cidade.

A atuação dos IAPs em Fortaleza frente ao cenário nacional pode ser observada na tabela abaixo.

Órgão	Fortaleza	RJ	SP	MG	Brasília	Outros	Total
IAP's – Plano A	823	26.504	8.950	1.742		9.770	47.789
IAP's – Plano B	250	21.187	16.478	6.635	7.215	24.371	76.206
Total	1.073	47.691	25.428	8.377	7.215	34.141	123.995
Porcentagem	0,87%	38,46%	20,51%	6,76%	5,82%	27,53%	100,00%

Tabela 02: produção nacional dos IAPs.
Fonte: Aragão (2010).

Posterior a isso, durante o governo do presidente Dutra (1946-1951), na tentativa de desarticular a mobilização de alguns setores avançados da classe trabalhadora que ganhou força na década de 1930 frente à problemática urbana caracterizada pela proliferação de favelas, foi criada, no dia 1º de maio de 1946, a Fundação da Casa Popular (FCP), tendo sido o “primeiro Órgão, em âmbito nacional, voltado exclusivamente para a provisão de residências às populações de pequeno poder aquisitivo” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 01).

A Fundação da Casa Popular – FCP é resultado da acomodação de diversos interesses políticos em um período de contestação das ações do Estado pela classe trabalhadora. A habitação foi peça importante no discurso conservador que pregava a importância do trabalhador em tornar-se proprietário de sua moradia e da estabilidade social que a política habitacional poderia promover (ARAGÃO, 2010, p. 17 e 18).

A FCP tinha o acesso ao financiamento habitacional atrelado à existência de emprego formal como fator preponderante na tentativa de mitigar o problema urbano, e tinha como meta “[...] construir casa para Operários, ‘mediante a aplicação de importâncias de arrecadação da quota de 1 por cento sobre o imposto [inter-vivos], em transações superiores a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros)’” (JUCÁ, 2003, p.78). “Só poderiam pleitear financiamentos os candidatos cuja renda familiar líquida não excedesse a 60 mil cruzeiros anuais, e que tivessem sob sua dependência econômica um mínimo de cinco pessoas” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 10). Anterior a isso “os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, [...] através das carteiras prediais, vinham atuando na área fragmentariamente, pois atendiam apenas a associados” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 01). A FCP representou a ampliação do

número de pessoas atendidas, mas também foi destinada ao mesmo público dos IAPs, pessoas com emprego formal que configuravam a classe média baixa.

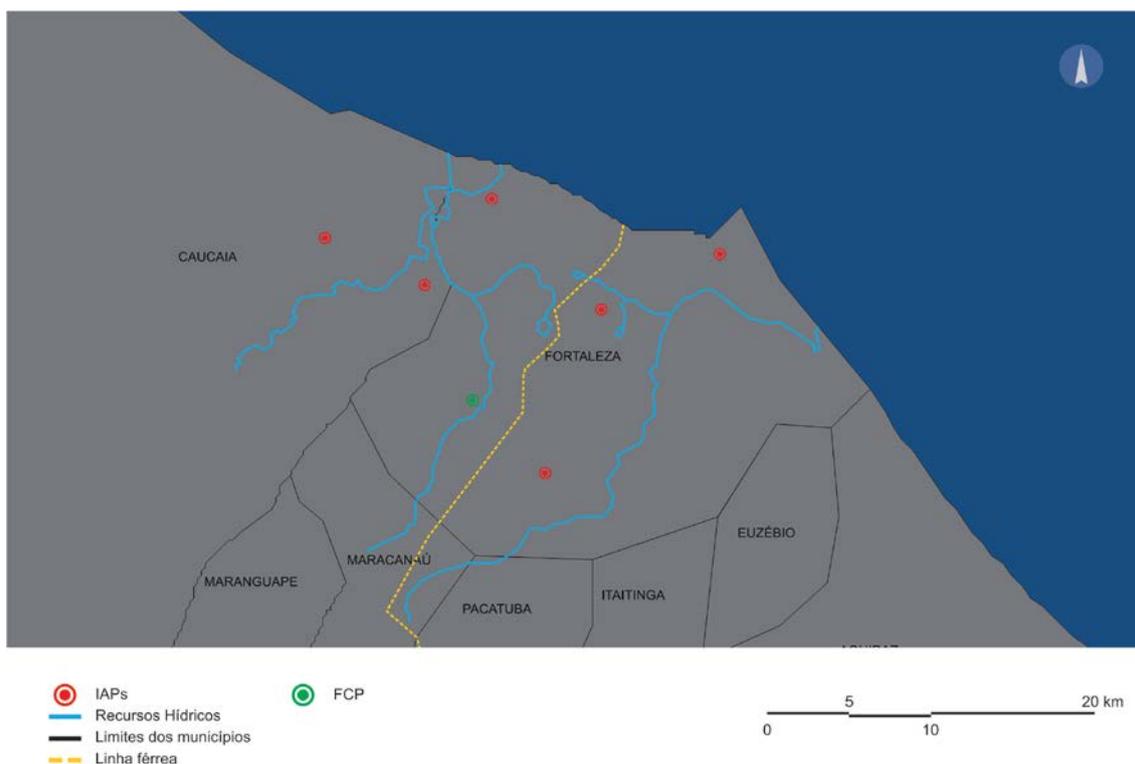
Observa-se que ao exigir preponderantemente que os beneficiados possuam empregos formais, a população miserável, que não conseguia penetrar o mercado de trabalho formal, ficava excluída de tal beneficiamento e, ao colocar um teto de renda tão alto, proporciona não só a classe trabalhadora formal pleitear o financiamento, como também classes de melhor poder aquisitivo, gerando assim uma concorrência para as casas populares. De acordo com Azevedo e Andrade (1982), a disputa por essas casas populares só não foi maior porque pessoas com melhores condições de vida não quiseram se submeter a residir em casas populares, visto que não achavam condizentes com suas posições sociais. Ainda assim, a Fundação da Casa Popular não fugiu do caráter clientelista e, em Fortaleza, houve pouca expressão de sua atuação.

Em 1953, observamos a única intervenção da Fundação da Casa Popular em Fortaleza. A construção das 456 unidades habitacionais foi localizada próxima à Av. General Osório de Paiva, no mesmo eixo onde localizavam os campos de alojamento do Benfica e Porangabussu e também funcionava como via de chegada de migrantes oriundos do sertão. O conjunto da FCP distava doze quilômetros do centro da cidade, nos arredores do distrito do Mondubim (ARAGÃO, 2010, p. 81).

Ademais, se mantinham fora dos investimentos da FCP os flagelados e miseráveis que não conseguiam adentrar o mercado de trabalho tão específico nesta época em Fortaleza. Observa-se também que a política de intervenção da FCP estava inserida na lógica nacional de conjuntos periféricos, mantendo distante da área central a população trabalhadora beneficiada com a aquisição da unidade habitacional, como pode ser observado no mapa 04, para além do traçado urbanizado da época, em áreas desprovidas de infraestrutura e de transporte público, fundamental para o deslocamento ao centro e aos locais de trabalho.

Cabia aos municípios doar o terreno e realizar as obras de infraestrutura, água, luz e esgoto, conforme cláusula de um termo de compromisso que firmavam com a Fundação da Casa

Popular¹². Era em resposta às solicitações das municipalidades que a Fundação analisava a viabilidade da implantação de conjuntos. Em princípio, a seleção da cidade para a construção de conjuntos deveria levar em conta as necessidades locais, o apoio da prefeitura e a ordem das solicitações. Nem sempre as decisões se pautaram exclusivamente por aspectos técnicos. O número de solicitações excedendo as possibilidades da Fundação da Casa Popular dava a esta última posição privilegiada de escolha. Sendo a casa um recurso escasso e politicamente rendoso, a decisão de onde construir muitas vezes baseou-se em considerações de interesse clientelístico. Motivações políticas teriam, entretanto, peso ainda maior na alocação das casas entre os postulantes (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 09).



Mapa 04: localização da intervenção FCP.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Aragão (2010).

Em nível nacional, observa-se a atuação da FCP nos estados com mais expressão política frente ao contexto nacional. Através da tabela 03, pode-se observar que nenhuma cidade da Região Norte do país foi contemplada e, na região Centro-Oeste, a atuação se dá basicamente em Brasília. É possível ainda perceber que há um desequilíbrio de implantação quando comparados

¹² Em âmbito nacional, “a Fundação construiu também em terrenos doados pelos institutos, sendo que nesses casos arcava com o ônus da infraestrutura. Por outro lado, houve outras articulações com os institutos, em que estes repassavam todos os recursos, entrando a Fundação apenas com a administração da obra. Neste último caso os beneficiados atendidos deveriam ser os segurados dos respectivos institutos” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 09).

estados da região Sudeste com estados da região Nordeste e da região Sul. Na própria região Nordeste observa-se também disparidades entre os estados.

Estados	Número de casas Construídas	%	Número de conjuntos construídos	%
Rio Grande do Norte	240	1,5	7	5,0
Rio Grande do Sul	613	3,5	13	10,0
Minas Gerais	4.248	25,0	46	32,0
Bahia	100	0,5	4	3,0
Sergipe	65	0,5	1	1,0
Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara)	3.9993	24,0	5	3,0
São Paulo	2.959	17,0	24	17,0
Distrito Federal (Brasília)	1.520	9,0	4	3,0
Espírito Santo	294	2,0	2	1,0
Pernambuco	982	6,0	7	5,0
Mato Grosso	160	0,5	2	1,0
Paraná	141	1,0	2	1,0
Paraíba	228	1,0	6	4,0
Ceará	526	3,0	2	1,0
Goiás	180	1,0	4	3,0
Santa Catarina	196	1,0	3	2,0
Piauí	74	0,5	2	1,0
Maranhão	50	0,5	1	1,0
Alagoas	52	0,5	1	1,0
Ex-Rio de Janeiro	343	2,0	7	5,0
Total	16.964	100,0	143	100,0

Tabela 03: produção de casas e conjuntos da FCP, por estados, até 31 de dezembro de 1960.
Fonte: Azevedo e Andrade (1982).

Ademais, após as mudanças para os conjuntos, eram frequentes os acompanhamentos sociais, dotados de preconceitos, de caráter autoritário e paternalista, para garantir a segurança patrimonial, além da dita moral e dos bons costumes nas áreas dos conjuntos habitacionais.

Em defesa desse autoritarismo poder-se-iam alegar o despreparo e as inaptações culturais dos beneficiários, que acarretariam a necessidade de 'protegê-los' até que

'aprendessem' a usufruir, de modo adequado, o bem que haviam adquirido. Entretanto, nem esse argumento conservador se sustenta, pois a grande maioria dos moradores percebia [sic] acima de três salários mínimos e provinha de meio urbanizado. A casa de tijolos, as instalações sanitárias, os tacos de madeira das salas, os vidros das janelas, os alvos prediletos da 'fiscalização' dos conjuntos, não eram figuras estranhas à experiência urbana dessa população. Os compradores egressos de favela ou do meio rural eram de número insignificante, não justificando o paternalismo das medidas.

O autoritarismo era ainda mais gritante com a tentativa de controle do comportamento social. O que é 'tornar-se nocivo à ordem ou à moral do Núcleo'? Por que as atividades de 'caráter religioso, político, esportivo e recreativo' são 'inconciliáveis com a finalidade a que é destinado o imóvel'? Como definir, senão de modo arbitrário e subjetivo, comportamentos que 'criam embaraços' à administração? Se tais normas fossem levadas ao 'pé da letra', ter-se-ia poder incomensurável e discricionário em mãos da Fundação e de seus funcionários, em prejuízo do próprio direito de propriedade (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 14).

A atuação da FCP mostrou-se insuficiente e passou a ser alvo de críticas por não conseguir responder aos problemas habitacionais. Apesar da pretensão de ser o carro-chefe da política habitacional, "[...] a FCP contribuiu com um pouco menos de 10% das moradias construídas por todas essas instituições no período populista. Pouco mais de 900 moradias foram edificadas, em média, por ano" (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 19). Em 1964, ano do golpe militar, a FCP foi extinta e foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), seguido pela criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). "O Plano Nacional de Habitação – e com este o BNH – surge, assim, num momento em que é crucial para o novo regime dar provas de que é capaz de atacar problemas sociais" (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 40). Frente a isso, o intuito é de acalmar as massas que haviam despertado para os problemas urbanos e habitacionais e, assim, conquistar sua simpatia e apoio.

É importante ressaltar a importância que os loteamentos, nesse mesmo período, tiveram no crescimento territorial e segregação socioespacial da cidade, já que tornaram-se "objeto de lucro para uma fração do capital que investiu no mercado de compra e venda de terras, transformando-as e comercializando-as sob a forma de loteamento" (PECHAM apud MOREIRA, 2004, p. 37). Esse processo, além de grande negócio para o capital imobiliário,

foi propulsor na expansão da cidade que concentrava de um lado as periferias, marcadas por alto índice de povoamento e carência de infraestrutura e, do outro lado, uma menor área destinada especialmente à classe média em ascensão e às camadas abastadas. Os loteamentos periféricos, por terem larga escala, devido à grande demanda em razão do fluxo migratório, que teve outro ápice com as secas que marcaram os anos de 1952 e 1953 e, posteriormente, no ano de 1958¹³, caracterizaram-se por ser altamente rentável aos loteadores (MOREIRA, 2004). Como exemplo dessa prática, tem-se a Imobiliária José Gentil¹⁴, que tem sua ação no mercado de terras caracterizada:

[...] pela prática de comercializar lotes urbanos próprios, oriundos de glebas adquiridas dos antigos proprietários com tal finalidade. Com sua capacidade econômico-financeira, a Imobiliária pôs em prática um programa de aquisição de terras em larga escala, constituindo um considerável estoque a comercializar, do qual ainda hoje existem partes remanescentes (MOREIRA, 2004, p. 43).

Vale ainda destacar que os chamados loteamentos irregulares, localizados nas periferias da cidade, distantes do centro e sem acesso às infraestruturas básicas, foram implementados desrespeitando a própria legislação de comércio de terras urbanas e cabia aos loteadores a realização de serviços básicos como abertura de vias e ligação de energia elétrica (MOREIRA, 2004).

Nesse período, a zona oeste se destaca por abrigar parte do proletariado e da população em situação de miséria, porém assentamentos populares ocuparam

¹³ A década de 1950 foi marcada por dois fortes períodos de seca no Ceará: o primeiro durante os anos de 1952 e 1953; o segundo em 1958, considerado um dos piores já vistos no Estado. De acordo com Neves, Fortaleza foi invadida por grande número de retirantes. Para se ter uma idéia, uma hospedaria construída especialmente para receber retirantes (Hospedaria Getúlio Vargas), com capacidade para 1.200 pessoas, foi tomada por cerca de 11.000 pessoas no ano de 1958 (MOREIRA, 2004, p. 27).

¹⁴ De acordo com Moreira (2004), a Imobiliária José Gentil S/A trata-se de empresa imobiliária fundada em 09 de dezembro de 1933, tendo a frente o coronel José Gentil Alves de Carvalho, comerciante, banqueiro, proprietário de imóveis urbanos e chefe de uma família (Gentil), ainda inserida no sistema patriarcal/patrimonialista. Caracteriza-se por ser uma empresa loteadora que marcou época, a partir dos anos 50, no processo de expansão urbana do município de Fortaleza. É nesse período que a Imobiliária desenvolve e alarga sua atuação empresarial, até então quase totalmente circunscrita à obtenção de renda patrimonial oriunda de aluguéis de imóveis, para tornar-se protagonista no crescimento do mercado de terras urbanas em Fortaleza – loteamentos – quando o solo passa, então, a constituir fator de remuneração do capital. Foi nesse quadro que a Imobiliária José Gentil S/A desenvolveu um notável programa de compra e venda de terras em Fortaleza (do ponto de vista da ação empresarial/mercantil), dinamizando o mercado local de terras urbanas com uma quantidade considerável de loteamentos, a maioria localizados nas novas áreas de expansão da cidade - hoje zonas sócio-espaciais que formam nossa periferia urbana (MOREIRA, 2004, p. 8, 9 e 15).

diversas outras áreas, como pode ser observado na figura abaixo que localiza espacialmente as favelas de Fortaleza no ano de 1973.

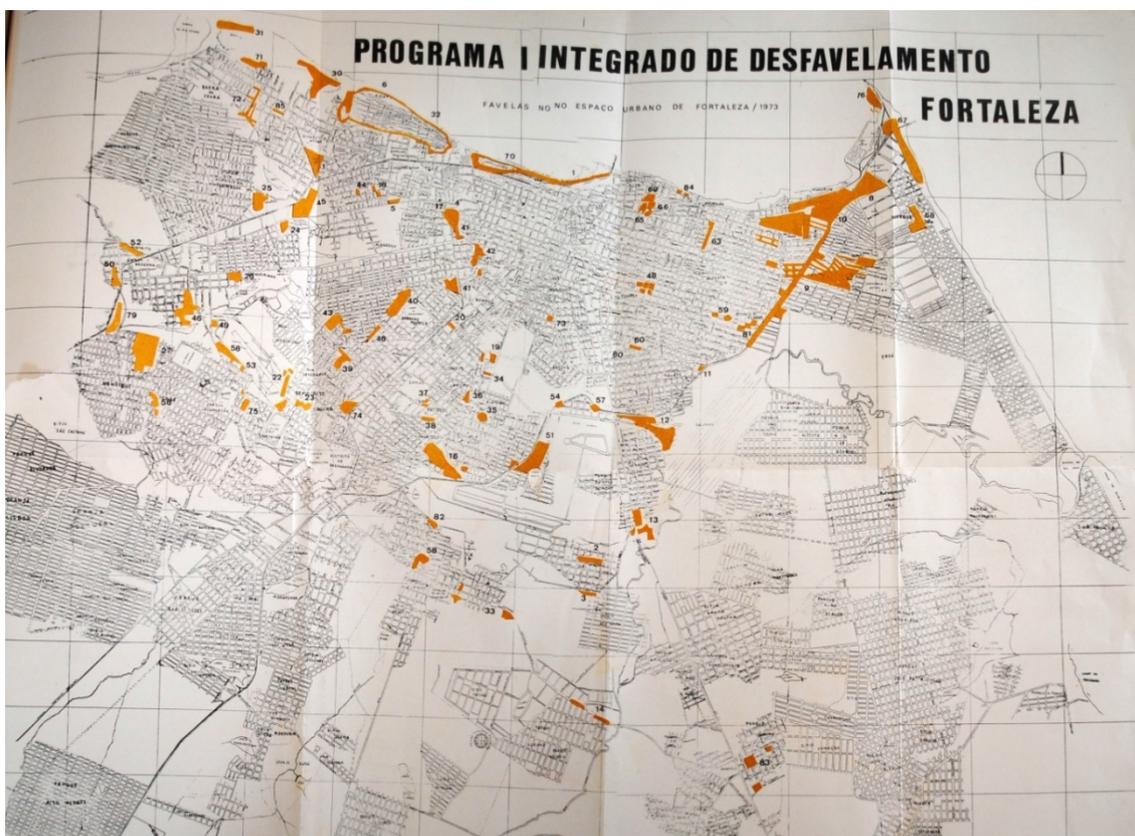


Figura 01: localização das favelas em Fortaleza no ano de 1973.
Fonte: Máximo e Lopes (2011).

É importante destacar que o crescimento industrial também não foi proporcional ao crescimento demográfico da cidade e a economia continuou estruturada na tradicional forma primário-exportadora, uma vez que o processo de industrialização só ganhou maior efetividade a partir de meados da década de 1970.

Vários fatores concorreram para o baixo poder de atração dos projetos industriais provenientes de fora da região: a deficiência de suprimento de energia elétrica para o uso industrial; a precariedade da infraestrutura portuária, rodoviária e de comunicação; a inexistência de importantes matérias primas; o limitado mercado interno; a maior distância dos principais centros supridores de insumos e a pouca influência das elites locais no cenário nacional (SANTOS, 1997, p. 857).

Além disso, o controle empresarial de Fortaleza concentrava-se pelo domínio do capital local, conservando o tradicional modelo de empresas familiares, que resultou em uma industrialização baseada nos setores tradicionais e, posteriormente, no final da década de 1970, na nacionalização do capital da

burguesia industrial local de grupos como, por exemplo, “[...] J.Macêdo, Edson Queiroz, Jereissati e M. Dias Branco. Neste sentido, irá se destacar de forma significativa, a montagem de um novo parque têxtil e de confecções e calçados, moderno e estrategicamente voltado a concorrência do mercado nacional” (SANTOS, 1997, p. 858).

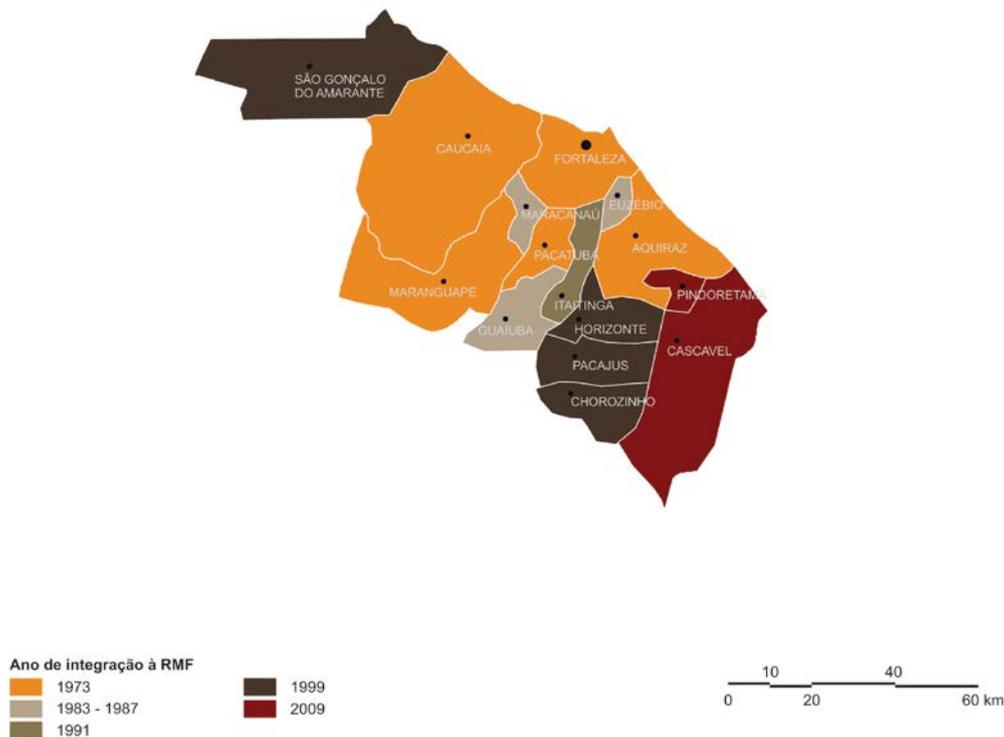
1.2. Região Metropolitana de Fortaleza – RMF

Foi igualmente no início da década de 1970, juntamente com a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, no ano de 1973, que foi criada a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) “já com ação de planejamento adotada dentro do Sistema Financeiro de Habitação, através do SERFHAU¹⁵” (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 05) e com intuito de compor o

“[...] conjunto de metrópoles criadas na década de 1970, a partir da iniciativa federal de consolidação de um eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional, com base na industrialização e em uma sociedade predominantemente urbana” (DAVIDOVICH apud RUFINO, 2012, p. 101).

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) tinha amplas funções que iam desde promover pesquisas referentes ao déficit habitacional até prestar assistência aos municípios na elaboração de seus Planos Diretores.

¹⁵ “Inserida no mesmo processo de institucionalização das outras regiões metropolitanas, quando o Estado se propõe a dispor sobre o espaço urbano através de uma ação planejadora, a RMF é instituída pelo decreto No. 10.243 de 02/05/1973” (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 20).



Mapa 05: atual RMF e ano de integração dos municípios.
 Fonte: elaboração própria (2015).

Inicialmente compunham a RMF os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Acuiraz. Posteriormente a RMF passou por alterações nas suas “composições político-administrativa alterada tanto pela fragmentação dos seus municípios originais, como pela inserção de novos municípios, alterações sempre legitimadas como estratégia espacial dos projetos de desenvolvimento econômico em curso” (RUFINO, 2012, p. 101).

Como resultado desta ação planejadora do estado, é então elaborado, em 1972, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (ou Plandirf). A partir do diagnóstico elaborado por este plano, propôs-se a integração regional mediante diretrizes segundo as quais o Estado buscava resolver os problemas identificados através de políticas consideradas fundamentais: política de emprego, renda e migração; política agropecuária regional; política viária e política habitacional. O plano previa, entre outros aspectos, a redução das disparidades urbano-regionais, com o objetivo de descentralizar os fluxos migratórios concentrados em Fortaleza. Contudo é a política habitacional que fornecerá elementos para entender porque e como a periferia de Fortaleza foi se constituindo, predominada em algumas áreas, por conjuntos habitacionais de grande porte, que configuraram naquele momento, ou posteriormente, verdadeiros bairros que, em alguns casos, se apresentavam maiores que certas cidades do interior do Ceará (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 05 e 06).

Mostrando-se fundamental frente ao processo de urbanização que o país galgava, a política habitacional, que nesse período possuía escala de intervenção maior, teve papel determinante na reestruturação do território, tornando-se central para o desenvolvimento da política voltada para o espaço urbano, na década de 1970.

Trazia-se para a discussão a problemática da habitação que tornava-se emergente. Tal problemática adquire relevância à medida que a expansão das periferias, carentes dos serviços de infra-estrutura urbana, tornava-se a tônica da urbanização no país (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 06).

Metodologicamente o PLANDIRF tratava-se de um diagnóstico do processo de expansão urbana da cidade de Fortaleza e tinha como diretrizes: definição e expansão da área urbana; hierarquização da rede viária básica, a partir de seu traçado e seu dimensionamento; formalização do uso do solo urbano, explicitando os zoneamentos, identificando os aspectos de localização, dimensão e caracterização das áreas de diferentes usos (FORTALEZA, 1972).

Nesse processo de estruturação da Região Metropolitana de Fortaleza, cujo pano de fundo é dado pelos diagnósticos elaborados pelo Plandirf, a política habitacional teve inegável destaque, uma vez que não apenas estava submetida à política de desenvolvimento metropolitano, como construíra-se num dos pilares fundamentais da reorganização espacial de Fortaleza (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 06).

Surgiu em Fortaleza, em 1971, o Plano de Desfavelamento, como proposta de solução de habitação quando, de acordo com dados da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará, havia em Fortaleza 63.413 habitações precárias. Nesse montante, estão incluídas as moradias distribuídas nas 73 favelas do município. Esse Plano tinha como finalidade remover as favelas e, nos locais onde elas se encontravam, executar obras justificadas como sendo de urbanização e infraestrutura, focadas no desenvolvimento da cidade. O destino dos moradores eram conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas e em cidades da região metropolitana, como no caso de Caucaia, desprovidos de infraestrutura e sem linhas suficientes de transporte público que fizesse a ligação intermunicipal, vivendo assim os moradores em condições precárias. Como exemplo da ação deste Plano, é possível citar o Parque Genibaú, localizado a oeste de Fortaleza, em área completamente desprovida

de infraestrutura e que teve seu crescimento físico e populacional fomentado pelo Plano de Desfavelamento, na década de 1970.

O processo de formação do Parque Genibaú – área limítrofe com o Município de Caucaia – [...] é um exemplo das condições desfavoráveis daqueles que são obrigados a morar na periferia da cidade, sejam ou não migrantes. Nessas áreas as marcas da desigualdade social delineiam-se sem meios termos: condições subumanas de moradia, precário e insuficiente atendimento escolar, de saúde e alimentar. (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 50 e 51)

No próximo capítulo será abordado de forma mais ampla os programas de desfavelamento implementados em Fortaleza.

O planejamento da RMF agregava política habitacional com política de desenvolvimento industrial. Foi no distrito de Maracanaú, pertencente originalmente ao município de Maranguape e emancipado em 1983, que foi implementado o primeiro distrito industrial do Ceará, em 1964. Pretendia-se ainda construir outro polo industrial no município de Caucaia, esse nunca concretizado. De acordo com Pereira (2006), a instituição da RMF representou a implantação de um sistema autoritário de investimentos e intervenções, com um conjunto de ações públicas a nível federal e estadual que, para beneficiar Fortaleza, não considerava as características distintas dos demais municípios envolvidos, se concretizando com aspectos como concentração e disparidade.

A criação dessas entidades constitui uma estratégia do regime autoritário, como suporte de uma geopolítica de integração do território nacional e de desenvolvimento econômico, com respaldo em uma sociedade predominantemente urbana. Partia-se da premissa de que o conjunto hierarquizado de cidades, funcionalmente interdependentes, representava um recurso básico para atender à realização de metas comuns e a princípios de equilíbrio do sistema (DAVIDOVICH, 2003, p. 198).

Mesmo com o investimento industrial, especialmente com a criação do polo industrial da RMF, tendo havido inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho nas décadas de 60 e 70, ainda assim não foi suficiente para absorver toda a mão de obra disponível, fruto do processo de intensificação de migração intermunicipal em diferentes períodos. E, apesar de contar com certa inserção, ela se dava na forma de super exploração da mão de obra, sendo caracterizada pela baixa remuneração, o que, de acordo com Rufino (2009),

era uma das estratégias utilizadas pelo governo do estado para atrair capitais privados. Vale ressaltar que a super exploração da mão de obra é uma característica antiga do município de Fortaleza, como afirma Jucá (2003):

Além de uma baixa absorção da mão-de-obra disponível, o mercado de trabalho era pouco promissor aos que conseguiam uma vaga, pois o salário mínimo só era atualizado muito lentamente. O valor pago em 1943, por exemplo, vigorou até dezembro de 1951 (JUCÁ, 2003, p. 61 e 62).

A relação entre as longas jornadas de trabalho e os baixos salários pagos contribui para o desgaste físico e mental do trabalhador, tendo consequências sociais e psicológicas derivadas do grau de exploração. Caracterizam ainda esses trabalhadores explorados suas habitações em condições precárias e desprovidas de infraestrutura básica, como abastecimento de água, serviço de esgotamento sanitário, difícil acesso a transporte público de qualidade, além de falta de acesso a serviços médicos e educacionais adequados, sendo esses elementos fundamentais para reprodução da força de trabalho.

1.2.1. Banco Nacional de Habitação (BNH) e periferização

A política habitacional tomou impulso ainda na década de 1960 quando foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), “com a Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o Plano Nacional de Habitação e cria o Banco Nacional da Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, é dado o passo inicial para uma nova política habitacional” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982, p. 39). Foi com a criação do BNH que “pela primeira vez começa a ser executada uma política de moradia que considerou a produção de habitação popular seguindo ‘moldes empresariais’” (ARAGÃO, 2010, p. 82). A lógica da produção em massa de moradias deu força à política habitacional regida pelo BNH, agente principal do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) sendo este formado pelos depósitos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), tendo funcionado fortemente como produtor de habitação ao invés de agente financeiro entre o ano 1964, quando foi criado, e 1986, ano de sua extinção. “O desempenho marcante na produção de casas populares deveria permitir ao regime militar emergente obter a simpatia de largos setores das massas que constituíram o principal apoio social do governo populista derrubado em 1964”

(AZEVEDO, 1996, p. 109). Pela primeira vez na história brasileira, um programa habitacional tinha fonte regular de financiamento.

No momento de sua criação, o BNH tinha como prioridade atender as famílias de renda entre um e três salários mínimos, que contariam com medidas para facilitar a aquisição da casa própria, como subsídios diretos e indiretos, mostrando assim o interesse do poder público em facilitar o acesso à habitação especialmente para as famílias de baixa renda. Para isso, era fundamental o papel desempenhado pelas Companhias Habitacionais (COHAB), empresas mistas, cujos governos estaduais e municipais tinham controle acionário e desempenhavam papel de produtores habitacionais públicos voltados à construção de moradias populares. Tinham ainda como função coordenar, com objetivo de reduzir custos, agentes públicos e privados que produziam unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda. Porém, não foi satisfatória a atuação do BNH para os setores de renda baixa.

Fatores exógenos aos propósitos sociais do Banco e fora de seu controle direto contribuíram para esse resultado. Por exemplo, a política de 'arrocho salarial', implantada pelo regime militar sob a alegação de resolver os problemas econômicos da época, significou uma diminuição progressiva dos salários reais das classes de baixa renda. Durante um período de, aproximadamente, 10 anos, o salário mínimo real não parou de diminuir, provocando o agravamento das condições de vida de grande parte dos setores populares urbanos. Nessa conjuntura, apesar dos subsídios, as prestações da casa própria apresentavam-se para os mutuários das Cohab cada vez mais pesadas, relativamente às suas necessidades. Isto acarretou um crescimento considerável da inadimplência, que se refletiu na situação das Cohab. Estas, em sua esmagadora maioria, entraram em grave crise financeira (AZEVEDO, 1996, p. 112).

Frente a essa situação, entre os anos de 1970 a 1974, durante a gestão do presidente Médici, o BNH reduziu a produção destinada às famílias de baixa renda e se voltou à classe média que, apesar de também sofrer com o "arrocho salarial", conseguia arcar com as prestações referentes à aquisição da casa própria. Já no ano de 1975, a inadimplência, principal problema que assolava as COHABs, foi sendo reduzida e os investimentos da produção habitacional voltaram a ser destinados também à população de renda baixa.

Este período coincide com o início do processo de 'abertura' política, através da qual o governo buscou uma base mais

ampla de legitimação política – inclusive entre os setores populares – como aconteceu também nos primeiros anos de funcionamento do BNH. (AZEVEDO, 1996, p. 113)

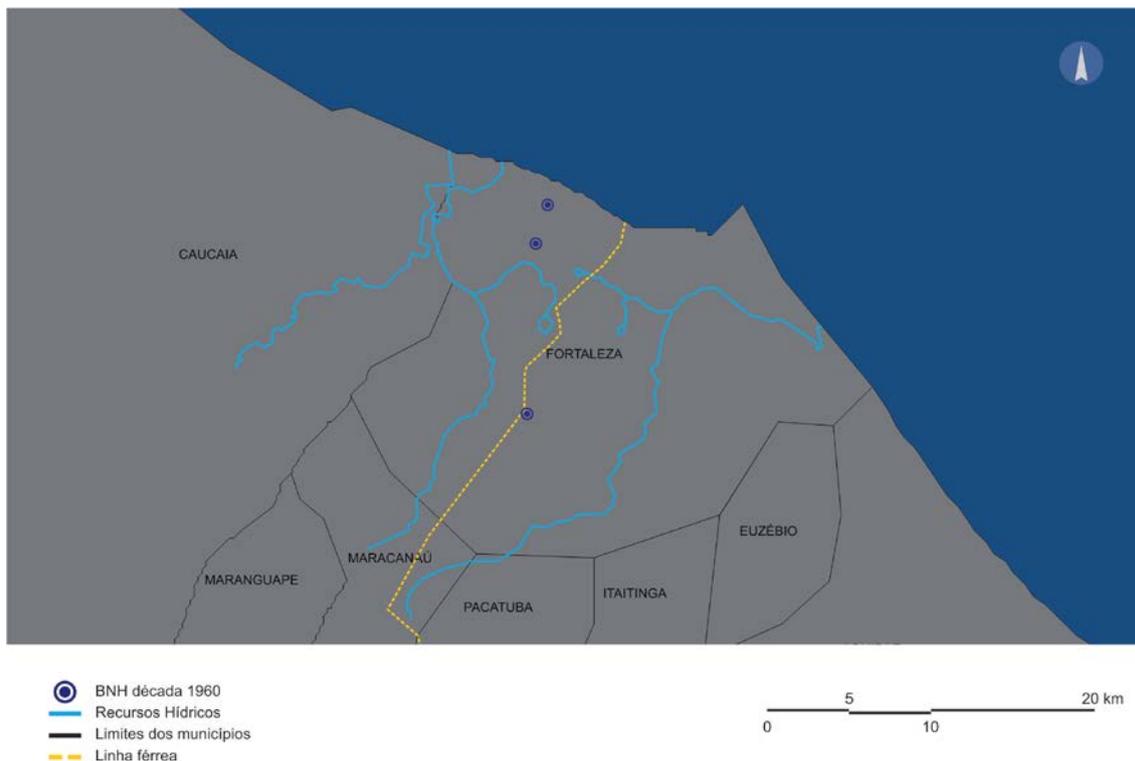
Porém, vale ressaltar que apesar de afirmar como prioridade a produção habitacional destinada às famílias de baixa renda, o que se observou sobre a atuação do BNH foi que beneficiou majoritariamente a classe média, ultrapassando o teto salarial de três salários mínimos.

As características sócio-econômicas dos moradores atuais dos conjuntos habitacionais não deixam qualquer dúvida em relação à posição minoritária ocupada pela clientela inicial das Cohab. Em outras palavras, a participação dos trabalhadores de menor renda e de débil inserção no mercado de trabalho (empregados não-qualificados, biscateiros, diaristas, etc.) nos programas tradicionais de habitação popular apresenta uma tendência decrescente, muito embora este seja o setor numericamente majoritário da população urbana. Ressalte-se, ainda, que o processo de mudança da clientela não ocorreu somente através da seleção dos novos mutuários. Tomando-se as casas populares competitivas, houve também um forte processo de revenda desses imóveis (repasso de financiamento) para setores de maior renda, recebendo o antigo proprietário um ágio por essa operação (AZEVEDO, 1996, p. 114).

Para além destas questões, a lógica de produção do BNH na RMF é a mesma reproduzida em diversas cidades, concretizada a partir da construção de conjuntos habitacionais, localizados nas periferias, muitas vezes tornando-se verdadeiros bairros, impactando espacialmente e influenciando no crescimento territorial das metrópoles. “[...] Os conjuntos habitacionais, sobretudo nos grandes centros, simbolizavam e expressavam de forma concreta, em grandiosas construções, a ação governamental [...]” (BONDUKI, 2004, p. 107).

Em Fortaleza, a construção desses conjuntos habitacionais, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, influenciou o crescimento territorial da cidade, que passou por processo de conurbação com os municípios de Caucaia e Maracanaú. Essa política de conjuntos habitacionais era retratada como forma de construção para a massa trabalhadora e a localização dos conjuntos teoricamente estava diretamente ligada à produção industrial. Porém, de acordo com o mapa abaixo, pode-se observar que, embora o pólo industrial localize-se no município de Maracanaú, foi na zona oeste da cidade, próximo

ao antigo eixo industrial, que foram implantados dois dos três conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH ainda na década de 1960.



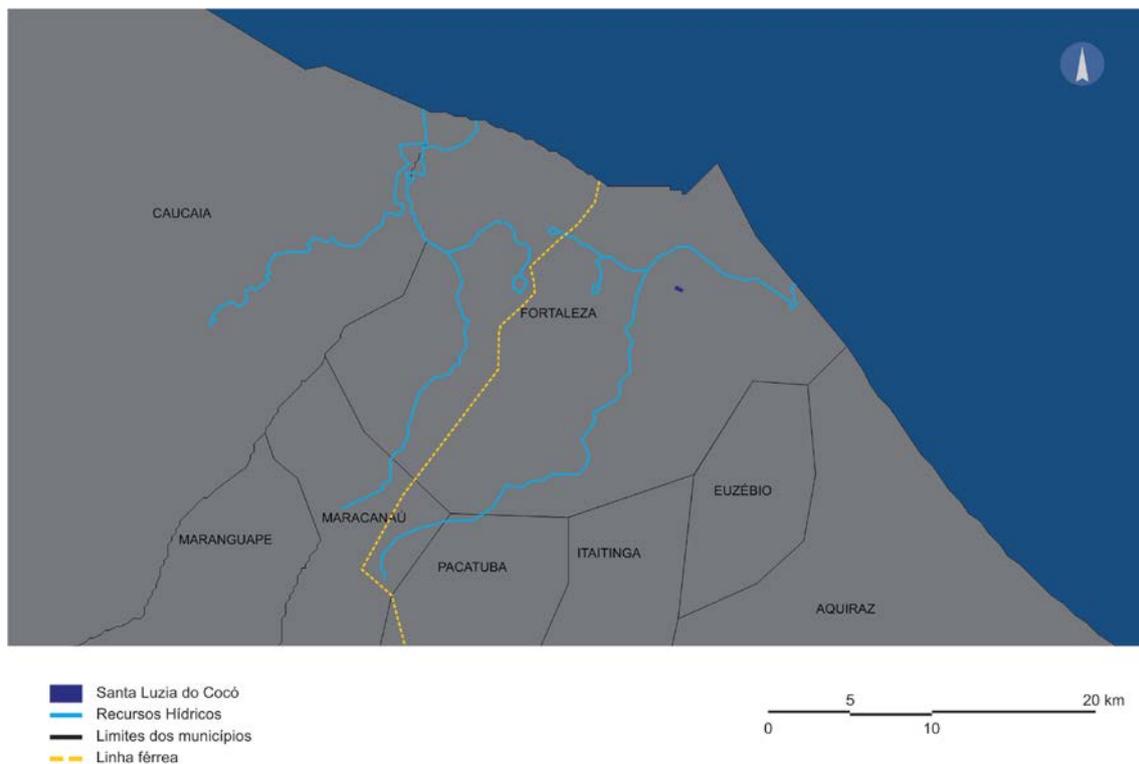
Mapa 06: implementação de conjuntos do BNH na década de 1960.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Aragão (2010).

Embora tenha permanecido como principal órgão de desenvolvimento urbano durante toda a década de 1970, o BNH não conseguiu atingir a população pauperizada, que se encontrava fora do mercado formal de trabalho e, dessa forma, não conseguia arcar com as prestações do financiamento. Dessa maneira, concentrou sua produção voltada em parte à classe trabalhadora formal assalariada e em outra parte à classe média. Com a política de arrocho salarial que o país passou entre os anos de 1970 a 1974, que resultou em crise econômica nacional, o BNH passou a excluir a classe trabalhadora assalariada e seu foco de produção se voltou apenas para a classe média.

A saúde financeira do SFH foi afetada e nesse período assistiu-se um direcionamento das ações do BNH para atendimento de beneficiários de faixa de renda mais elevada. Neste período, em Fortaleza, foi construído o Conjunto Habitacional Santa Maria [sic] do Cocó o qual beneficiou o funcionalismo público (ARAGÃO, 2010, p. 84).

Ao voltar sua produção para uma classe com nível de renda mais elevado, o BNH mudou também a localização da implantação de seus conjuntos, saindo

do eixo industrial, como no caso do Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó, citado por Aragão (2010) como Santa Maria do Cocó, que se localiza próximo à área central, em local de expansão de valorização do mercado imobiliário.



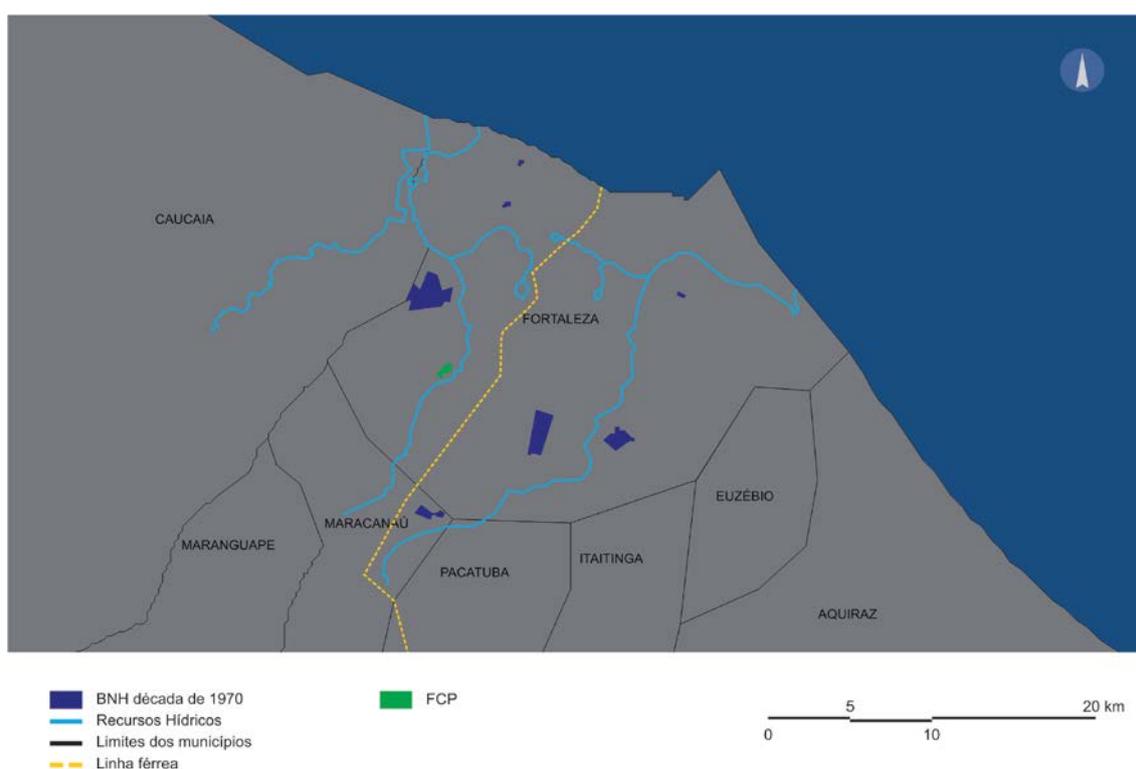
Mapa 07: implementação do Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Aragão (2010).

Cabe aqui ressaltar que a área destinada ao Conjunto Santa Luzia do Cocó pertencia à Imobiliária Gentil. Para dar suporte a seus loteamentos, entre eles o Parque Água Fria, que incorporou uma área de 164 hectares, implementados na região ainda na década de 1950, a imobiliária fez doações de terrenos tanto ao setor público quanto privado, no intuito de estruturar a região e torná-la atrativa (LOPES, 2013).

Já em 1975, quando voltou a produzir conjuntos habitacionais destinados à classe trabalhadora assalariada formal, a localização passou novamente a ser nas franjas periféricas, desta vez nas fronteiras sul e sudoeste da cidade, como pode ser observado no mapa 08. Por estar distante do centro, das áreas urbanizadas e desprovido de infraestrutura, o valor de compra do terreno era mais barato e, dessa forma, o BNH justificava afirmando que o intuito era de dar suporte de mão de obra ao Distrito Industrial de Maracanaú. Com isso,

contribuiu para o processo de conurbação com os municípios de Caucaia e Maracanaú.

Para garantir o funcionamento do distrito industrial inserido fora dos limites políticos de Fortaleza e levar mão-de-obra suficiente para viabilizar a atração de novas indústrias, baseada no incentivo fiscal e em baixos salários, é perceptível a localização de imensos conjuntos habitacionais, construídos a partir de 1975, na fronteira sul e sudoeste da cidade, em direção ao Distrito Industrial. Estas intervenções definiram eixos de expansão da malha urbana em direção aos municípios vizinhos de Maranguape (atualmente Maracanaú) e Caucaia, iniciando um processo de conurbação entre esses municípios (ARAGÃO, 2010, p. 86).



Mapa 08: localização dos conjuntos construídos pelo BNH ao longo da década de 1970.

Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Aragão (2010).

Além da localização periférica, é importante ressaltar a grande escala dos conjuntos produzidos pelo BNH, nesse vetor da cidade, “um total de 10 conjuntos habitacionais que representavam mais de 30.000 unidades habitacionais” (BRASIL apud RUFINO, 2009, p. 15), gerando assim verdadeiros bairros dormitórios, uma vez que com a falta de infraestrutura, emprego e serviços, bem como equipamentos de lazer e cultura na localidade, os moradores precisavam se ausentar durante todo o dia para exercer determinadas atividades. Vale ainda pontuar que, com a implantação desses

conjuntos nos extremos da cidade, o Estado contribuiu para o processo de valorização fundiária, já que é necessário levar infraestrutura para esses conjuntos, passando estas por grandes vazios urbanos que serão beneficiados por esses investimentos.

1.2.2. Dinâmica de estruturação da RMF

A situação de precarização da classe trabalhadora vem a piorar na década de 80 quando, ao mesmo tempo em que aumentava o crescimento demográfico do país, diminuía o número de empregos formais e aumentava o número de empregos informais, devido à crise instalada e à falta de oportunidades da população para adentrar o mercado formal.

[...] A mudança radical que se abre com os anos 80 reside no fato de que, antes, a expansão econômica gerou uma quantidade de empregos que em certa medida contrabalançou a queda dos níveis de remuneração, ao passo que, com o avançar da década, não só se acentuou o grau de pauperização, como também muitos nem mesmo conseguem se transformar em mercadoria superexplorada por um capitalismo que se atola no pântano da recessão [...] (KOWARICK, 2000, p. 21).

Com essas mudanças, a partir da década de 80, é intensificada, por parte dos trabalhadores, a composição de ambientes urbanos precários, com crescimento do número de favelas e de loteamentos irregulares. O poder público contribui para essa precarização ao não investir em infraestrutura, deixando para os trabalhadores de baixa remuneração, trabalhadores informais e desempregados, opções de moradias precárias e irregulares, nas franjas periféricas das grandes cidades, o que os leva a despender com locomoção muitas horas do seu dia e à precarização das condições de vida e de reprodução da força de trabalho. Enquanto isso, as áreas beneficiadas com as chamadas condições gerais¹⁶ são destinadas à classe com maior poder aquisitivo, sendo áreas impenetráveis pela classe operária.

¹⁶ De acordo com Kowarick (2000), os elementos responsáveis por transformar coletivamente a cidade podem ser chamados de condições gerais. Pereira (2013) diz que, por definição, condições gerais têm origem no pensamento de Marx e são consumidas coletivamente, sendo assim as chamadas infraestruturas, tão necessárias para a reprodução do capital e da força de trabalho. Porém, não só as infraestruturas físicas e aparentes, mas também as que se manifestam ao nível social e cultural, essenciais para o desenvolvimento das relações sociais e para sobrevivência e ampliação do capital.

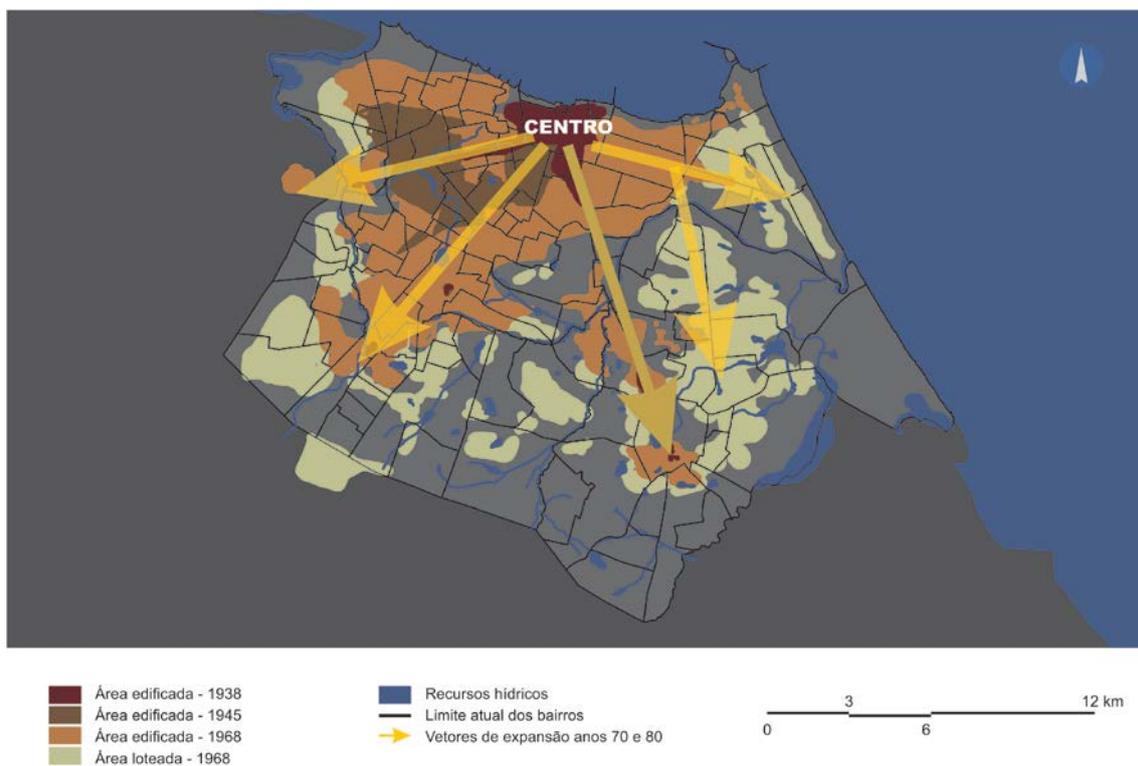
Em Fortaleza, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por um *boom* populacional, enquanto no Brasil a taxa de crescimento anual de 1970 a 1980 foi de 2,48% em Fortaleza foi de 4,37% e entre 1980 e 1991, enquanto no Brasil a taxa de crescimento foi de 1,93%, em Fortaleza foi de 2,55%. Junto a esse salto populacional, Caucaia e Maranguape, que posteriormente municipalizou o distrito de Maracanaú, municípios da região metropolitana, localizados a oeste e sudoeste, respectivamente, sofreram reflexos da dinâmica urbana da capital e começaram a iniciar processo de conurbação. Frente à taxa de crescimento de Fortaleza, Caucaia e Maranguape apresentaram, respectivamente, taxas de 5,57% e 4,33% entre 1970 e 1980 e 5,24% e -2,16% entre 1980 e 1991. O crescimento desses municípios é marcado predominantemente pela presença da classe trabalhadora de baixa renda.

Já os municípios da região metropolitana situados nos vetores leste e sudeste tiveram taxa de crescimento bem inferior, sendo estas, entre os anos 1970 e 1980, de 3,33% e 2,81% e entre 1980 e 1991 de 0,24% e 3,30%, nos municípios de Aquiraz e Pacatuba, respectivamente. Vale ainda suscitar que esses municípios, por estarem fora dos investimentos industriais, se caracterizam por serem áreas de sítios, destinadas à segunda residência de famílias de classe alta e média domiciliadas em Fortaleza, sendo ainda o foco do cenário estabelecido pelo setor imobiliário de urbanização litorânea.

O processo de periferização já existente no município de Fortaleza passou a ser fortalecido com a implementação do polo industrial nas cidades da RMF e com a construção dos conjuntos habitacionais nessas cidades.

A partir daí, a reprodução de condomínios populares na proximidade dos conjuntos habitacionais associada às dificuldades de acesso à moradia na capital reforçam esse movimento e o desequilíbrio entre a população residente e a oferta de empregos – processos particularmente evidentes nos municípios de Maracanaú e Caucaia. A condição de isolamento da população desses municípios é reforçada pela precariedade do transporte público metropolitano, restrito a dois ramais ferroviários e linhas de ônibus não integradas ao sistema de transporte da capital. O projeto de modernização do transporte ferroviário a partir da construção do metrô, embora concomitante a outros projetos de desenvolvimento da região metropolitana, nunca foi concluído (RUFINO, 2012, p. 103).

Percebe-se então que, ao longo dos anos, vários fatores, influenciados pelo poder público, cooperaram para que a população de baixa renda se concentrasse na zona oeste da capital cearense, bem como contribuíram para a periferação, especialmente fatores que atrelam a produção habitacional à política de industrialização, fomentando a intensificação da expansão da mancha urbana, sem uma correlação em termos de emprego. Mesmo o município de Maracanaú, que abriga o polo industrial, mantém forte discrepância entre a quantidade de empregos ofertados e a população residente nos conjuntos (RUFINO, 2012).



Mapa 09: expansão histórica e territorial de Fortaleza.
 Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Accioly (2008).

Quanto à dinâmica da RMF, pode-se afirmar que as políticas habitacionais realizadas pelo poder público na forma de grandes conjuntos habitacionais, a localização dos distritos industriais e o sistema viário principal são os elementos fundamentais de sua configuração. “A expansão territorial alcançada durante o processo de estruturação daquele espaço é, em grande parte, resultado direto da atuação do Estado em torno destes três elementos” (MÁXIMO e LOPES, 2011).

1.3. A resposta ao problema de moradia

É possível ainda perceber que a maneira que o Estado resolve o problema habitacional está diretamente ligada ao favorecimento das relações capitalistas na produção do espaço, uma vez que este, o Estado, favorece a consolidação de grandes construtoras quando assume como solução para o problema de moradia a produção habitacional em massa. Paralelo a isso, ainda coloca as famílias, teoricamente beneficiadas com a unidade habitacional no conjunto, para assumir prestações que muitas vezes estão fora do orçamento familiar.

Se por um lado, ele parece resolver o problema habitação para uma enorme massa que vive em casas precárias, por outro lado, na política de converter ideologicamente o ‘comprador’ do imóvel, com um financiamento a longo prazo, em proprietário, resolve toda uma questão de planejamento e execução de vastos projetos, envolvendo grandes grupos econômicos locais, regionais e mesmo nacionais que se dedicaram ao setor habitação. (BORZACHIELLO, 2009, p. 136)

Junto a isso, grande parte da classe trabalhadora foi mantida majoritariamente fora do financiamento de moradia, uma vez que não cumpria as imposições voltadas ao acesso da produção habitacional, determinadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tinha o poder público como agente direto. O SFH, “por sua vez, dinamiza o setor de construção civil, propiciando maior expropriação da força de trabalho da mão-de-obra operária, bem como a acumulação do capital” (BORZACHIELLO, 1992, p. 58). Desta forma, mesmo durante o período de atuação do BNH/SFH, nas grandes metrópoles, com relativo destaque para São Paulo, a autoconstrução, em loteamentos e também terrenos precários, distantes e desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos e transporte, surgiu como única alternativa viável para o trabalhador que necessitava de opção barata de moradia. O terreno ou lote era adquirido pelo trabalhador pagando pequenas prestações durante longo espaço de tempo e a casa só começava a ser construída depois que, com bastante sacrifício e com investimento do próprio proprietário, conseguisse adquirir o material de construção. Em algumas situações o terreno não era comprado, mas sim ocupado pelo morador. E, quando comprado, isso era feito de forma irregular, sem um contrato oficial de compra e venda, uma vez que, no caso de

lote, o loteador geralmente também era clandestino e no caso de terreno em favela, o proprietário também não possuía a legalidade da terra.

A estratégia de lotear dos vendedores viabilizava a venda a prestação de terrenos para o trabalhador de baixa renda. O lote saía barato porque quase nada se investia em infra-estrutura, porque vendiam-se pequenos terrenos de zona rural como se fossem áreas urbanas e porque deixavam-se vazios entre a zona já urbanizada e os novos loteamentos (BONDUKI, 2004, p. 277).

Desta maneira, à população pauperizada restava procurar, na franja periférica, desprovida das condições gerais, um meio de habitação, geralmente em lotes comprados de forma “legalmente irregular” e muitas vezes em lotes ocupados, para confecção da casa própria a partir do processo autoconstrutivo.

Como já citado anteriormente, em Fortaleza destacava-se a atuação de poucos grupos empresariais no controle de grandes áreas e, conseqüentemente, da atuação no mercado de terras urbanas, caracterizando um mercado fortemente oligopolizado, com regras próprias, cuja demanda crescente era submetida aos interesses mercantis desses grupos. Como exemplo desse modelo, também já citado anteriormente, tem-se a Imobiliária José Gentil, que atuava no mercado de terras executando loteamentos tanto destinado às classes média e alta, quanto às famílias de baixa renda. Em depoimento espontâneo de um grande loteador de Fortaleza dado a Moreira (2004), ele afirma que embora todos os loteamentos tenham lhe proporcionado bastante dinheiro, havia preferência pelos chamados loteamentos populares:

Ganhei muito dinheiro com loteamentos. Mas, os que me deram mais lucro foram os populares. Esses nós não precisávamos fazer quase nada. Bastava abrir a principal e algumas ruas, locar os lotes e colocar para vender. Todo mundo comprava, tudo na base da confiança. (depoimento de loteador de Fortaleza in MOREIRA, 2004, p. 12 e 13)

Os locais onde foram implantados esses loteamentos populares tomaram ares de favela por serem áreas que não contavam com infraestrutura básica, além do aspecto inacabado das casas, pois logo que a casa encontrava condições mínimas de habitabilidade, contendo piso, parede e teto, sendo estas geralmente construídas através do processo de autoconstrução, as famílias já passavam a nelas residirem. As casas construídas através do processo de

autoconstrução eram, geralmente, de baixa qualidade arquitetônica, uma vez que o intuito era ter um abrigo, e não adquirir lucro. Ademais, para o sucesso desse processo, era necessário que o proprietário e grande parte da família convertessem todo o tempo que seria livre, como folga, férias ou até mesmo tempo que seria destinado ao desenvolvimento de outro trabalho, para a construção da moradia, tendo como consequência aumento da jornada de trabalho e esgotamento físico e emocional. As constantes obras para melhoria das casas dão aos bairros características de eterno canteiro de obras.

É sempre importante salientar que os loteadores contavam com informações privilegiadas quanto à implantação de infraestrutura e definição das áreas de expansão urbana por parte do poder público e, com isso, definiam as áreas de loteamento.

Esses projetos, orientados por uma lógica a partir da qual não se pode afirmar a existência de uma articulação orgânica com o Estado no que tange a favorecimentos gratuitos, sem dúvidas, implicaram num privilégio obtido por interesses privados com o uso oportuno de informações restritas, em determinado momento, aos membros da administração pública. Com efeito, ainda conforme palavras de Gentil, ao tomar conhecimento da autorização de execução de obras para abertura e/ou melhoramento de vias de acesso aos então terrenos rurais, a imobiliária buscava atuar seguindo a seguinte seqüência: aquisição do terreno rural que era transmutado em suburbano ou urbano, ou seja, a gleba era transformada em lotes, conforme projeto aprovado de acordo com a legislação em vigor. Por outra, a realização de obras e serviços públicos em áreas já urbanizadas com a conseqüente revitalização das mesmas, como por exemplo, o loteamento da Praia Antônio Diogo (Praia do Futuro), lançado em 1950, foram também alvos preferenciais da imobiliária, permitindo a ela auferir considerável lucro mercantil (MOREIRA, 2004, p. 63 e 64).

Cabe ainda ressaltar que, por mais que essas áreas passassem por processo de implantação de infraestrutura, tal processo sempre foi realizado de forma ineficiente, mantendo a precariedade. Porém, ainda que inexpressivas as intervenções físicas, impactavam no crescente aumento do valor do lote e um ganho mercantil. Frente a isso, o mercado imobiliário é outro elemento que põe em discussão a atuação do Estado. Pereira (1986) diz que o capital imobiliário é valorizado através do trabalho que é vinculado à construção e esse capital é potencializado pela produção das condições gerais na estruturação da cidade.

É primordial observar que o processo de loteamento, vinculado à autoconstrução, assim como o de mutirão, transfere a responsabilidade do Estado para o povo, uma vez que os salários não são suficientes para reprodução da força de trabalho, e a provisão da moradia pelas próprias famílias auxilia o processo de rebaixamento. De acordo com um arquiteto envolvido no movimento popular da década de 1970 em Fortaleza, “os mutirões são atos do governo que bota o povo pra trabalhar de graça” (BORZACHIELLO, 1992, p. 91).

Em termos espaciais as ações institucionais, como a produção de conjuntos habitacionais, contribuíram para o crescimento e acirramento da desigualdade, marcando de forma intensa os desníveis entre as classes, uma vez que a classe dominante concentra-se majoritariamente na zona leste e a classe pobre, na zona oeste. Fomenta também a chamada valorização de terras e especulação imobiliária, já que os conjuntos são construídos nas franjas periféricas, descontínuos da malha urbana, contribuindo para a valorização da terra urbana localizada entre a área urbanizada e os conjuntos habitacionais periféricos. Esse processo de valorização aconteceu também fortemente nas áreas mais centrais onde o Plano de Desfavelamento (1971) retirou favelas e aglomerados destas áreas com o pretexto de obras de infraestrutura, causando uma verdadeira alegria para a burguesia ao levar para distante de seus olhos e convivência os pobres mal quistos pela sociedade.

Dessa maneira, diante da sua intensa atuação, o capital imobiliário atrelado e empoderado pelo Estado termina por definir as formas de reprodução do espaço, o que está diretamente ligado aos problemas urbanos como segregação espacial, uma vez que o mercado beneficia as famílias mais abastadas com área melhor provida de condições gerais. Isso implica em características aplicadas pelo próprio mercado imobiliário, que se encarrega de gerar expectativas de valorização futura, através do processo especulativo que eleva o valor do solo, passando a atrair uma determinada demanda para uma determinada área. “A valorização do capital imobiliário é formada pelo trabalho diretamente incorporado ao terreno – através do trabalho imediato na construção – como pelo desenvolvimento das condições gerais – através da valorização do espaço” (PEREIRA, 1986, p. 226). A partir disso, é possível

dizer que uma determinada área – como, no caso de Fortaleza, o vetor leste da cidade – é valorizada pelo trabalho, porém potencializada pela aplicação das condições gerais, impactando assim na estruturação espacial e social da cidade.

1.4. Da industrialização à precarização

Com o desenvolvimento do modelo industrial no Brasil, durante o período militar, nas décadas de 1960 e 1970, o Estado passou a intervir nas grandes cidades, para onde se destinavam as indústrias, investindo na criação de condições gerais, necessárias para o desenvolvimento industrial e ampliação do capital.

Nesse período, foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), vigente de 1971 a 1974. Segundo Souza (1999), o tripé do I PND se constituía de integração nacional, desenvolvimento econômico e justiça social.

A integração nacional tinha como base de operação o desenvolvimento regional, procurando por meio dele criar mercado interno capaz de promover, desde aquela época, o desenvolvimento auto-sustentável e, do ponto de vista da produção, permitir a progressiva descentralização econômica. Esse era o sentido da implementação dos Pólos de Desenvolvimento no Nordeste, no Centro-Oeste e na Amazônia (SOUZA, 1999, p. 122).

Ainda em 1974, foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigorou de 1974 a 1980. O II PND possuía concepção setorialista, onde predominava uma “visão segmentada do urbano, entendida como a somatória de habitação, do transporte, do saneamento básico, da gestão administrativa, das finanças” (SOUZA, 1999, p. 114). Com base na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que consta como um dos capítulos do II PND, foram conduzidas, entre 1974 e 1980, as ações sobre o urbano. A PNDU propunha que “[...] a partir da definição de um modelo de ocupação territorial, ajustado à política nacional de desenvolvimento, deveriam ser construídos os programas de investimento intra-urbanos [...]” (SOUZA, 1999, p. 124).

Com o investimento em infraestrutura nas cidades para onde estavam destinadas as indústrias, o Estado criou um suporte necessário ao processo de acumulação, passando a sustentar a lógica de reprodução do capital, no

momento em que essa infraestrutura criada proporciona às indústrias condições de se expandirem. Através desse investimento, o Estado começou também a produzir, ainda que na maior parte das vezes de forma precária, condições gerais necessárias à reprodução da força de trabalho.

Quando, ao favorecer o processo de industrialização e de acumulação do capital, o Estado proporciona ao morador trabalhador, ainda que de maneira insuficiente, as condições gerais necessárias à reprodução do trabalho, é justificado, segundo Kowarick (2000), pelo fato de que, em certa medida, é preciso que a força de trabalho se reproduza para o capital. Então, pode-se dizer que, com a criação de necessidades por parte do processo de industrialização o que, entre outras, inclui a reprodução do trabalho, o Estado investe nas necessidades coletivas. Porém, esse investimento é limitado de modo a privilegiar as camadas de maior renda.

[...] o Estado continua beneficiando com sua [sic] ações a burguesia detentora do grande capital; cada vez mais, através de sua atuação, vem estabelecendo políticas que estimulam a acumulação capitalista, e implantam poucos programas ligados à reprodução da força de trabalho. É nas grades cidades e, especialmente, nas aglomerações metropolitanas que a ausência ou ineficácia dessas políticas são mais sentidas (BORZACHIELLO, 1992, p. 86).

É perceptível a presença do Estado, responsável por gerar bens de consumo coletivo e por fazer papel de investidor econômico, alimentando o financiamento de empresas, além de assegurar os investimentos privados através do suporte na implantação de infraestrutura. Nota-se a ambivalência por parte do Estado que, teoricamente, no intuito de tentar garantir, não assegura condições gerais ou melhorias urbanas para a população moradora da cidade “não legalizada”.

Esse fenômeno era perceptível em todo o país que, em âmbito municipal, tentou regulamentar, de forma embelezadora, as áreas centrais através da legislação urbana. Nas áreas suburbanas e rurais, para onde foi destinada a população pobre, essas leis eram cumpridas de modo prejudicial aos seus moradores, especialmente quanto às novas ruas criadas nessas áreas e casas construídas nessas ruas que mantinham o *status* de irregulares ou ilegais, tendo dificuldade na solicitação de instalação de infraestrutura urbana, frente

ao rigor de *status* legal exigido pela legislação. Em Fortaleza, a política habitacional sempre esteve atrelada às oligarquias “[...] a implantação desta política foi influenciada em toda sua trajetória pelas alianças realizadas entre o poder central e as oligarquias regionais de forma a manter os apoios necessários para a estabilidade do governo” (ARAGÃO, 2010, p. 74).

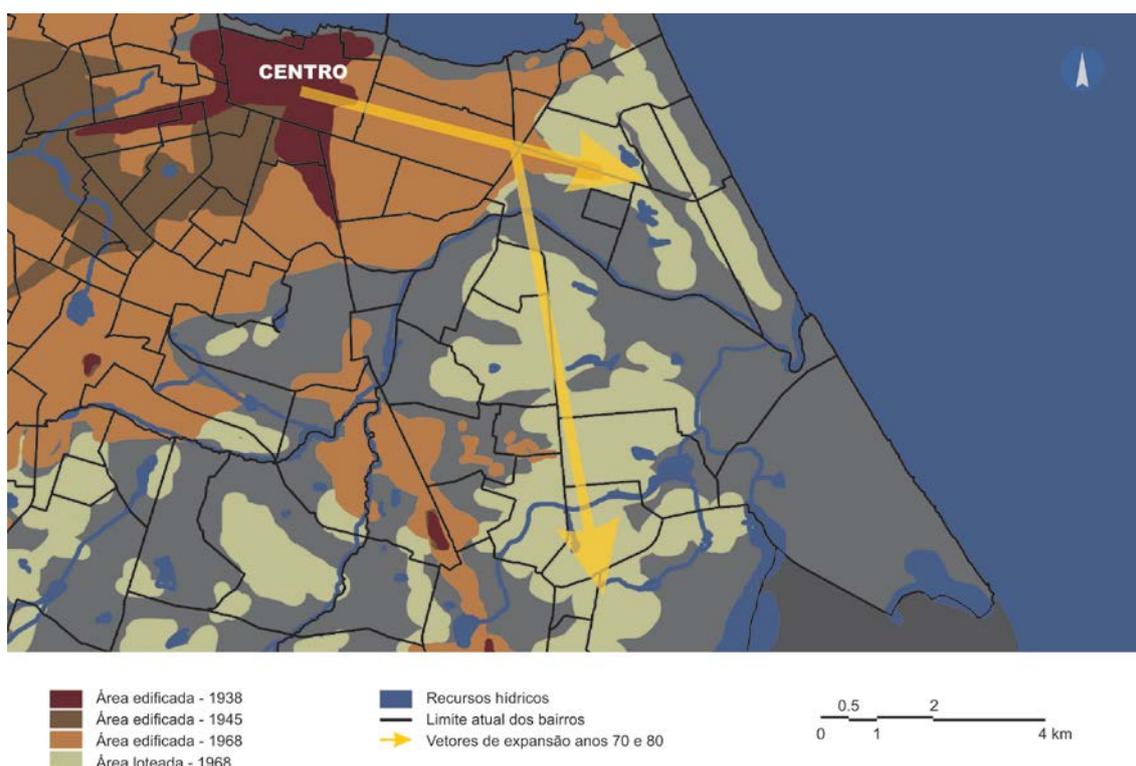
Frente a essa garantia apenas às regiões tidas como legais, como consequência, o mercado imobiliário aproveita esse investimento por parte do Estado e eleva o preço dos imóveis localizados nas áreas providas de infraestrutura e equipamentos urbanos. A produção desses espaços, acompanhadas de melhorias urbanas, aumenta o preço da terra à medida que decai o ônus social existente anteriormente em função da falta de investimentos em melhorias urbanas. Esse espaço passa a ser acessível a um grupo restrito da população e se fecha à massa esmagadora de trabalhadores, contribuindo para a pauperização da população e segregação socioespacial.

Uso e localização do solo urbano estão intimamente vinculados às classes sociais que os detém, daí o fato de certos serviços e equipamentos, como também de determinadas infra-estruturas estarem vinculadas, quanto à sua presença e funcionamento, aos detentores daqueles. Esta situação é tão evidente que ao analisar a distribuição dos serviços urbanos sob a responsabilidade do Estado no espaço da cidade, Singer identifica de imediato que estes só atendem aos moradores de rendimentos elevados ou médios (BORZACHIELLO, 1992, p. 95).

Percebe-se então que o Estado beneficia a burguesia em detrimento da classe trabalhadora, implementando infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas onde as classes mais abastadas vivem, o que contribui para a elevação do valor da terra nessas localidades, gerando a expulsão da classe trabalhadora para áreas cada vez mais distantes da centralidade e desprovidas de condições gerais básicas necessárias para a reprodução da força de trabalho e para o desenvolvimento das relações sociais. Com a justificativa do desenvolvimento econômico das cidades, o Estado foca seus investimentos nas indústrias e empresas e passa a considerar esse posicionamento importante para o crescimento dessas cidades. Porém, esse investimento não se estende a todas as classes, destinando maior grau às classes de maior poder aquisitivo, forçando as classes de menor renda a viverem às margens da

sociedade. Isso contribui ainda com a especulação imobiliária e a segregação espacial e social e cria formas contraditórias de apropriação do espaço.

Na década de 1970, o lado leste de Fortaleza encontrava-se consolidado como região que abrigava a burguesia local, bem como importantes equipamentos localizados entre o leste e o sudeste da cidade, como o Centro de Convenções do Ceará, a Universidade de Fortaleza (Unifor), a Imprensa Oficial e a Academia de Polícia.



Mapa 10: expansão zona leste de Fortaleza.
Fonte: elaboração própria (2015) a partir de Accioly (2008).

Assim como o terreno destinado à implantação do Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó, os destinados à Universidade de Fortaleza, à Imprensa Oficial e ao Centro de Convenções, também foram doados pela Imobiliária Gentil, no intuito de estruturar a região onde havia executado loteamentos, porém “na época da sua comercialização, as terras foram descritas como sem ‘valor’ porque os lotes apresentavam preços muito inferiores aos que, em virtude da sua localização, permitiam uma boa acessibilidade ao resto da cidade” (LOPES, 2013, p. 09). Com isso, a Imobiliária fez doações tanto ao setor público quanto privado para atrair investimentos em infraestrutura e, com isso, tornar a região atrativa.

A migração da elite para o leste e a implementação desses importantes equipamentos contribuiu para gerar a polarização da cidade, onde no setor leste concentram-se as camadas elevadas de renda e, com isso, grande investimento por conta do poder público em infraestrutura, e na zona oeste concentram-se as camadas populares juntamente com o precário serviço de infraestrutura e investimento do poder público.

Conforme será visto no item 2.1, é nesta década, no ano de 1973, que o município de Caucaia, a oeste da RMF, passa a ser base de implantação do Plano de Desfavelamento da Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Esse Plano teve início em 1971 e mantinha a lógica de remoção da população para conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade e, posteriormente, em municípios periféricos.

Como centro de uma região metropolitana, Fortaleza tem induzido o crescimento dos chamados municípios periféricos na proporção em que os mesmos são úteis ao seu crescimento. [...] O município de Caucaia, para solucionar os conflitos pela moradia que emergiu em Fortaleza em fins de 60 e início de 70, vai ser uma base de implantação do Plano de Desfavelamento da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, em 1973 (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 50).

O projeto de industrialização, acoplado ao de habitação e de geração de emprego, contribuiu também para a precarização da força de trabalho.

A política de habitação social daria suporte a estratégia de constituição de frentes de trabalho e incentivo ao setor da construção civil, barateando ainda os custos com a reprodução da força de trabalho para ser absorvida também pela indústria insurgente e assim produzir vantagens comparativas em termo de custo salarial. As obras para a implantação de grandes conjuntos habitacionais absorviam parte da mão-de-obra desqualificada aquecendo o mercado da construção civil e gerando recursos para a população que impulsionava a economia local (ARAGÃO, 2010, p. 83).

Observa-se então que o Estado, sob a justificativa de incremento à política de industrialização somada a uma política habitacional de larga escala, contribuiu para a precarização da força de trabalho e não fornecia ao morador trabalhador condições essenciais para a reprodução da força de trabalho, contribuindo para a pauperização do morador trabalhador que vivia em condições de constante

espoliação urbana. O conceito de espoliação urbana será melhor abordado no próximo capítulo.



Fonte desconhecida.

CAPÍTULO 2 O CORO DOS EXCLUÍDOS

São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
(Gonzaguinha, Pequena memória para um tempo sem memória, 1981)

2. O CORO DOS EXCLUÍDOS

Nos anos pós 1964, no Brasil, o Estado, militarizado e de postura autoritária, cerceou a opinião popular e a vida dos cidadãos que eram impedidos de manifestar qualquer tipo de descontentamento, anseio ou insatisfação. Com o “milagre econômico” durante a gestão Médici (1969-1974), caracterizada pela alta repressão, o Estado procurou compensar a insatisfação gerada nas camadas populares com a ilusão de melhoria do padrão de vida e de acesso a bens de consumo individuais. Porém, a tentativa de legitimar poder e povo não foi bem sucedida já que, cada vez mais, a ação do poder era excludente.

À medida que o “milagre” vai mostrando a real face de um modelo de crescimento de renda, observa-se uma reanimação do setor popular e operário no sentido de reivindicar uma participação efetiva na riqueza que estava sendo gerada. A partir de 1978 as greves do ABC paulista e a proliferação dos movimentos de bairro reivindicaram participação e democratização em todos os níveis (BORZACHIELLO, 19992, p. 112).

Observa-se então que, na década de 1970, vários grupos reivindicavam seus direitos, mobilizando-se em torno de questões como as salariais e de condições de trabalho. Nesse mesmo período, acontecia em todo país protestos pela anistia política, que lutavam pelo fim da ditadura militar e pela abertura para um país democrático. Esse momento intensificou a união de vários segmentos sociais, que trouxeram à tona, entre outras questões, duas importantes características da realidade brasileira: a pobreza urbana e o caráter excludente do Estado autoritário.

Vale destacar que, em Fortaleza, os movimentos pioneiros de bairro surgiram ainda na década de 1950 nos bairros Pirambu, que teve ação direta na luta pra conquistar o direito à terra, e no Dias Macedo, “mas no caso deste, as experiências foram mais internas, não conseguindo atingir o conjunto da cidade” (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 61). Ambos contaram com forte apoio de setores da Igreja Católica e questionavam o acesso à terra e a garantia de permanência no local.

O Pirambu, um dos bairros mais populosos de Fortaleza, situado na orla marítima, a oeste da cidade, próximo ao Centro e ao Arraial Moura Brasil, teve

sua ocupação iniciada na década de 1930, quando a população de trabalhadores informais e desempregada e a população miserável foram mantidas fora do investimento habitacional estatal da época e tiveram como única opção ocupar áreas localizada à margem do traçado urbano existente. Foi o primeiro bairro a sofrer constantes ameaças de expulsão da área. No dia 1º de janeiro de 1962, os moradores, frente às cotidianas ameaças de remoções violentas, fizeram a “Marcha do Pirambu”, reunindo 30 mil pessoas rumo ao Centro, em luta pela terra.

Apesar da mobilização no sentido da não desapropriação, as pressões de supostos proprietários, polícia e Marinha continuaram, e, no dia 20 de janeiro de 1962, ocorreu uma invasão de homens armados de picaretas, exigindo a desocupação imediata da área (BARREIRA apud FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 61).

Apesar da tentativa de desocupação, o movimento, porém, teve causa vitoriosa. O ministro da aviação decretou no dia 25 de maio do mesmo ano a desapropriação da área para fins de interesse social. Foram destinados 98,6 hectares já ocupados por casas e barracos para que garantissem sua permanência, além de 52,5 hectares desocupados destinados para a urbanização do bairro (FERNANDES, DIÓGENES e NOGUEIRA, 1991).

É importante ressaltar que a experiência de Pirambu foi pontual. Nos anos 1960, mesmo com o importante apoio de alas mais progressistas da Igreja Católica, os movimentos em Fortaleza tiveram ações mais isoladas e de atuação com características pontuais, sem grandes articulações.

No início da década de 70, de forma mais articulada, ressurgiram os movimentos operário e popular que lutavam contra a exploração do trabalho e por acesso a bens de consumo individuais, como o direito à moradia, e coletivos, as chamadas infraestruturas, uma vez que a falta de acesso a esses bens de consumo caracteriza-se, de acordo com Kowarick (1979), como espoliação urbana.

Kowarick (1979) define espoliação como o acúmulo de inexistência ou precariedade de elementos que transformam a cidade coletivamente, porém são usados individualmente, como o acesso à terra e à moradia, benfeitorias por parte de infraestrutura urbana, onde essas “apresentam-se como

socialmente necessárias para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta” (KOWARICK, 2000, p.22). O autor ainda afirma que a espoliação urbana está diretamente ligada à exploração do trabalhador, porém não pode ser resumida a essa. Para Pereira, “o específico do urbano se configura nessa confluência dos processos de espoliação dos moradores com a exploração do trabalhador que se reveste em pauperização e exclusão” (PEREIRA, 1986, p. 220).

Presentes de maneira dramática no cotidiano de milhões de pessoas, as consequências da exploração do trabalho e da espoliação urbana afloram, mais do que outros, como problemas coletivos, adquirindo no cenário metropolitano aquilo que pode ser designado como *visibilidade social e política*. Social, no sentido que são vistos como problemas que se enraízam como necessidades que, não atendidas, são, no entanto, percebidas por amplo contingente como demandas legítimas, direitos a serem conquistados. Política, na acepção de força organizativa que pressiona, por vários canais, os centros decisórios, em particular os órgãos do Estado (KOWARICK, 2000, p. 34 e 35).

Nas grandes cidades, a espoliação urbana manifesta-se de diversas maneiras, como nas precárias condições de habitabilidade, horas despendidas na locomoção em transportes públicos de qualidade duvidosa, ausência de infraestrutura básica, como água encanada, sistema de saneamento básico, luz elétrica, coleta de lixo, ruas pavimentadas, acesso fácil ao transporte público, além da inexistência de áreas públicas e verdes e da precariedade de equipamentos urbanos como hospitais, postos de saúde, escolas e creches.

Os conceitos de espoliação urbana e exploração do trabalhador derivam-se do mesmo sistema econômico capitalista que, na busca pela produção da mais valia e acumulação do capital, transforma elementos sociais em fontes de lucro. Pode-se usar como exemplo, nas cidades, a habitação que perde sua função de abrigo e torna-se fonte de renda, onde é possível observar, além do valor da construção, a transferência de benfeitorias públicas para o preço da terra, adicionando a ideia de valorização, o que transforma o preço do imóvel.

É ainda na década de 1970, nas grandes cidades brasileiras, que se destaca o surgimento de vários outros movimentos, como o feminino e o de minorias

raciais, principalmente o de negros, que questionavam a exclusão e o preconceito sofrido há séculos. Porém, especialmente na Grande São Paulo, destacaram-se os movimentos operário-sindicais e os que lutavam por acesso à terra, à moradia e aos bens de consumo coletivos, caracterizando-se movimentos sociais urbanos. Nesse momento, a Igreja Católica, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) tem também papel de destaque na orientação e conscientização das comunidades para mobilização popular, tratando assuntos de escala social com reflexões feitas através de leituras da Bíblia.

Denomina-se por movimentos sociais urbanos os processos de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, compatíveis com a inserção no 'habitat' urbano e com os padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho (BARREIRA, 1991, p. 33).

Frente à conjuntura nacional, Fortaleza, em menor escala, também se insere no processo de registrar e manifestar descontentamento e anseios. Porém, "a própria estrutura de poder do Ceará, onde velhas oligarquias controlam grande parte da economia do Estado, mantendo razoável poder de pressão na política estadual, impedem um avanço maior do movimento organizado das bases" (BORZACHIELLO, 1992, p. 112). Apesar do pequeno número de indústrias e da insegurança do trabalhador quanto à garantia do emprego, submetendo-se, assim, a todo tipo de situação, os movimentos sociais em Fortaleza surgiram, também, no interior das fábricas e nos sindicatos, bem como nas organizações de bairro, contando com a forte atuação das CEBs.

Os movimentos sociais urbanos em Fortaleza, a partir dos anos 60, sobretudo no final da década de 70, têm constituído um marco no processo de formação de novos sujeitos com características diversas daqueles que sempre estiveram à frente do processo político econômico cearense. [...] No contexto contraditório de Fortaleza, onde a 'inexplicável' ostentação convive com um lastro de pauperização acelerada que se estende por toda periferia, o processo organizativo dos moradores tem ganhado vulto (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 39).

Na década de 1970, Fortaleza era uma cidade com pouca expressão industrial e de produção. Seu desenvolvimento industrial só aflorou a partir da segunda

metade da década e, ainda assim, de forma tradicional conservadora, mantendo a concentração do capital na mão de empresários locais, o que tornou conservador o processo de industrialização, concentrado nas mãos de poucas famílias. Devido a essa forte concentração na produção industrial, Fortaleza tornou-se uma cidade que ostenta, simultaneamente, riqueza e miséria.

As CEBs e a Cáritas, um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua em diversas frentes junto às pessoas mais empobrecidas, assumiram a posição de “opção preferencial pelos pobres” e tiveram papel significativo nos movimentos sociais em Fortaleza. Caracterizaram-se por fazer reflexões através de leituras da Bíblia e por desenvolver o trabalho de assessoria para os movimentos populares. “A assessoria aos movimentos populares corresponde a um trabalho de conscientização política, ajuda material e financeira, direção do movimento para a luta por direitos sociais [...] com direitos que devem ser respeitados pelo Estado” (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 71). No intuito de prestar assessoria aos movimentos populares, a Igreja progressista, através das CEBs, arregimentava seus agentes pastorais nas próprias comunidades para que estes se engajassem nas frentes de luta do bairro e participassem, inclusive, na organização dos moradores.

Nas cidades brasileiras, as lutas operário-sindicais tiveram origem nas organizações de bairro. Porém, essas organizações também tiveram forte impacto social e político ao incorporar em sua pauta de lutas questões de melhoria como água encanada, esgotamento sanitário, transporte, creches, escolas, postos de saúde, áreas públicas de lazer, calçamento, canais, pontes. Nesse período, na década de 1970, diversas organizações passaram a discutir as condições espoliativas que viviam no cotidiano, passando a questionar o poder público de diversas formas.

Naquela época, em grande parte devido à ação da Igreja católica por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), clubes de mães, associações de jovens e outras articulações ligadas às pastorais católicas, as pessoas passaram a se reconhecer, a perder o medo de pensar e agir e, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a

esboçar um *campo de resistência e organização popular* (KOWARICK, 2000, p.37 e 38).

Esse processo, ainda que fragmentado, foi criando na população uma consciência de insubordinação que lutava contra a espoliação urbana vivenciada diariamente. Foram surgindo variadas formas de resistência e reivindicações, manifestações organizadas ou não, greves, passeatas e ocupação de terras, desafiando o sistema político autoritário. A partir de então, foi intensificada a construção de barracos em terras ocupadas, tanto em áreas públicas quanto privadas, sendo considerada a única opção para a população desempregada sobreviver nas metrópoles.

Nos bairros, de maneira mais embrionária, auxiliados por profissionais em cujo meio se mesclavam ativistas de várias tendências políticas e onde continua forte a presença de agentes da Igreja católica, em vários locais não só se reivindicam dos órgãos estatais serviços e equipamentos públicos, como também discutem-se questões comunitárias, geradoras, talvez, de uma nova sociabilidade que traz à luz um discurso que reinterpreta os amplos e profundos problemas coletivos (KOWARICK, 2000, p. 39 e 40).

Observa-se então a organização popular nos territórios, onde o cidadão assume seus direitos e deveres de participação na construção de melhoria nas condições de morador e trabalhador. Esse cidadão tornou-se importante ator político na luta pelo direito à cidade e melhores condições de vida.

É claro que todo problema é relacionado com a origem e nas cidades atuais a contradição urbana – exacerbada e desenvolvida – já não se pode tratar de simplesmente proporcionar uma casinha ao operário, mas de suprir também as carências mais amplas que resultam do próprio desenvolvimento da cidade enquanto lugar de moradia que, cada vez mais, está indissociável do espaço urbanizado (PEREIRA, 1986, p. 218).

É perceptível a luta em busca do avanço da vida social. As organizações populares cobram do Estado serviços e equipamentos coletivos para melhorar as condições de vida, ao mesmo tempo em que vivem em conflito com ele. Com a articulação dos movimentos sociais nas lutas por serviços e equipamentos urbanos, eles ultrapassaram o esperado pela elite e governança que tinha a ideia de que com a aquisição da casa própria a classe trabalhadora fosse entrar em um estágio de conformismo. Porém, eles passaram a

reivindicar seu direito à cidade¹⁷, tornando visível o padrão de segregação social e espacial das cidades.

Quando assumiu pela segunda vez o comando político administrativo do Ceará, Virgílio Távora (1979-1984) tinha no seu Plano de Metas voltado à consolidação do processo de desenvolvimento, com bases lançadas em seu primeiro mandato (1963-1967). De acordo com Chagas Barreira (1991), Virgílio Távora determinou como meta prioritária a implantação do polo industrial de Caucaia, no intuito de mudar o perfil da economia cearense. Em sintonia com o discurso do progresso, a política de promoção social, voltada às camadas sociais mais baixas, pretendia proporcionar acesso aos bens gerados pelo crescimento econômico. Vale ressaltar que o polo industrial de Caucaia nunca chegou a ser implantado.

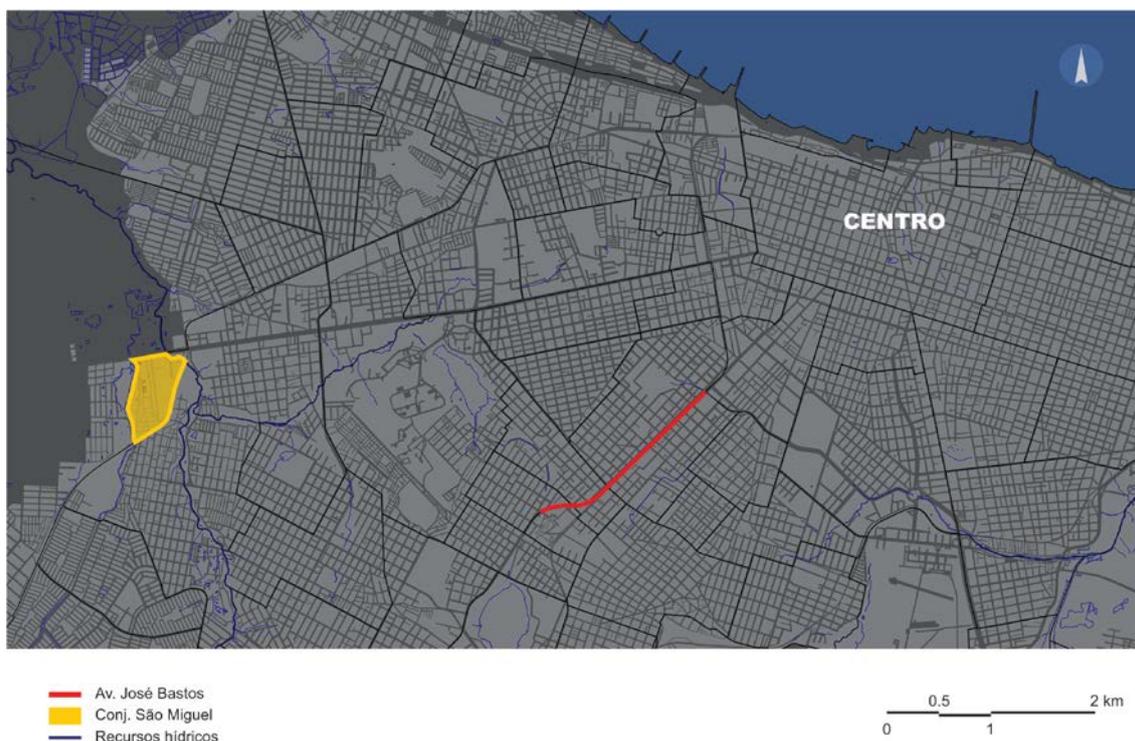
Dentro da política de promoção social, o programa de maior alcance foi o dos CSUs (Centros Sociais Urbanos). Em 1974, já existiam 33 CSUs distribuídos por todo estado do Ceará, construídos pelo governo estadual ou por prefeituras municipais. Tinham como objetivos desenvolver atividades nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer. “Esses centros foram criados com a finalidade de se converterem em ‘espaços oficiais’ que ficavam com a direção sob o controle de uma pessoa ligada, direta ou indiretamente, ao poder” (BORZACHIELLO, 1992, p. 125). Porém, mostraram-se ineficazes, uma vez que foram construídos sem um diálogo com a sociedade moradora das localidades onde foram implantados, sem levar em conta as reais necessidades das localidades e tendo ineficaz manutenção. Muitos deles foram destinados a abrigar eventos pontuais, funcionando como uma espécie de clube de bairro.

¹⁷ Seguindo Harvey (2014), que recupera as ideias de Henri Lefebvre, o termo “direito à cidade” é utilizado como sendo: “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Qual seria, então, a melhor maneira de exercê-lo? [...] Reivindicar o direito à cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de poder configurado sobre o processo de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p. 28 e 30).

O governo Virgílio Távora foi marcado ainda por muitos conflitos relacionados à questão de moradia e transporte, ao que respondeu de forma repressiva e autoritária. Um dos casos mais emblemáticos de movimento caracterizado por ter sofrido forte repressão policial se refere à favela da José Bastos, ocupação de um terreno privado, localizado próximo à área central, na região noroeste da cidade. O então proprietário do terreno entrou na justiça pedindo reintegração de posse.

Os moradores constroem cerca de 1.800 moradias no prazo de seis meses em terrenos particulares. Em 1978, depois de uma ordem de despejo, os moradores reagem, a luta intensifica-se e ganha adesões. À interferência do Estado o prazo é inicialmente adiado. Depois, a proposta de transferência dos moradores a um novo terreno acaba sendo a opção viável face à repressão policial e o parecer desfavorável da justiça (BARREIRA apud FERNANDES, DIÓGENES e LIMA, 1991, p. 63).

Tal repressão foi considerada incomum até então na cidade de Fortaleza: “O movimento da favela José Bastos foi reprimido com uma intensidade nunca vista – a polícia empregou armas de fogo, bombas de gás lacrimogênio e cães policiais” (CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 89). Apesar da intensa repercussão, da expressão que o movimento ganhou em toda a cidade e de ter recebido apoio de vários segmentos da sociedade civil e de entidades como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Estado foi irredutível e não negociou. Deslocou a população para uma área desfavorável, distante do local onde residiam, trabalhavam, e do centro da cidade, com péssimas condições de transporte e de saneamento e, enquanto esperavam a construção das casas, tiveram que se alojar em barracos de lona. “A repressão policial, contudo, é intensa, e os moradores acabam sendo transferidos para um terreno nas imediações do FRIFORT, próximo ao limite com o município de Caucaia, denominado Conjunto São Miguel” (FERNANDES, DIÓGENES e de LIMA, 1991, p. 63).



Mapa 11: localização Avenida José Bastos e Conjunto São Miguel.
 Fonte: elaboração própria (2015).

Em Chagas Barreira (1991), uma das líderes do movimento avaliou, na época, que o conflito havia sido importante, pois foi a partir dele que descobriram novos aliados e avançaram na questão do problema de moradia, embora não tenham tido vitória nesse caso e, apesar de tudo, o Estado ainda criou, em 1971, o PROAFA (Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza), que tinha como sua principal política deslocar a população para conjuntos habitacionais.

2.1. Programas de desfavelamento ou higienização social?

No início dos anos de 1960, a administração municipal, através da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF), criou programas de desfavelamento, destinados à população de baixa renda e que tinham como foco de aplicação favelas localizadas nas áreas centrais. “No período entre os anos de 1969 e 1978, a FSSF construiu 3 conjuntos habitacionais, totalizando 2322 unidades habitacionais” (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 11). Dentre os programas de desfavelamento está o Plano de Desfavelamento, criado em 1971 e já citado no capítulo anterior. Os conjuntos construídos pela FSSF são: Alvorada, construído em 1971, com 310 unidades habitacionais, localizado na região

sudeste; Marechal Rondon, localizado a sudoeste da cidade, nos limites do município de Caucaia, construído em 1972, com 1280 moradias; e o Palmeiras, construído em 1974, no extremo sul da cidade, nos limites com o município de Itaitinga, com 732 unidades habitacionais.

Os primeiros programas de desfavelamento, conduzidos pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza e traduzidos no reassentamento das famílias em outras áreas através de conjuntos habitacionais, datam do final da década de 1960. Tais programas, nesse primeiro momento, estão associados à abertura ou urbanização de importantes vias da capital cearense ou à implantação de equipamentos urbanos. Marco inicial da atuação da FSSF na promoção de habitação, é a construção, em 1966, do Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó, no bairro Água Fria (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 8).

Vale lembrar que o Conjunto Habitacional Santa Luzia do Cocó, como já mencionado no capítulo anterior, foi construído em terra doada pela Imobiliária José Gentil, no intuito de atrair investimentos públicos para a região sudeste da cidade, onde a empresa havia implantado número razoável de loteamentos.

A tônica que as ações de desfavelamento tiveram foi de remoção da população pobre moradora em áreas centrais para conjuntos habitacionais construídos em locais distantes do local original de moradia e do centro, dificultando o acesso a emprego e serviços, levando o morador trabalhador a ter mais custo e gasto de tempo com transporte, além da precária infraestrutura das novas localizações. A Favela do Trilho I, localizada entre as avenidas Pinto Martins e Borges de Melo, é um exemplo desse modelo. Parte da população foi removida para dar lugar à construção do Terminal Rodoviário e à urbanização da avenida Borges de Melo, sua principal via de acesso. Das 313 famílias residentes no local, 121 foram removidas para o Conjunto Alvorada, construído em 1971, localizado no sudeste da cidade e distante doze quilômetros do perímetro central. Em 1972, outras favelas, também localizadas em área central, foram removidas e parte das famílias que ocupavam estas favelas também foram realocadas no Conjunto Alvorada. “Chamado de conjunto habitacional, o Alvorada consistia num programa de reassentamento através de lotes urbanos financiados pela FSSF” (MÁXIMO e LOPES, 2011, p. 8).



Mapa 12: atual terminal rodoviário e Conjunto Alvorada.
 Fonte: elaboração própria (2015).

Em 1973, com a construção da avenida Presidente Castelo Branco (mais conhecida como Leste-Oeste), fazendo a ligação entre a zona industrial da Barra do Ceará à zona portuária do Mucuripe, houve novas remoções, especialmente parte do Pirambu e parte do Arraial Moura Brasil. A população removida dessas localidades foi reassentada no conjunto Marechal Rondon, onde, posteriormente, foram construídas mais 50 unidades habitacionais no regime de mutirão. O conjunto foi construído pela FSSF em 1972 e dista 14 quilômetros do Centro da cidade, já nos limites com o município de Caucaia.

Foi um marco dos programas e ações de desfavelamento a remoção da população de favelas em áreas centrais para conjuntos localizados nas franjas periféricas, em limites com cidades da RMF, reafirmando a lógica de provisão do BNH, onde se produz grandes conjuntos habitacionais, verdadeiros bairros, ocupando a periferia de Fortaleza e cidades da RMF. Com isso, percebe-se que as políticas de desfavelamento atreladas à provisão habitacional por parte do BNH contribuem para a periferização da pobreza. Esse processo aconteceu em nível nacional nas grandes cidades brasileiras, causando uma verdadeira

higienização social e contribuindo para segregação social e territorial dos municípios.

Comparando a figura 01 (item 1.1) com a figura 02, percebe-se espacialmente a localização das favelas no município de Fortaleza e os locais destinados como prioritários para as ações do desfavelamento, locais que abrigam os grandes conjuntos habitacionais, o que nos leva a concluir que a remoção da população pobre foi feita para as franjas periféricas.

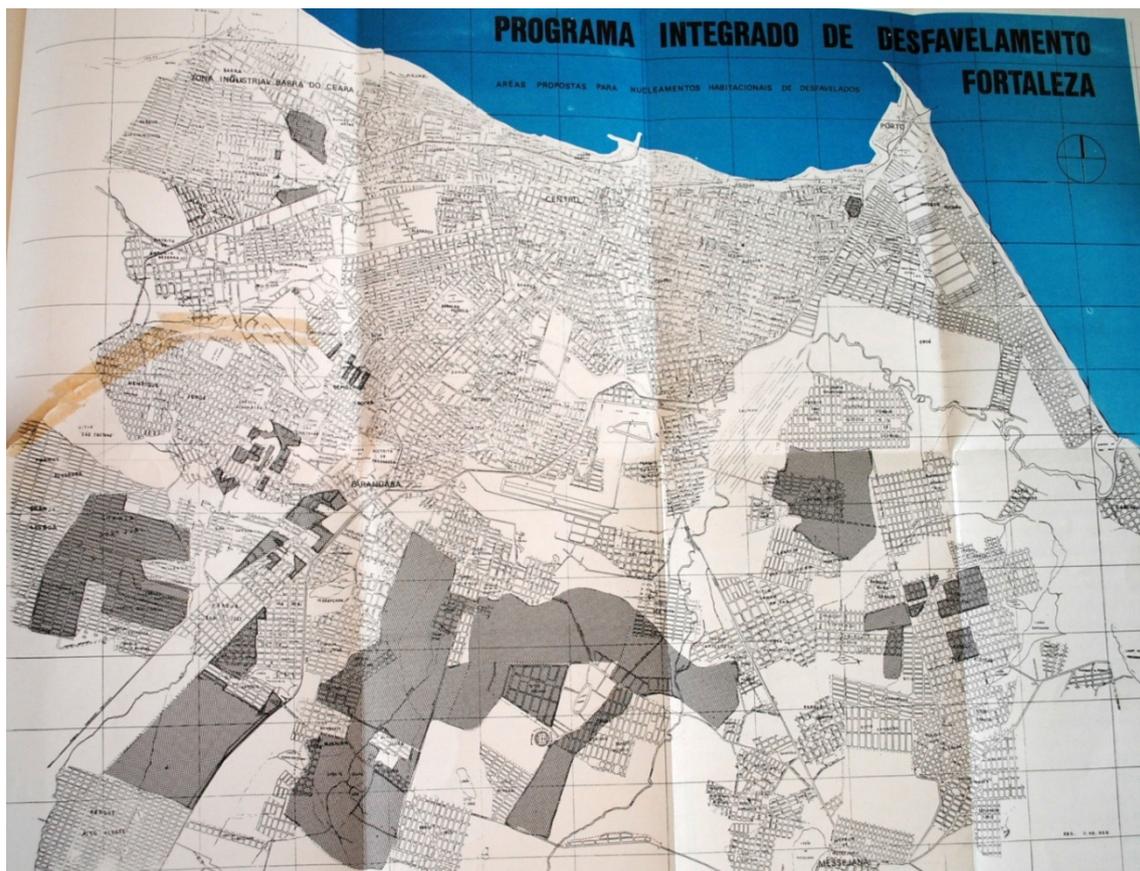
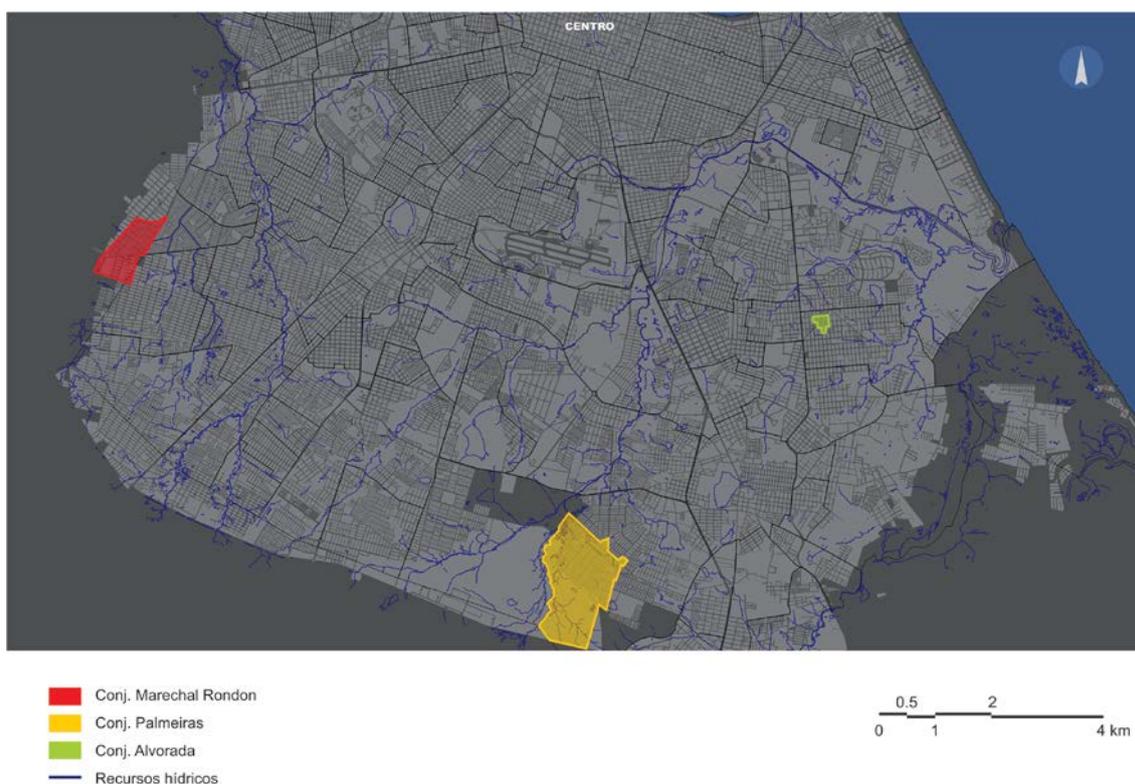


Figura 02: áreas propostas para os Núcleos Habitacionais de Desfavelados.
Fonte: Máximo e Lopes (2011).

Entre os anos de atuação do PROAFA (1979-1983), foram construídos oito conjuntos habitacionais. Todos caracterizados pela longa distância entre o local de sua implantação e o Centro da cidade, pela falta de inserção junto à malha urbana e pela carência de implantação de infraestrutura básica, marcas de processos socioespaciais que se repetem. Esses conjuntos foram construídos “através dos programas PROMORAR, João de Barro e com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Ceará (FDC)” (CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 90). Frente à estratégia de remoção e ao “emprego de métodos repressivos

no enfrentamento dos conflitos, a sigla PROAFA era traduzida pela população das favelas como ‘Programa de Assombração dos Favelados’” (CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 90).

Essa política teve início em 1971, através do Programa de Remoção de Favelas executado pela Fundação do Serviço Social de Fortaleza que, para atender a essa finalidade construiu três conjuntos habitacionais – Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras – localizados respectivamente a doze, quatorze de dezoito quilômetros de distância do perímetro central da cidade (CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 90).



Mapa 13: espacialização dos Conjuntos Habitacionais Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras.
Fonte: elaboração própria (2015).

Apesar da criação do PROAFA ser posterior à reivindicação dos moradores da José Bastos, que não lograram causa vitoriosa quanto ao direito de permanência no local, houve atuação mais favorável a outras comunidades, como no caso da favela do Lagamar que, dentro do PROAFA, destaca-se por ter sido a única favela a não ser removida e que passou por processo de urbanização significativo.



Figura 03: imagem aérea do Conjunto Habitacional Lagamar, construído pelo PROAFA em Fortaleza.
Fonte: Máximo e Lopes, 2011.

2.2. Pressão e participação dos movimentos sociais

Dando continuidade à administração do governo do estado por coronéis, Gonzaga Mota foi eleito governador (1983-1987). Em seu Plano de Governo, conectado à transição democrática que se consolidava no plano nacional, elegeu como prioridade a redução da desigualdade social e a participação popular nos processos decisórios. Porém, apesar da retórica, o que permaneceu nos primeiros anos foram o autoritarismo e a repressão aos movimentos sociais. Essa gestão iniciou-se em um forte período de seca seguido por uma enchente. Para lidar com isso, e somado ao fato de não reconhecer as organizações sociais, o governo deu seguimento a práticas bastante assistencialistas. Foram criados dois programas: a missão Asa Branca e o Programa de Assistência às Comunidades Carentes (ACC). O primeiro tratava da distribuição de sacolões de alimentos, mediante compensação com mutirões de limpeza urbana fiscalizado por uma liderança da comunidade. O segundo refere-se à prestação de assistência médica e odontológica como um serviço volante. Ambos os programas foram utilizados no esquema de clientelismo e serviram para empregar pessoas que trabalharam na campanha eleitoral e dar prioridade de atendimento aos escolhidos por elas (CHAGAS BARREIRA, 1991). De acordo com depoimentos dados por técnicos: “O curioso é que enquanto aumentou o número de

funcionários, decresceu o ritmo da prestação de serviços em decorrência da falta de recursos financeiros para funcionamento dos diversos programas nos CSUs” (IDEM, p. 92).

Em 1985, pela primeira vez em Fortaleza, é aberto um espaço de participação popular e tem início a relação de diálogo entre Estado e movimentos sociais. A atuação do governo local é reconfigurada frente a muitos acontecimentos do período, como a insatisfação da sociedade civil com o regime autoritário, a pressão dos movimentos organizados por participação nas decisões e ações de políticas públicas e a adesão do governador Gonzaga Mota ao movimento pelas Diretas, já, que defendia o fim das votações indiretas para os cargos executivos.

Como exemplo da pressão na busca de bens de consumo coletivos, nos anos de 1983 e 1984, no bairro Genibaú, houve duas passeatas que reuniram de 2000 a 4500¹⁸ pessoas, respectivamente, reivindicando também para a capital cearense os sacolões da seca que estavam sendo distribuídos no interior do estado. A essas lutas, o Estado respondeu, através do Ministério do Trabalho e Secretaria de Indústria e Comércio/SINE, em 1985, com repasse de verba para a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF).

A FBFF surgiu em 1982 no II Congresso de Entidade de Bairros, com presença de 52 associações. Esse Congresso foi fruto de discussões em torno da necessidade de unificação do movimento, através de uma entidade geral. A discussão sobre a necessidade de unificação dos movimentos começou durante a realização dos Encontros Regionais de Experiências Comunitárias da Saúde – EREMES, em 1978, e se intensificou durante os anos de 1979 a 1984, período de forte seca e estiagem, e possibilitou aos movimentos sociais a união através da luta por água. Nesse período, diversos movimentos, oriundos de diversas associações de bairros, também se uniram para intensificar e compor a luta da José Bastos, já descrita anteriormente e que, apesar de não ter saído vitoriosa, teve forte adesão e influência na luta urbana por conquistas de direitos (FERNANDES, DIÓGENES e LIMA 1991).

¹⁸ Dados de Chagas Barreira, 1991, p. 92.

Essa verba repassada à FBFF, através do Ministério do Trabalho e Secretaria de Indústria e Comércio/SINE, foi destinada à construção de serviços comunitários como postos de saúde, creches e escolas, e obras de infraestrutura, como calçamento, canais para canalização de águas pluviais, incluindo o pagamento da mão de obra local empregada nas obras. Nesse contexto, a PROAFA mudou de estratégia e, em vez da tradicional remoção de favelas, assumiu a posição de reurbanização, como no caso da reurbanização do Lagamar, e passou a reconhecer a Federação de Bairros e Favelas e as Associações Comunitárias como interlocutoras. A partir desse reconhecimento, de acordo com Chagas Barreira (1991), em 1986, a PROAFA realizou, junto com a FBFF, um seminário com o objetivo de discutir a participação popular na política habitacional. Nesse seminário, foram denunciadas diversas insatisfações, como a localização dos conjuntos e a falta de equipamento públicos nas suas proximidades, o alto valor das prestações, além de atitude autoritária, paternalista e clientelista assumidas pelo governo do estado.

2.2.1. As ações dos mutirões

Através da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC), criada em 1985, é implementado, em Fortaleza e Região Metropolitana, dois anos depois, o programa de mutirão, fruto das “lutas e pressões do movimento popular por frentes de serviços e para participar das decisões e ações das políticas públicas direcionadas ao atendimento das necessidades essenciais da população” (CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 92). Esse programa tinha como requisito organização e participação comunitária. Lopes e Rizek (2006) questionam a interligação entre gestão partilhada e esvaziamento das funções do Estado:

Até que ponto uma ‘autonomia administrativa concedida pelo Estado a um grupo juridicamente habilitado e interessado no melhor desempenho possível dessa atividade administrativa’ não se parece com qualquer programa de concessão administrativa de serviços públicos [...]? Assim, até que ponto práticas ditas ‘autogestionárias’ não deslizam para o campo de uma espécie de anomia institucional resultante de uma lógica de terceirização precária, com a transferência linear das funções originalmente atribuídas ao Estado? (LOPES e RIZEK, 2006, p. 49).

Porém, apesar da tentativa de participação da população nas decisões, esse programa, bem como outros que o sucederam, era montado e as decisões tomadas no interior de gabinetes, definidas pelos planejadores do programa.

Essa é uma questão passível de crítica, exemplificada no depoimento abaixo:

‘esses programas sempre chegam de cima para baixo, e se não tiver liderança para acordar a comunidade e dizer para eles que precisa discutir, eles terminam é atrapalhando o trabalho da comunidade. Esses programas tão chegando todo dia... e são coisas que não nascem do desejo da população sofrida do bairro, pra mim são enlatados que vêm de cima para baixo e que não passa por discussão profunda e termina não dando certo’ (depoimento de líder comunitário do Parque Genibaú in CHAGAS BARREIRA, 1991, p. 96).

As normas e atribuições eram decididas a nível nacional e repassadas para operacionalização local. Essa prática gerava conflito com as comunidades, pois continham normas impostas, como exemplo o pagamento de 10% do salário mínimo destinado ao fundo comunitário, inviável para a maioria dos moradores. Isso tudo sem consultar a população beneficiada para saber quais suas principais necessidades, nem discutir formas de implementação, sendo sempre muito restrito o poder deliberativo dos mutirantes. Além disso, o programa não fugia ao clientelismo e favorecimento que caracterizavam ações estatais.

Surge a rearticulação dos mecanismos clientelistas de provisão estatal de moradias – o sorteio, a venda de vagas nos mutirões, o atrelamento das lideranças pelo regime do escambo eleitoral, etc. –, só que, desta vez, legitimados por uma ‘política habitacional participativa’ (LOPES e RIZEK, 2006, p. 50).

Ademais, para o sucesso de realização do mutirão, era necessário haver solidariedade, pois a mão de obra não era remunerada, com algumas exceções de serviços mais especializados como pedreiro ou eletricista, que recebiam um valor inferior ao pago pelo mercado, contribuindo para a precarização do trabalho e para a desvalorização do preço da reprodução da força de trabalho. Além da super exploração da mão de obra, vale ressaltar que as casas construídas através do programa de mutirão tinham o padrão construtivo de qualidade inferior, e se localizavam em bairros periféricos ou municípios da região metropolitana, distantes do Centro e dos locais de trabalho.

Nesse período, a SEHAC firmou convênio para a construção de aproximadamente 10 mil casas, das quais sete mil seriam construídas pelo governo do estado e três mil pela prefeitura municipal¹⁹. De acordo com técnicos da SEHAC, apenas aproximadamente 50% das casas foram entregues, e a maior causa de defasagem se deu devido ao não repasse pela SEHAC das parcelas do recurso federal acordado. Observando os dados conforme a tabela abaixo, é possível perceber a relação das áreas com o número de casas previstas, com a realidade de média de apenas 50% concluídas.

¹⁹ Dados de Chagas Barreira, 1991, p. 94.

MUTIRÃO HABITACIONAL					
CASAS PREVISTAS E CONCLUÍDAS EM FORTALEZA					
CONVÊNIOS SEHAC/GOVERNO DO ESTADO/PREFEITURA MUNICIPAL					
CONVÊNIO COM O GOVERNO ESTADUAL			CONVÊNIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL		
ÁREAS	Número de casas		ÁREAS	Número de casas	
	Previstas	Concluídas		Previstas	Concluídas
Pirambu	1000	359	Quintino Cunha	576	250
Serviluz	400	104	São Francisco	34	34
Cristo Redentor	500	161	Boa Vista	128	29
Jardim Iracema	114	114	J. Iracema	44	44
Ipaumirim	100	100	Jangurussu	75	02
Jangurussu	100	90	Nova Esperança	98	20
Parque S. Miguel	560	188	Santa Rita	26	26
Lagamar	400	390			
BR – 116	438	438			
Jardim União	509	300			
TOTAL	4121	2224		981	403

Tabela 04: casas previstas e concluídas no mutirão habitacional em Fortaleza.
Fonte: Chagas Barreira, 1991.

As formas alternativas de provisão de moradia, como os mutirões habitacionais nas décadas de 1970 e 1980, foram destaque da atuação da COHAB – Companhia de Habitação, agente promotora habitacional nos níveis estadual e municipal da política habitacional implementada pelo BNH. No Ceará, em 1964, foi criada a Companhia Habitacional do Estado do Ceará – CHEC, tendo passado por um processo de transformação e, em 1968, passou a ser COHAB-CE, responsável pelos projetos a nível estadual, e COHAB-FOR, voltado a projetos municipais. Esta última se fundiu, em 1972, à COHAB-CE, permanecendo assim até sua extinção, em 1999, quando as atribuições

habitacionais de esfera estadual passaram a ser da Secretaria Estadual de Infraestrutura (SEINFRA).

Com a abertura democrática em 1988, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais tornou-se o carro chefe de programa habitacional do governo federal. “Este, por possuir alta taxa de subsídio e grande liberdade de alocação de recursos, não fugiu à regra de uma política clientelista”. (ARAGÃO, 2010, p. 32). Ainda assim, comparado a outros programas habitacionais da época, teve maior desempenho quantitativo. Lopes e Rizek (2006) questionam as ações estatais quanto à promoção de políticas públicas:

Seria possível falar, nestes últimos dez anos, em Política Pública ou se trataria simplesmente de ‘gestão da necessidade’? Na medida em que o Estado se apropria de uma prática defendida pelos movimentos de moradia ao longo dos anos 80 e a transforma num programa que lhe possibilita ampliar – às custas dos pobres – sua capacidade de produção habitacional ao mesmo tempo em que restringe ainda mais o volume de investimentos na produção de moradia para os pobres, não seria uma inverdade afirmar que este não seria mais que um dos mecanismos que participam do sucinto ajuste entre as novas formas de organização estrutural do Estado e as distintas modalidades de amortecimento das demandas públicas, sem que se manifeste qualquer vestígio autoritário ou laivos de improbidade diante de suas atribuições. Não seria permitido, então, considerar o Estado como replicador de um processo de provisão habitacional que aprofunda as anomalias produzidas pelas formas precárias de produção da cidade e que acabam destituindo de qualidade o ambiente urbano? Quais seriam as alterações e transformações reais da postura pública perante a problemática da habitação e quais poderiam ser entendidas como meras repetições de antigas posturas em formatos distintos? (LOPES e RIZEK, 2006, p. 51).

Na capital cearense, a construção da moradia por meio dos mutirões tratava-se de programas alternativos, pulverizados em diversos bairros, na paralela dos grandes conjuntos habitacionais construídos nas franjas periféricas e em cidades da RMF. Através do Programa João de Barro, comunidades socialmente frágeis e vulneráveis realizaram mutirões habitacionais, sendo criadas associações comunitárias distribuídas nessas comunidades fragilizadas, tendo estas, na maioria, atuado apenas durante a construção do mutirão (ARAGÃO, 2010, p. 89). Sobre programas alternativos de moradia, Lopes e Rizek (2006) analisam que:

É muito comum defendermos práticas 'alternativas' para acirrar a compressão de custos quando se trata de produzir moradia para os pobres. Também é bastante comum reafirmarmos a equação menor preço = maior quantidade = ampliação da taxa de provisão, o que acaba, em última instância, sugerindo processos 'alternativos' de produção e gestão sem que o fator qualidade sequer participe da equação (LOPES e RIZEK, 2006, p. 48 e 49).

Vale ressaltar que o programa de mutirão era voltado a famílias de maior vulnerabilidade social, e a localidade onde foram implementado são bairros com características de baixa renda, localizados em regiões periféricas da cidade e distantes da área central, não impactando na elevação do padrão de vida destas localidades “que continuam a concentrar um contingente populacional vulnerável pela fragilidade das relações trabalhistas, predominando o trabalho precário, sem acesso a direitos sociais” (ARAGÃO, 2010, p. 102). Além disso, muitos dos mutirões possuíam características de favela e seus moradores tinham maior grau de dificuldade de acessar algum tipo de mobilidade social, o que contribuiu para a elevação do grau de espoliação desta população.



Mutirão Nova Cigana

Município: Caucaia
Instituição Promotora:
COHAB-CE



Mutirão Parque Itapoã I

Município: Caucaia
Instituição Promotora:
Prefeitura Municipal de Caucaia



Mutirão Sítio Coaçú

Município: Fortaleza
Instituição Promotora:
COHAB-CE

Figura 04: mutirões habitacionais construídos em Fortaleza e RMF.
Fonte: Aragão (2010).

Apesar do investimento do poder público e de certo fluxo de recursos articulados por outras entidades, como Igreja Católica e ONGs, destinados aos programas de mutirão,

Fortaleza viu as possibilidades de gestão autônoma de produção esvaírem-se num 'mar de mutirões' que reproduziam, alegoricamente, um sem-número de desenhos diferentes de platibandas que nada mais faziam que esconder a precariedade material e a pobreza da solução arquitetônica e urbanística – guardadas algumas poucas exceções (LOPES e RIZEK, 2006, p. 59).

É importante ainda destacar que conjuntos como o Marechal Rondon e o Palmeiras, construídos pelo Plano de Desfavelamento através da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF), também aderiram ao programa de mutirão, construindo, assim, novas unidades habitacionais.

Percebe-se, dessa maneira, que o Estado, que transformou o programa de mutirão em seu carro chefe, utilizou-se dele como política habitacional, já que era possível reduzir os custos de produção e, ainda assim, o programa proporcionava atendimento em larga escala. Com isso, restringiu outras maneiras de provisão de moradia e aos que não conseguiram se inserir no processo dos mutirões restaram filas, inacessibilidade e burocracias.

2.2.2. Movimentos Sociais e Estado

Como a maioria dos programas sociais concentrava-se nos governos estaduais e federais, é escassa a análise de programas relacionados ao governo municipal. Porém, faz-se importante uma breve consideração sobre a gestão da prefeita Maria Luíza Fontenele (1986-1989). Maria Luíza foi a primeira mulher eleita prefeita da capital de um estado do país, além de primeira prefeita de capital eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), logo no início da abertura democrática, rompendo com as antigas estruturas coronelistas na administração municipal. Com seu nome colocado nas pesquisas em terceiro lugar, foi surpreendida pelo resultado das urnas. Em seu mandato adotou a postura de “Administração Popular”. E foi em sua gestão, com a finalidade de colocar os movimentos sociais em espaço de contrapoder, no intuito de fazer pressão popular, que surgiu a proposta dos Conselhos Populares.

O objetivo da criação de Conselhos Populares era que esses, articulados à prefeitura, porém independentes, tivessem espaço nas decisões político-administrativas do município e desenvolvessem programas de dimensões ampliadas, que fossem além da execução imediata e que, a partir daí, pudessem se contrapor à Câmara dos Vereadores e demais instâncias ligadas ao governo estadual. Vale ressaltar que as propostas dos Conselhos Populares não chegaram a ser implementadas nos bairros e nem integradas à prefeitura.

Sua administração fazia discurso de apoio e incentivo às organizações populares e com isso, respaldados na ideia de que não haveria repressão, greves, passeatas e ocupações de terra tornaram-se mais constantes. Frente a essa realidade, o governo municipal mantinha fortes divergências com o governo do estado, à época governado por Tasso Jereissati (PSDB), que não cedeu às pressões nem da prefeitura nem das comunidades. Quando Ciro

Gomes (1989-1990), na época eleito pelo PSDB, a sucedeu, muitas organizações expressaram sua preocupação com a possibilidade de repressão às comunidades localizadas em áreas não legalizadas. Assim, é possível observar a identificação dos movimentos populares com a gestão de Maria Luíza Fontenele que tinha, no seu programa governamental, o discurso “governar o novo com o povo” e que “em relação à intervenção na organização popular, a Prefeitura estabeleceu, dentre suas finalidades, ‘apoiar as lutas por melhores condições de vida e de trabalho’ e ‘apoiar o movimento popular independente e autônomo’” (FERNANDES e BARREIRA, 1991, p. 112). Porém, apesar da tentativa de implantação dos Conselhos Populares, sua atuação foi ineficaz.

Segundo Diógenes (1991), frente a essa “politização social”, o Estado que, enquanto autoritário, apenas comunicava suas decisões à população, percebe a necessidade de construir uma articulação com os movimentos sociais, através de políticas sociais participativas. Aparentemente a ideia era romper com a linha de Estado contra movimentos sociais, bem como movimentos sociais contra Estado. Isso gera uma contradição para os movimentos sociais que nascem “contra” o Estado e “fora” dele, mas que necessitam dirigir-se a ele com frequência, no intuito de pressionar para conseguir conquistar necessidades básicas para a população. E pressionado para dar respostas a essas demandas o Estado precisa articular um canal de ligação direta com os movimentos sociais.

As políticas sociais de natureza participativa são criadas como canais de mediação na comunicação entre Estado e movimentos sociais. Estes, antes da existência de tais canais, relacionavam-se com o Estado na forma de ações diretas (passeatas, atos públicos, etc.). É como se a comunicação dos movimentos com o Estado se operasse ‘de fora’ do campo do Estado, para que somente após tal tipo de estratégia, os movimentos conseguissem ‘penetrar’ nos terrenos próprios do aparelho estatal (DIÓGENES, 1991, p. 126).

Dessa maneira, os movimentos sociais passaram por algumas alterações. Inicialmente tinham natureza mais reivindicativa, de ação direta, cobrando serviços e infraestrutura para os bairros, porém menos participativa. Nesse momento, passam a reivindicar a participação da população organizada na definição das políticas públicas sociais e na construção coletiva de projetos e

programas, no intuito de evitar o recebimento de projetos decididos a portas fechadas no interior dos gabinetes.

As melhorias significativas das condições de vida nas periferias aconteceram devido à organização dos movimentos sociais surgidos a partir da década de 1970, sendo elemento fundamental na democratização da sociedade brasileira e na mudança da qualidade de vida nas grandes cidades. Esses movimentos forçaram o Estado a transformar suas ações de modo que sua política passasse a atender às reivindicações dos movimentos. Nesse período, os administradores municipais, inclusive os de direita, perceberam que dentro de um sistema de eleições livres era necessário mudar seu modo de governar e destinar atenção à periferia.

Vale ressaltar que o processo de construção histórica das lutas sociais está diretamente ligado às lutas de reivindicação por acesso à terra, decorrentes do processo de espoliação urbana sofrida no cotidiano, por consequência da acumulação do capital. Ou seja, o processo de construção histórica está associado a algo socialmente necessário a todas as classes sociais, porém inexistente, como o direito à moradia e o direito à cidade, sendo algo socialmente necessário, porém não socialmente garantido.

Se o foco da identidade coletiva nas lutas ocorridas no plano institucional ocorre mais no sentido de amenizar ou mesmo suprir os efeitos da exploração do capital sobre o trabalho, nos movimentos sociais essas lutas apontam mais para o plano dos direitos, das carências e do exercício da cidadania (DIÓGENES, 1991, p. 127).

Com as carências expostas pelos movimentos sociais no campo de trabalho, moradia, equipamentos urbanos, participação popular, é perceptível a necessidade de um Estado que não seja voltado apenas para a acumulação do capital, industrialização e modernização capitalista. E os movimentos sociais passam a exigir do Estado canais de comunicação e respostas às suas demandas.

2.3. A construção da mercadoria casa

Para estabelecer a política de erradicação de favelas e do beneficiamento empresarial, o Estado investiu na construção da mercadoria casa, fortemente

produzida pelas empreiteiras, estas diretamente favorecidas. Dessa forma, o Estado determinou a ampliação da malha urbana de Fortaleza, construindo grandes conjuntos habitacionais em áreas preestabelecidas da cidade e distantes da centralidade, contribuindo para o interesse de agentes da indústria e da construção civil, bem como de especuladores imobiliários que tinham seus terrenos ociosos, caracterizados como vazios urbanos, beneficiados pela infraestrutura levada aos conjuntos habitacionais. Assim, com a construção de conjuntos habitacionais periféricos, o Estado favoreceu os empresários envolvidos na produção, bem como alega ter beneficiado a população removida para esses conjuntos, além de ter feito a alegria da burguesia com a retirada das favelas e o embelezamento das áreas centrais e nobres da cidade, se afirmando, teoricamente, como conciliador dos interesses de classe.

Em muitos casos, pessoas (às vezes proprietários de grandes lotes), com interesse nos espaços vazios contidos entre o término da malha urbana e a localização dos conjuntos ou dos loteamentos, iniciam um movimento para promover essas áreas de alguns daqueles itens da infra-estrutura urbana, de equipamentos ou de serviços. Dessa forma seus lotes, que até então apresentavam um dado valor, com a instalação de toda aquela infra-estrutura, mesmo que nas imediações, ficam com seus valores (preços) acrescidos. Assim a luta dos moradores organizados acaba sendo abarcada por outros que dela tiram proveito. A especulação imobiliária se acentua e nesse processo a cidade vai crescendo, engolindo terras e deixando enormes áreas vazias em regime de 'pousio urbano', como reserva de valor (BORZACHIELLO, 1992, p. 94).

Esse projeto de implantação de conjuntos habitacionais também estava interligado a um projeto de expansão viária, através do qual o Estado beneficiava também a indústria do transporte. É fundamental que se pense habitação interligada a transporte, porém o Estado fez uso dessa necessidade para beneficiar os empresários, e a população que deveria ser beneficiada pela implantação do transporte público ficou à mercê dos que detêm o poder e que tomam decisões a portas fechadas no interior dos gabinetes. Vale ainda manifestar que com o processo industrial no Brasil fortemente representado pelas indústrias de motores e automóveis, o Estado foi impulsionado a atender a demanda desse setor industrial internacional, "ligados ao setor que funciona como 'locomotiva' do processo de industrialização, carregando no seu interior parte substancial da economia do país" (BORZACHIELLO, 1992, p. 103).

Frente a isso, é possível observar que a estrutura urbana produzida na cidade, através dos investimentos realizados pelo Estado, beneficia em maior grau o transporte individual em detrimento do transporte coletivo.

As grandes obras urbanas como viadutos, túneis, vias expressas, grandes estacionamentos, etc, são realizadas com o objetivo maior de facilitar o escoamento dos transportes individuais, além de gerar enormes gastos aos cofres públicos. Em nome do 'povo' essas obras são projetadas, contratadas pelo Estado e executadas por empreiteiras particulares. Cabe saber, realmente, quem é o verdadeiro beneficiário destas obras, equipamentos ou serviços. Com a expansão da malha urbana e com o déficit acentuado da infra-estrutura urbana e de equipamentos coletivos, além do 'insolúvel' déficit de habitação popular, o Estado tem se mostrado omissos na solução desses problemas (BORZACHIELLO, 1992, p. 104).

Além disso, ao tentar resolver o problema habitacional de parte da população com provisão de moradia, o Estado levou essas famílias a assumirem um financiamento de longo prazo que muitas não tiveram condições de arcar, pois, além da prestação assumida por conta do imóvel, uma série de outros gastos geralmente não contabilizados anteriormente passam a existir a partir da aquisição da casa própria, como custos com energia elétrica, água, taxa de iluminação pública e de rede de esgoto, além do elevado gasto com transporte.

No tecido urbano, jogos e conflitos de interesse estão registrados espacialmente. Numa cidade como Fortaleza, surgida a partir de uma urbanização terciária, o Estado assume um papel fundamental, na medida em que a estrutura estatal contém em si várias formas de revelar seu papel divinizador seja pelos 'favores', seja pelo paternalismo. A partir dessa condição ele controla segmentos significativos da sociedade (BORZACHIELLO, 1992, p. 96).

Ao Estado, acima de atender a reivindicações da classe trabalhadora, interessa muito mais se curvar às necessidades dos grandes especuladores imobiliários, que concentram toda a terra da cidade nas mãos de poucas famílias, e são ainda industriais e empresários que mantêm relações estreitas com o Estado, sendo diametralmente beneficiados. E, quando atende a reivindicações, interessa mais atender de forma pontual e assim formar redutos eleitorais.

2.4. As conquistas dos movimentos sociais e os impactos no tecido urbano

Os movimentos sociais no Brasil surgiram no interior das fábricas e sindicatos, bem como nas associações de bairros, grupos de jovens e de minorias que questionavam a exploração do trabalhador e a espoliação urbana sofrida cotidianamente, frente à atuação do capital nas grandes cidades brasileiras.

Em Fortaleza, apesar da conjuntura política de características oligárquica, coronelista e paternalista, das tensas relações trabalhistas fruto da industrialização tardia, com baixos salários e precárias condições de trabalho, os movimentos sociais surgiram também no chão das indústrias, bem como nos centros comunitários amparados por alas progressistas da Igreja Católica. Porém, frente à conjuntura nacional, os movimentos sociais em Fortaleza não tiveram tanta força de expressão. Isso se deu tanto pela escala da cidade, quanto pela forma que o poder político local lidava com os questionamentos por parte dos movimentos sociais, algumas vezes com forte repressão, outras com negociações diretas com líderes comunitários, dando continuidade às ações paternalistas estatais baseadas em troca de favores. Dessa forma, muitas conquistas se deram de forma pontual e os movimentos não conseguiram lograr forte mobilização e visibilidade.

Faz-se necessário destacar conquistas como a dos moradores do bairro do Pirambu, ainda na década de 1960, quando o então ministro da aviação desapropriou a área para fins de interesse social, garantindo a permanência dos moradores, bem como a urbanização do bairro, abrangendo, assim, a comunidade como um todo, naquele período. Além de algumas conquistas pontuais como a implantação de equipamentos comunitários, como no caso dos CSUs, que em seguida se mostraram pouco expressivos e ineficazes, e da distribuição dos sacolões da seca.

Quanto a conquistas relacionadas à habitação, vale ressaltar o programa de mutirão, que se destacou especialmente após a abertura democrática em 1988, tendo se tornado o carro chefe do programa habitacional do governo federal. Porém, em Fortaleza, é necessário salientar que a atuação desse programa foi mantida de forma pontual, em bairros periféricos e de alta vulnerabilidade

social, distantes da região central e não influenciando as condições de vulnerabilidade dos moradores beneficiados pelo programa.

Os questionamentos relacionados ao direito à terra e às condições gerais, sendo estas meios de consumo coletivo e essenciais para a reprodução da força de trabalho e para o desenvolvimento das relações sociais, foram tratados pelo Estado na forma de produção de moradia. Essa maneira de produção local estava atrelada à lógica nacional de provisão habitacional, representada em forma de conjunto habitacional, sempre em áreas periféricas ou em cidades da Região Metropolitana, sem inserção com a malha urbana e carente de infraestrutura básica, áreas essas sempre destinadas a programas habitacionais que tinham a classe trabalhadora como beneficiária.

Quando a produção de conjuntos habitacionais se focou na classe média, sua inserção na malha urbana era mais contínua. Esses foram construídos em áreas mais centrais e com acesso à infraestrutura e bens de consumo coletivo.

Observa-se então que as políticas habitacionais influenciaram o crescimento territorial de Fortaleza, bem como definiram qual o local do morador trabalhador pobre ou miserável na cidade. Ao trabalhador pobre estavam destinadas formas de habitação localizadas em áreas periféricas, distante do centro, muitas vezes sendo na região central seu local de trabalho, levando o trabalhador a despender com transporte muitas horas de seu dia e um maior recurso de dinheiro, além da constante carência de falta de infraestrutura e de bens de consumo coletivo, mantendo as condições de precariedade e de vulnerabilidade social.

Percebe-se ainda que quando essa infraestrutura e esses bens de consumo coletivo eram reivindicados por moradores de áreas periféricas, esses investimentos terminavam por beneficiar os proprietários de vazios urbanos localizados entre a área central da cidade e a localidade na qual a infraestrutura seria instalada, contribuindo assim com a especulação imobiliária.

CAPÍTULO 3

A COPA DAS REMOÇÕES



Fonte: Davi Pinheiro (2014).

A Copa do Mundo aqui no Brasil
Domina a bola na ponta do fuzil
Máquina de guerra pacífica a favela
Mata preto, pobre, sufocando a sua goela
Expulsa os índios, vão roubando as suas terras
Constrói o estádio onde o capital prospera
Aumenta os lucros, vai crescendo a miséria
(Anarkofunk, A Copa mata, 2014)

3. A COPA DAS REMOÇÕES

O Brasil sediou, pela primeira vez, a quarta edição da Copa do Mundo FIFA, no ano de 1950. Anterior a esta Copa, a realização do Mundial havia ocorrido em 1938, na França, passado o período de 12 anos sem realização do megaevento por conta da Segunda Guerra Mundial. A Copa do Mundo de 1950 teve como sedes as cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Na época, a FIFA não tinha tantas exigências como nos dias atuais. Era imprescindível apenas que as cidades-sede disponibilizassem os estádios, para os quais também não havia grandes exigências do “padrão FIFA”, sendo necessário apenas arquibancadas para a quantidade mínima de 20 mil torcedores, alambrados, cabines para imprensa e autoridades e túneis interligando o gramado aos vestiários.

Porém, a tentativa do Brasil de sediar um megaevento antecede 1950. A primeira aconteceu ainda nos anos de 1930, quando o país manifestou interesse em sediar as Olimpíadas de 1936, não chegando a formalizar a postulação e vindo a sediar, 14 anos depois, a Copa do Mundo, já que os países Europeus estavam devastados por conta da Segunda Guerra Mundial e a FIFA resolveu realizar o megaevento na América Latina.

Posteriormente, a primeira proposta oficial para realizar as Olimpíadas aconteceu em 1992, quando o então presidente Fernando Collor investiu em um projeto para que Brasília fosse sede das Olimpíadas do ano 2000, o que coincidiria com os 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Porém, a candidatura apresentou falhas na concepção e não contava nem mesmo com o apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), desistindo da candidatura antes mesmo do encerramento do processo de seleção. Já na candidatura para as Olimpíadas de 2004, o Rio se apresentou como candidato, conseguindo gerar grande mobilização na cidade. O projeto apresentado concentrava as competições na Ilha do Fundão e recebeu diversas críticas socioambientais, não conseguindo passar da fase preliminar. Para as Olimpíadas de 2012, o COB trouxe para a disputa uma cidade brasileira. Para isso, abriu uma seleção interna, e Rio de Janeiro e São Paulo disputaram o posto, tendo o Rio, sede do COB, saído vitoriosa de tal disputa. Entretanto, frente ao grande número de

cidades inscritas (nove) o Comitê Olímpico Internacional (COI), fez uma pré-seleção interna, e o Rio foi novamente eliminado. Posteriormente, a cidade do Rio de Janeiro, sediou, em 2007, os jogos Pan-Americanos e foi uma das cidades-palco da Copa do Mundo 2014, bem como será a cidade-sede das Olimpíadas de 2016.

A seguir, será discutido como os megaeventos, a partir de uma determinada década, passam a influenciar o processo de urbanização das cidades e a justificar projetos e obras em decorrência de sua realização.

3.1. O megaevento e o planejamento

De acordo com Rubio (2005), um megaevento possui características temporais, embasadas na sua capacidade de atração de grande contingente de pessoas vindas de diversas localidades do mundo, bem como da capacidade de chamar atenção dos meios de comunicação, especialmente a televisão, com alcance mundial. Além disso, a repercussão mundial do megaevento se dá devido à dimensão material, que envolve milhões de pessoas direta e indiretamente, para sua preparação e realização.

Para Silvestre (2008), os megaeventos têm o poder de conciliar interesses em comum entre diferentes setores da sociedade e têm o poder de aumentar a visibilidade de um local. O autor, apoiado em Ritchie (1984), analisa megaevento como sendo:

Evento único ou recorrente de duração limitada, organizado principalmente com a intenção de realçar a visibilidade, atratividade e lucratividade de um destino turístico no curto e/ou longo prazo. Tais eventos se valem de sua distinção, status ou importância pontual capazes de despertar interesse e atrair atenção (RITCHIE apud SILVESTRE, 2008, p. 05).

Um rápido panorama das intervenções urbanas realizadas em virtude dos Jogos Olímpicos traçado por Raeder (2010), de acordo com Gold e Gold (2007), retrata que nos Jogos de 1896, 1900 e 1904, em Atenas, Paris e Saint Louis, respectivamente, houve baixo investimento urbano. Entre 1908 e 1936, o principal investimento se deu nas instalações esportivas e foi ainda nesse período, em Paris, no ano de 1924, que teve início a ideia da construção de Vilas Olímpicas, com o objetivo de alojar os atletas. Porém, apesar da tentativa

em Paris, a construção de fato de uma Vila Olímpica aconteceu apenas em Los Angeles, em 1932. Berlim, em 1936, foi a última cidade a sediar os Jogos antes da Segunda Grande Guerra Mundial e “se destacou pelo forte apelo político do evento conferido pelo partido nazista, bem como pelas grandiosas instalações esportivas construídas” (Raeder, 2010, p. 03). A primeira cidade a sediar os jogos após a Guerra foi Londres, em 1948, que, frente à restrição orçamentária oriunda do pós-guerra, apresentou modestos equipamentos esportivos e vilas olímpicas. Essa fase restrita perdurou até a edição dos Jogos em Melbourne, no ano de 1956. E, posteriormente, “uma nova fase se inicia com Roma 1960, se estendendo até Montreal 1976” (Raeder, 2010, p. 03).

Superadas as dificuldades financeiras e contando ainda com receitas oriundas das transmissões televisivas, os Jogos passam a contar com generosos aportes de recursos para a construção não somente de equipamentos esportivos, mas também para infra-estruturas urbanas que viabilizam a mobilidade e a comunicação entre arenas, vilas, hotéis e aeroportos (RAEDER, 2010, p. 03).

Foi especialmente a partir da década de 1970 que os eventos esportivos passaram a compor o planejamento urbano, no intuito de trazer atrativos aos centros urbanos que caíam em desuso frente às novas centralidades.

Nos anos 70, nota-se um aprimoramento desta conjugação entre J.O.²⁰ e planejamento urbano. Entre urbanistas, crescia naquele momento a preocupação para com a indesejável obsolescência das áreas centrais, em favor de novos sub-centros e subúrbios de perfil econômico elevado, processo acionado sobretudo pela difusão do uso do automóvel. Nos J.O. de Munique (1972) e Montreal (1976) nota-se, segundo Muñoz (1996), uma clara política de instalação ou aproveitamento de equipamentos esportivos junto à área central, valorizando-a. Podemos afirmar que neste momento os J.O. propiciaram a oportunidade de concretização de novas idéias urbanísticas, que ainda hoje situam-se no centro do debate sobre a renovação das cidades.

Seul (1988) e Barcelona (1992) constituem claros exemplos de uso dos J.O. como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano. Ambas as cidades investiram vultosas quantias e implementaram projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana [...] (MASCARENHAS, 2004, p. 03).

Observa-se então, principalmente depois dos Jogos Olímpicos em Seul e em Barcelona, que os megaeventos esportivos passaram a ter características de

²⁰ Abreviação para Jogos Olímpicos utilizada por Mascarenhas (2004).

um amplo conjunto de transformações urbanas focado na realização do megaevento e atrelado à tentativa de atração e inserção global das cidades-sede e, com isso, impactando no desenvolvimento urbano das cidades.

Os grandes eventos esportivos e culturais, com amplo fluxo de pessoas, de alto poder aquisitivo, vindas de diferentes lugares do mundo, garantem visibilidade às cidades e propiciam o consumo da cidade, o que Arantes (2002, p. 51) chamou de “cidade-empresa-cultural” ao se referir a Barcelona e seu modelo de planejamento, a partir do plano Barcelona 2000:

Tratava-se de estabelecer uma meta clara, que evidentemente não se esgotasse no evento de 1992 e que dissesse respeito ao que se aspirava com todas estas melhorias para a cidade como centro vital, na região e na Europa; em suma, definir o lugar de Barcelona como metrópole européia, encontrar o ‘seu nicho estratégico’, tornando-a internacionalmente competitiva [...] (ARANTES, 2002, p. 54).

O planejamento de Barcelona ganhou força pelo *marketing* proporcionado pelas Olimpíadas de 1992 e tornou-se amplamente exportado para cidades do mundo todo, especialmente para as cidades da América Latina que, a partir da década de 1990, passaram a procurar inserção na competitividade internacional e, para isso, buscaram sediar megaeventos.

Como as exigências para sediar megaevento tomaram proporções maiores no decorrer dos anos, e com a força que ganhou o planejamento de Barcelona para as Olimpíadas, sendo exportada especialmente para os países em desenvolvimento, observa-se que, seguindo esta lógica, os países passaram buscar sediar megaeventos no intuito de acelerar projetos já previstos.

A Copa no Brasil rendeu à FIFA o maior lucro da história da competição, gerando um saldo positivo de US\$ 2,6 bilhões (R\$ 8,4 bilhões), vindo na sequência a da África do Sul (2010) e da Alemanha (2006) com saldo positivo de US\$ 2,4 bilhões (R\$ 7,6 bilhões) e US\$ 2 bilhões (R\$ 6,4 bilhões), respectivamente²¹.

²¹ De acordo com reportagem publicada no dia 21.03.15 na Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/212849-lucro-da-fifa-com-copa-no-brasil-atinge-valor-recorde.shtml>>. Acesso em 21 de março de 2015.

Na Matriz de Responsabilidade²², observa-se os investimentos distribuídos entre o poder público, nas três esferas de governo. Houve também investimentos por parte de empresas privadas e clubes de futebol. Teve destaque ainda o grande número de cidades-sede, 12 no total.

É possível observar o crescente lucro da FIFA com a realização da Copa do Mundo. Percebe-se ainda que dentro dos gastos da Matriz de Responsabilidade, destacam-se obras de construção e reforma de estádios, reforma de aeroportos e obras de infraestrutura e de mobilidade urbana. Essas obras, especialmente de sistema viário, já eram previstas para a cidade, como no caso de Fortaleza, que será discutido nos próximos tópicos, porém se apoiaram no megaevento, que tem data para acontecer e, com isso, acelera a implantação.

De acordo com Vainer (2011), os megaeventos estão relacionados ao novo modelo de planejamento urbano, pautado no planejamento estratégico, onde os interesses do grande capital prevalecem ao da população.

Esses megaeventos não acontecem por acaso, estão ligados a uma revolução no sistema urbano, a uma nova modalidade do planejamento que surge nos anos 1980 e que torna a cidade uma empresa a concorrer no mercado com outras 'cidades empresas', na busca de capitais, investimentos e pelos próprios eventos. As regras de organização do espaço urbano, todas as normas, devem ser subordinadas à lógica do negócio. [...] Surgem as operações urbanas, aquelas autorizadas contra a lei de uma cidade, você abre uma exceção, em tese, para aproveitar as oportunidades – o que na verdade transformou a cidade num mero espaço de realização de negócios, numa mercadoria a ser vendida, teoricamente em nome do progresso. [...] É a cidade da exceção, porque as regras são a da 'flexibilização', o que quer dizer na verdade 'tudo o que for necessário para viabilizar os negócios'. [...] E a contrapartida é o que eu chamo de democracia direta do capital, os projetos não são expressões de forças políticas, não são os partidos, as organizações das diferentes classes – aquilo que caracteriza a democracia burguesa é banido e as decisões são tomadas numa relação direta entre o capital privado e o poder público. Não há mais mediações entre os interesses do capital e os

²² A Matriz de Responsabilidade é um documento assinado pelo então ministro dos esportes, Orlando Silva, pelos 12 governadores de cada estado a sediar o Mundial, bem como pelos 11 prefeitos de cada cidade-sede (Brasília não tem prefeito), no dia 13 de janeiro de 2010. Esse documento define as responsabilidades de cada esfera de governo e as áreas prioritárias de implantação de infraestrutura para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Passou a vigorar do dia em que foi assinado até o dia 31 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em 29 de novembro de 2014.

processos de decisão, eles são imediatos. E aí avançam as PPPs (Parcerias Público Privadas), avança o patrimonialismo. [...] O megaevento radicaliza o modelo da cidade empresarial e da exceção (VAINER, 2011, p. 01).

Vainer (2011) afirma ainda que os megaeventos fomentam a criminalização da pobreza e da miséria:

Se o objetivo é fazer da cidade uma vitrine, é preciso esconder tudo aquilo que gera críticas, tudo o que não se coloca na vitrine, que é pobreza, miséria. A cidade é reduzida a sua faceta de exportação, é voltada para o exterior e não para os seus cidadãos (VAINER, 2011, p. 01).

De acordo com Silvestre (2008), o que justifica o interesse das cidades de um país em sediar megaeventos esportivos é a quantidade de dinheiro, oriundo de cofres públicos e de investimentos privados, injetado em nível local, regional e nacional, o que desperta o interesse dos empreendedores urbanos. O autor cita Vigor (2004) quando afirma que os interesses em sediar o megaevento pode ser dividido em três categorias intrinsecamente relacionadas: “exposição de alcance global; dividendos econômicos; renovação urbana” (SILVESTRE, 2008, p. 06).

O período preparatório corresponde a sete anos de intensa atividade econômica, principalmente nos setores de construção, imobiliário, turismo e serviços relacionados. A alta visibilidade proporcionada constitui uma vantagem competitiva para maior atração de investimentos, outros eventos e turistas (SILVESTRE, 2008, p. 07).

Os gastos com o megaevento passam então a serem justificados e legitimados devido à visibilidade global e ao legado prometidos. Frente à visibilidade de alcance mundial, espera-se que as cidades-sede alcancem um lugar no patamar de cidade competitiva internacionalmente e tomem impulso econômico e cultural. “Não menos ambiciosa, a cidade do Rio de Janeiro expressou em seu dossiê Olímpico de candidatura aos Jogos de 2012, seu desejo de ‘renascer como a jóia cultural e turística da América do Sul’” (SILVESTRE, 2008, p. 07).

No intuito de justificar as obras a serem realizadas, o poder público se apropria do discurso do legado, onde, teoricamente, o megaevento beneficiará a população local antes, durante e depois da Copa, já que, para a implantação das obras, será necessária a contratação de mão de obra, gerando emprego e

renda e aquecendo a economia local. Durante o megaevento, também faz-se necessária a contratação de mão de obra, ainda que temporária e, posterior à realização, a população local poderia usufruir do legado. Esse discurso busca ganhar apoio local e legitimar a aceleração da implantação das obras e a falta de discussão pública quanto à viabilidade e necessidade de determinadas obras.

Nas páginas vindouras, busca-se compreender quais os impactos de sediar um megaevento na vida da população brasileira, especialmente dos moradores da cidade de Fortaleza.

3.2. A Copa “a toque de caixa”: celeridade de projetos e remoções em Fortaleza

Frente aos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 em Fortaleza, a cidade foi contemplada com um pacote de investimentos para elaboração de projetos que, teoricamente, visavam à melhoria urbana. De acordo com a Matriz de Responsabilidade, para o Ceará foram destinados recursos de ordem de R\$ 1,58 bilhão, destinados à implantação de nove projetos de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal. Esses investimentos são, em parte, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, focado nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 – PAC Copa 2014, e tinham como prioridade projetos de mobilidade urbana.

Em Fortaleza, os nove projetos, de responsabilidade de cada governo, foram:

- Governo do Estado do Ceará (valor total: R\$ 932,5 milhões): reforma e modernização do Estádio Castelão (R\$ 518,6 milhões); VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) Parangaba/Mucuripe (265,5 milhões); duas novas estações da Linha Sul do Metrô de Fortaleza (R\$ 35 milhões);
- Prefeitura Municipal de Fortaleza (valor total: R\$ 261,5 milhões): intervenções em quatro vias urbanas que conectam a Zona Hoteleira ao Estádio Castelão: Eixo Norte-Sul (Via Expressa/Raul Barbosa) e as Avenidas Alberto Craveiro, Dedé Brasil e Paulino Rocha;

- Governo Federal (valor total: R\$ 385,4 milhões): ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins; implantação do terminal de passageiros do Porto do Mucuripe.

Dentro desse pacote, têm destaque projetos focados no sistema de transporte, como a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a implantação do *Bus Rapid Transit* (BRT), além da ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a construção do Terminal de Passageiros do Mucuripe/Porto do Mucuripe e a ampliação e modernização de vias expressas. Há ainda outros equipamentos que, embora não tenham ligação direta com a Copa, são relacionados como atrativos ao megaevento e, dessa maneira, tentam obter maior aceitação da população, como o caso do Acquário Ceará e do Centro de Eventos do Ceará (CEC).

Vale ressaltar que as obras de mobilidade urbana, do Terminal de Passageiros, do Acquário Ceará e do Centro de Eventos, já eram propostas por parte do poder público antes de Fortaleza ser nomeada uma das cidades sede da Copa do Mundo. O que aconteceu pós-nomeação da cidade enquanto sede foi a aceleração da implantação destas obras, utilizando-se de Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para execução das obras “a toque de caixa” e sem discussão com entidades, representantes acadêmicos, de movimentos sociais e da sociedade civil quanto à necessidade e viabilidade destas obras.

Cabe observar que o Centro de Eventos, que custou R\$ 580 milhões, sendo R\$ 517 milhões custeados pela gestão estadual e R\$ 63 milhões de repasse do ministério do turismo, já está em pleno funcionamento de suas atividades. Teve seu primeiro evento realizado no dia 30 de junho de 2012, com um show de Ivete Sangalo, Jennifer Lopez e outros artistas, mas sua inauguração oficial foi no dia 15 de agosto do mesmo ano, com apresentação do tenor espanhol Plácido Domingo, ao custo de R\$ 3,1 milhões, restrito apenas a convidados. Já as obras do Acquário Ceará, iniciadas em 2012, atualmente, de acordo com matéria do Jornal O Povo²³, encontram-se paradas devido à suspensão do pagamento pedido em relatório expedido pelo Tribunal de Contas do Estado

²³

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/05/01/noticiasjornalpolitica,3431066/inspetoria-do-tce-questiona-ausencia-de-alvara-para-obra.shtml>, de 01.05.2015. Acesso em 01 de maio de 2015.

(TCE) por alegar que “o empreendimento opera em ‘graves irregularidades’”, pois, desde o início dos trabalhos, não possui alvará de construção expedido pela prefeitura de Fortaleza. É importante ainda manifestar que a construção do Acquário Ceará é um tema polêmico, alvo de grandes críticas e com pouca aceitação por membros de entidades, universidades, institutos e conselhos e da sociedade civil.

Para legitimar esses investimentos, os governos federal, estadual e municipal, bem como a iniciativa privada, alegavam que essas novas construções e melhorias contribuiriam para facilitar e melhorar a vida da população local durante e depois da Copa, gerando, assim, o discurso do legado. Afirmavam ainda que o megaevento e as obras em decorrência dele aquecem a economia local, gerando emprego e renda em diversos setores como, por exemplo, na construção civil e no turismo.

Com o término da Copa do Mundo e do período definido pela Matriz de Responsabilidade, pode-se observar que os projetos foram, em sua maioria, implantados de forma pontual. As intervenções realizadas não abrangeram sequer o entorno imediato. Um exemplo paradigmático pode ser visto na figura abaixo, que mostra uma rua nas imediações da Arena Castelão.



Figura 05: rua N, sem pavimentação e com precárias calçadas, situada no entorno da Arena Castelão. Observar Arena Castelão ao fundo.
Fonte: Góis (2013).

Sobre a Arena Castelão vale ainda ressaltar que, em 2002, na gestão do governador Tasso Jereissati, o Castelão passou por reforma com objetivo de adaptar-se às normas de exigência do padrão FIFA, sendo considerado um dos estádios mais modernos do país²⁴. Apesar da reforma de adaptação em 2002, para a Copa do Mundo FIFA 2014 foi necessária nova reforma e ampliação. Essa teve início em 13 de dezembro de 2010, e foi aplicado o montante de R\$ 518,6 milhões, que engloba todas as intervenções internas e externas, bem como a construção do Edifício Fares Cândido Lopes. O edifício, adjacente ao Castelão, é a nova sede da Secretaria de Esportes do Estado do Ceará e do Departamento de Arquitetura e Engenharia.

A Arena Castelão foi o primeiro estádio a ter as obras concluídas e ser entregue no país para a Copa do Mundo FIFA 2014, no dia 16 de dezembro de 2012. A cerimônia de sua inauguração contou com a presença da presidenta Dilma Roussef, do governador do estado Cid Gomes, do ministro do esporte Aldo Rabelo e do secretário especial da Copa 2014 Ferruccio Feitosa, além de show do cantor cearense Raimundo Fagner.



Figura 06: Arena Castelão: à esquerda Edifício Fares Cândido Lopes, anexo ao estádio, e à direita o Edifício e a Arena.

Fonte: Galeria de Arquitetura²⁵.

Localizado próximo a bairros pobres, como os bairros Mata Galinha, Jangurussu e Barroso, o equipamento não causou impacto positivo na vida da população residente em seu entorno, como pode ser observado no mapa 14 e na figura 07, que mostra a carência de infraestrutura nos bairros adjacentes à Arena Castelão.

²⁴ Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=818858>, de 01.03.2009. Acesso em 11 de setembro de 2014.

²⁵ Disponível em: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/vigliecca-associados_/edificio-fares-candido-lopes/679. Acesso em 13 de março de 2015.



Mapa 14: espacialização da Arena Castelão, comunidade do Mata Galinha e aterro sanitário desativado do Jangurussu.

Fonte: elaboração própria (2015).

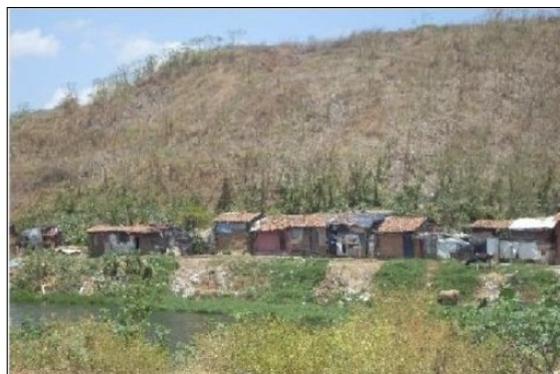


Figura 07: comunidade próxima às margens do Rio Cocó no Mata Galinha à esquerda, e à direita comunidade próxima ao lixão desativado do Jangurussu.

Fonte: Góis (2013).

De acordo com as figuras 05 e 07, pode-se perceber que as intervenções tanto no próprio Estádio/Arena Castelão, quanto na mobilidade urbana, contrastam com a paisagem local e não tiveram impacto positivo relevante em seu entorno e na vida da população ali residente.

3.3. As remoções vêm pelo mar e pelos trilhos

Aqui serão analisados dois projetos do pacote Copa do Mundo FIFA 2014: implantação do Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza e construção

do VLT Parangaba/Mucuripe. Esses projetos já eram propostos pelo poder público antes do anúncio do megaevento, porém passaram a integrar o pacote Copa e foram geradores de alto número de remoções, com forte impacto na vida da população da capital cearense, especialmente para os moradores de baixa renda da cidade.

3.3.1. Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza – TMPF

Fortaleza é uma cidade bastante procurada como destino turístico devido às características de beleza de seu litoral e aos investimentos do poder público na busca de atrair turistas. Além disso, a cidade é geograficamente favorável quanto às rotas aérea e marítima originárias dos Estados Unidos e da Europa. O projeto do Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza (TMPF) tem o objetivo de inserir a cidade no trajeto marítimo de cruzeiros nacionais e internacionais. “Com a criação do TMPF, o porto passaria a exercer operações do tipo *flyport*, recebendo navios do circuito turístico caribenho – Miami, Porto Rico e Barbados – e de Portugal, na Europa” (Góis, 2013, p. 41).

O início das obras de implantação do TMPF aconteceu no dia 02 de março de 2012. Trata-se de um projeto para a construção de um novo cais com capacidade de atracar navios com até 350 metros de extensão e 14 metros de profundidade, além de todo aparato de suporte aos passageiros como estação de passageiros com espaço para *check-in* e *check-out*, lojas de conveniência, espaço para bagagens, restaurantes e órgãos intervenientes, estacionamentos e retroárea para armazenagem de containeres, caracterizando-se como um Terminal de Múltiplo Uso, tudo isso com investimento no valor de R\$ 149 milhões, de acordo com a Matriz de Responsabilidade.

O projeto Aldeia da Praia engloba a implantação do TMPF e a revitalização da área do entorno, no bairro Serviluz, onde se localiza a comunidade do Titanzinho (mapa 15). A comunidade, existente há mais de 40 anos, já passou por outros projetos polêmicos, entre eles a tentativa de construção de um estaleiro, em 2010, fonte de muita polêmica devido aos impactos ambientais causados, tendo, algumas entidades e parte da sociedade civil, lutado contra e logrado vitória. É muito conhecida por ser considerada o berço do surfe em Fortaleza e ter como moradores grandes praticantes do esporte, uma vez que a

localização privilegiada do lugar permite boas ondas durante todo o ano, como pode ser observado na figura 08. Além disso, seus moradores vivem também do ofício da pesca, causa essa da origem da comunidade.



Mapa 15: localização da comunidade Titanzinho no bairro Serviluz.
Fonte: elaboração própria (2015).



Figura 08: Comunidade Titanzinho no bairro Serviluz.
Fonte: Socorrinha Leite (2015).

De acordo com o projeto, além de modernização do sistema viário, seriam construídas praças, vias paisagísticas e área de contemplação. Para isso, seriam removidas da área, segundo Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012), 1.600 moradias, sendo estas localizadas em área considerada pelo Plano Diretor (2009) como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Como a construção do TMPF compõe o pacote da Copa do Mundo FIFA 2014, o intuito do poder público era que este ficasse pronto para o megaevento, desconsiderando o Plano Diretor e atropelando os direitos da população residente, que não foi consultada sobre o projeto. Porém, vale ainda ressaltar que apesar do TMPF ter recebido uma embarcação no período do megaevento, suas obras não estavam integralmente concluídas, nem o projeto Aldeia da Praia.

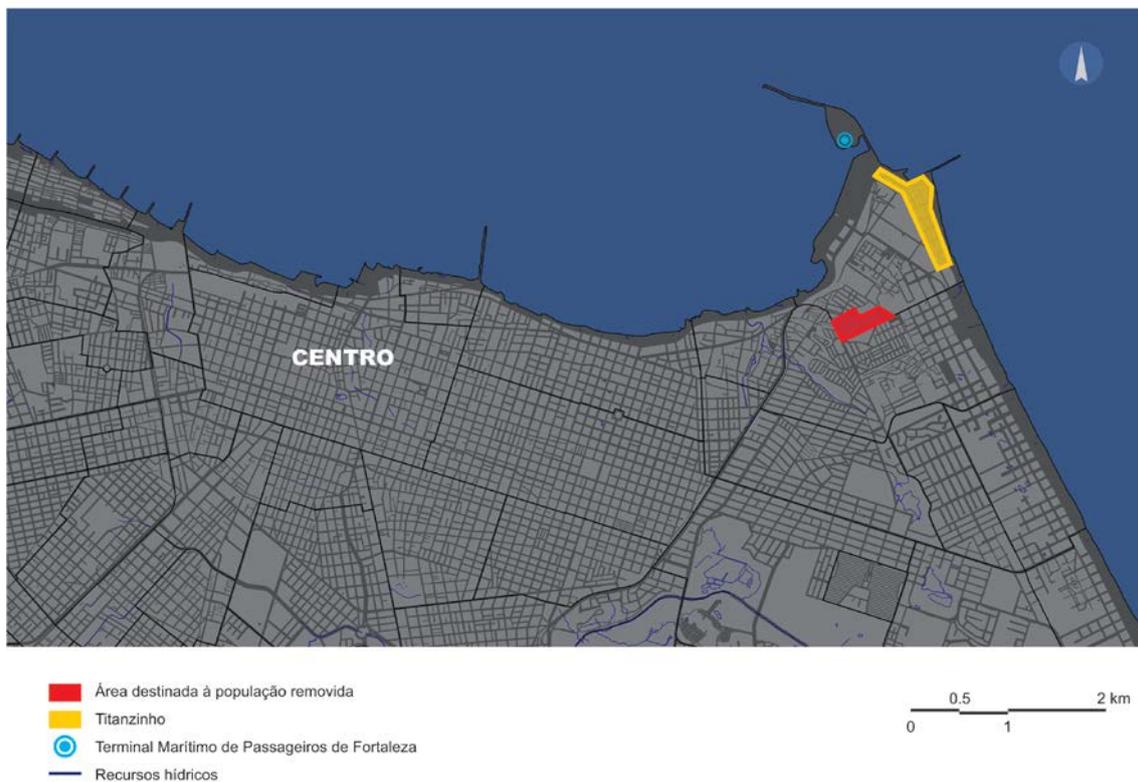


Figura 09: à esquerda casas a serem removidas para implantação da futura praça Jardins da Praia, e à direita casas que serão removidas para alargamento da Avenida Zezé Diogo (em vermelho).
Fonte: Lara Barreira (2014)²⁶.

O remanejamento da população removida por conta das obras do projeto Aldeia da Praia, de acordo com a prefeitura, acontecerá em um terreno localizado próximo à área onde os moradores já residem, no bairro Serviluz (mapa 16). Nesse terreno, houve um processo de ocupação, em setembro de 2012, que originou a comunidade Alto da Paz e, posteriormente, em 20 de fevereiro de 2014, a reintegração de posse mais violenta de que já se teve notícias nos últimos anos na cidade de Fortaleza.

As remoções das famílias moradoras da Comunidade Alto da Paz através da violenta reintegração de posse serão melhor discutidas no tópico 3.5.3 e no anexo A (entrevista 03), sendo neste último a entrevista com um morador removido.

²⁶ Disponível em: <http://pt.slideshare.net/larabarreira/anlise-critica-do-projeto-aldeia-da-praia-e-das-intervenoes-propostas-para-o-serviluz-fortalezace-30973553>, de 08.02.2014. Acesso em 13 de março de 2015.



Mapa 16: localização da comunidade Titanzinho no bairro Serviluz e área destinada à população atingida.
 Fonte: elaboração própria (2015).

3.3.2. Veículo Leve sobre Trilhos – VLT

Dentro do pacote das obras da Copa previstas para Fortaleza, o VLT representava a maior intervenção urbana, com 12,7 km de extensão, sendo 11,3 km de superfície e 1,4 km em elevado. O VLT faz uso da linha de carga da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), construída na década de 1950 e que, atualmente, opera transportando mercadorias do porto do Mucuripe ao setor industrial. Porém, para a operacionalização do VLT, seria necessária a implantação de duas novas linhas, paralelas à linha de carga existente.

Para possibilitar a implantação de duas linhas de VLT, paralelas à linha de carga existente, o Governo do Estado declarou as margens da linha de carga áreas de interesse público para desapropriá-las a fim de adicionar as novas linhas ao curso já existente da RFFSA (Decreto nº 30.263 de 14 de julho de 2010) (FREITAS, 2015, p. 11, tradução livre).

O projeto de implantação do VLT atinge diretamente 22 bairros, causando a remoção de milhares de famílias. As obras começaram no dia 02 de abril de 2012 e tinham, inicialmente, previsão final estimada em dezembro de 2013. O número de famílias desapropriadas pelo projeto do VLT não é exato, ao longo do tempo teve bastante variação. De acordo com a imprensa local, em 2010 a

estimativa era de 3.500; em 2011, de 2.700²⁷; e, em 2013, era de 2.140²⁸. De acordo com o Comitê Popular da Copa Fortaleza, a estimativa era de 10.000, 4.000 e 5.000 em 2011, 2012, 2013, respectivamente.

De acordo com o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do VLT, em seu Estudo de Demanda, o transporte serviria a 90.000 passageiros/dia. A metodologia utilizada para concluir esta demanda é bastante questionável e foi descrita no “Anexo A – Termo de Referência” do documento, como pode ser visto abaixo.

No ano de 2006 a empresa Eptisa foi contratada para elaborar um estudo de viabilidade para remodelação da linha existente, visando sua utilização para transporte de passageiros. Neste trabalho foi realizada uma pesquisa de demanda potencial entre os dias 25 e 29 de maio de 2006, com 4.094 entrevistas nos terminais de ônibus de Parangaba e Papicu, na Rodoviária, pontos de ônibus e em dois postos de combustível. Foram realizadas pesquisas de preferência reveladas, preferência declarada e reuniões 'focus group'. Como resultado do estudo de demanda, previu-se, para o horizonte de 2010, uma demanda potencial de 90.000 pas/dia (CEARÁ, 2011, p. 03).

Observa-se que, para uma obra de tamanha magnitude, iniciada em abril de 2012, foi utilizado de um estudo desenvolvido em 2006, fruto apenas de pesquisa quantitativa através de entrevistas, quando seriam necessários estudos mais minuciosos e aprofundados. Não houve, por parte do poder público, preocupação em realizar estudos mais específicos como pesquisa de origem e destino ou estudo de modelagem da demanda, nos quais informações são coletadas para análises diversas como, por exemplo, perfil socioeconômico da população e os polos geradores e atratores de viagem às diversas regiões percorridas pelo VLT.

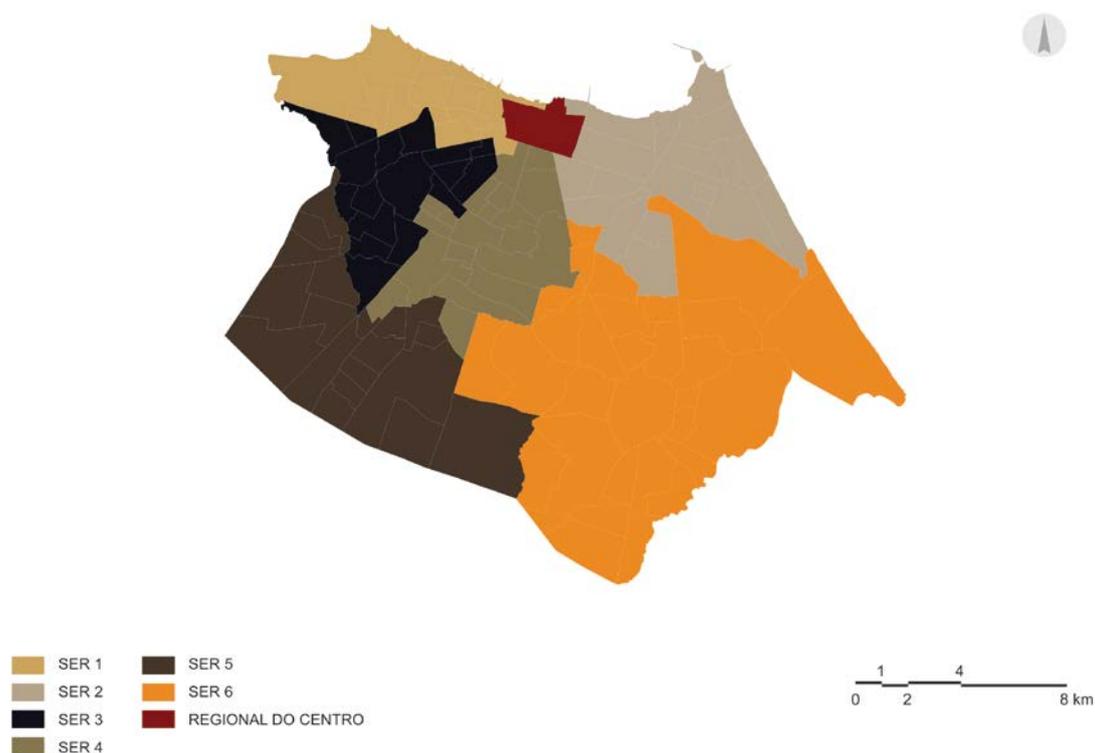
Além disso, sua implementação é bastante questionável devido ao alto valor das obras necessárias (R\$ 265,5 milhões), do elevado custo de manutenção, da sua real contribuição para a melhoria da mobilidade urbana e dos impactos socioespaciais esperados. Vale ainda destacar que o VLT está sendo implantado em área nobre, de maior renda per capita da cidade, o que

²⁷ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/obra-do-metrofor-na-via-expressa-gera-polemica-1.688420>, de 23.11.2012. Acesso em 13 de junho de 2014.

²⁸ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2013/01/07/noticiasjornalbrasil,2983700/atrasos-nas-remocoes-afetam-o-ramal-do-vlt-em-fortaleza.shtml>, de 07.01.2013. Acesso em 13 de junho de 2014.

permitirá o acesso entre as regiões II e IV, sendo estas regiões com os maiores índices de investimentos público e privado, caracterizando-se como áreas de mais benefícios e privilégios.

Para uma melhor compreensão das regiões em Fortaleza, é possível observar sua delimitação no mapa 17. Esse limite é feito pela prefeitura e são chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SER). Na cidade de Fortaleza, existem seis Regionais, além da Regional do Centro.



Mapa 17: delimitação das SER de Fortaleza.
Fonte: elaboração própria (2015).

É na Regional II, por onde passa grande trecho do VLT, que se localizam os maiores prédios de Fortaleza, sendo esses edifícios comerciais, empresariais e a rede hoteleira, caracterizando a área como de melhores condições de vida e de oportunidade de emprego.

Fortaleza tem graves problemas de mobilidade urbana. Isso se dá por conta da largura estreita das vias, falta de conectividade entre as avenidas, inexistência de rotas alternativas, alto índice de transporte individual, o que gera constantes congestionamentos, e falta de investimentos em transportes não-motorizados. Soma-se a isso o pouco investimento em transporte público, sendo este de

péssima qualidade, sem horário fixo, com pontos de ônibus mal estruturados e sem proteção contra o sol forte predominante quase o ano inteiro e também contra chuvas, além da precariedade dos passeios e da pouca arborização em uma cidade de verão durante todo o ano, tornando-a pouco atrativa à utilização das ruas e do transporte público. Nos terminais de integração, as filas são maçantes, e os usuários do transporte público são transportados de forma apertada e desconfortável, geralmente fazendo longos percursos em pé (figuras 08 e 09).



Figura 10: situação da lotação do transporte público e das filas de espera.
Fonte: globo.com (2014)²⁹.



Figura 11: situação constante de engarrafamento e precariedade de calçadas e passeios.
Fonte: Jornal O Povo (2015)³⁰.

Vale ressaltar que o transporte coletivo em Fortaleza sempre foi de péssima qualidade e a população pobre, historicamente usuária desse modal, cotidianamente sofre as consequências. Porém, a questão da mobilidade só veio a ser discutida e tomar grandes proporções quando passou a interferir diretamente na vida da população de renda média e alta, ou seja, quando, a partir de incentivos federais, mais carros individuais começaram a circular nas ruas e avenidas da cidade, contribuindo para o congestionamento e, dessa

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/08/mesmo-com-vans-usuarios-deonibus-se-queixam-de-filas-em-terminais.html>, de 04.08.2014. Acesso em 16 de março de 2015.

³⁰ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/09/noticiasjornalcotidiano,3390300/fortaleza-so-cumpru-metade-da-meta-de-replatio-de-arvores.shtml>, de 09.02.2015. Acesso em 16 de março de 2015.

forma, dificultando a vida não só da população de baixa renda, como já era de costume, mas passando a interferir também na vida da população de renda média e alta.

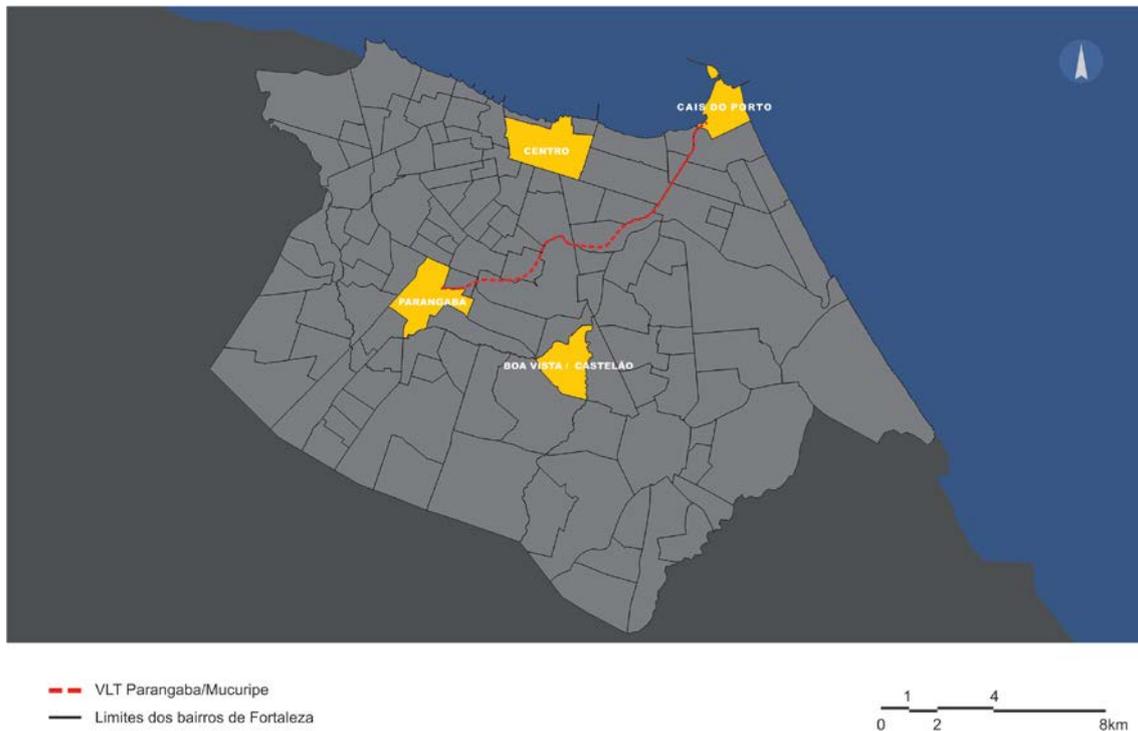
Nesse contexto, o governo do estado optou pela implantação de um modal de transporte de massa que não causasse maiores transtornos aos turistas durante a Copa do Mundo FIFA 2014. A localização do VLT Parangaba/Mucuripe, junto ao eixo Via Expressa/Raul Barbosa, propõe fazer a ligação entre a zona hoteleira (Avenida Beira Mar, orla de Fortaleza localizada no bairro Meireles), o Porto do Mucuripe, que com o novo Terminal de Passageiros passará a receber turistas que ficarão no local atracados em navios e iates, o estádio Castelão (atualmente Arena Castelão), o Centro da cidade e o aeroporto.

É sabida da necessidade de investimento em transporte público, especialmente em uma cidade que tradicionalmente direciona seus investimentos ao transporte individual, mas o que se percebe nesse caso da implantação do VLT é que, a princípio, trata-se de uma megaobra com objetivo focalizado em transportar o turista no período de Copa do Mundo, uma vez que essas intervenções não foram pensadas dentro de uma lógica de planejamento, onde se atua nos locais mais problemáticos da cidade, de modo a melhorar a qualidade do transporte onde se faz mais necessário. A exemplo do pensamento dos gestores públicos de Fortaleza, tem-se uma declaração dada em maio de 2012, pelo então secretário de turismo do governo do estado, Bismark Maia, a respeito do acesso de pedestres ao Centro de Eventos do Ceará, onde ele diz que: “Ninguém pega um ônibus de linha e vai para o Centro de Eventos. No projeto inicial, tínhamos proposto as passarelas, mas, com o tempo, vimos que não há necessidade de elas existirem, pois quem vai para lá não anda a pé”³¹.

Apesar da proposta do VLT de conexão entre essas áreas, vale manifestar que a ligação entre a zona hoteleira/Porto do Mucuripe à Arena Castelão só será possível se integrada a linhas de ônibus e, para a ligação entre a zona hoteleira/Porto do Mucuripe e o Centro, é necessária a integração do VLT à

³¹ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1135832>, de 11.05.2012. Acesso em: 11 de maio de 2012.

Linha Sul do METROFOR. Além disso, esse trajeto é completamente desnecessário, uma vez que a zona hoteleira/Porto do Mucuripe localiza-se ao leste da cidade, ao lado do Centro, e a Parangaba fica situada a sudoeste. Então, quem pega o VLT no Cais do Porto teria que ir até a Parangaba para fazer a integração com a Linha Sul do METROFOR e, só então, se deslocar para o Centro. A distância entre os bairros e suas conectividades podem ser melhor observadas no mapa abaixo.



Mapa 18: bairros Cais do Porto, Centro, Parangaba e Boa Vista/Castelão e o traçado do VLT.
Fonte: elaboração própria (2015).

O VLT vem sendo utilizado em diversos países do mundo como alternativa para melhoria da mobilidade urbana por ser mais barato que o metrô, suportar maior quantidade de passageiros que o ônibus e se integrar com facilidade às áreas urbanas, pois se trata de um transporte de baixa velocidade, capaz de se relacionar facilmente com os demais meios de transporte, bem como com ciclistas e pedestres. Além disso, em países como Canadá, Estados Unidos e França, o VLT foi usado para introduzir novos parâmetros de desenvolvimento urbano. Ele pode gerar um processo de valorização na sua área de influência, uma vez que sua implantação geralmente vem acompanhada de um projeto de

revitalização urbana³² para a área e seu entorno, e o *design* do VLT também o torna um atrativo. Com isso, a localidade onde ele é implantado atrai um novo público morador e frequentador, e gera a expulsão dos tradicionais moradores e frequentadores da região. Através de observação da atuação do governo do estado para a implementação do VLT, é possível dizer que esta modificação de público morador e frequentador da região é um de seus intuitos, já que parte do traçado passa por áreas já considerados nobres e a outra parte, que passa por locais de menor renda, a população pobre residente está sendo removida. Isso mostra um claro intuito de reconfiguração das áreas para torná-las o que se chamam de áreas valorizadas.

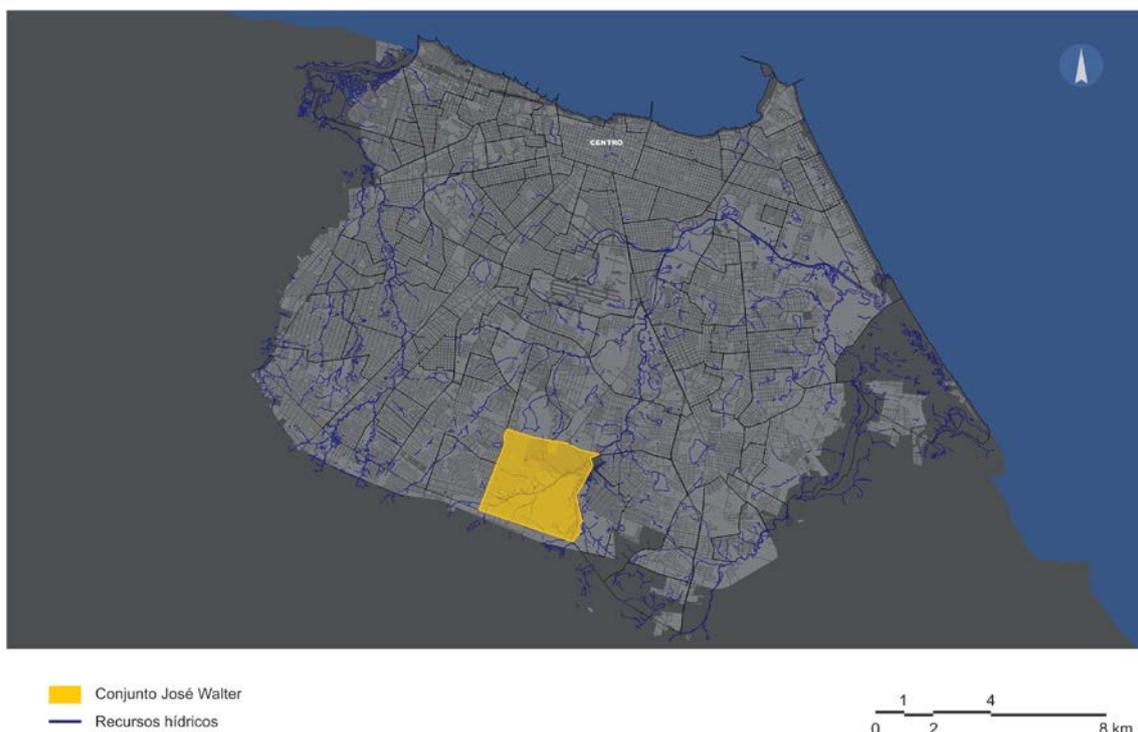
A proposta do poder público para implantação do VLT ao atravessar áreas de menor renda per capita, é de remoção das comunidades localizadas nestas áreas. A alternativa encontrada pelo governo para as famílias removidas é de realocação no Conjunto Habitacional Cidade Jardim (CHCJ), construído através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que não considera características determinadas de cada comunidade, e promove a realocação em locais distantes dos locais de origem, além da precária infraestrutura e do difícil acesso ao transporte público.

A indenização e a realocação proposta pelo poder público foram bastante questionadas pelos moradores e pelo Comitê Popular da Copa Fortaleza (CPC). Inicialmente, a proposta por parte do governo para os removidos era pagamento relacionando apenas a edificação. As primeiras indenizações pagas a moradores de diversas comunidades que se sentiram coibidos a deixar suas casas variaram de R\$ 4.000,00 a R\$ 16.000,00, e isso aguçou ainda mais a união de moradores no intuito de lutar e resistir. Através das reivindicações em audiências públicas, assembleias e Ministério Público, o CPC, junto à população atingida, tinha três objetivos: a não remoção de toda a comunidade; o remanejamento das famílias removidas para uma área próxima; e a garantia através da Lei Estadual 15.056 de 06 de dezembro de 2011, alterada pela Lei 15.194 de 19 de julho de 2012, onde proprietários de imóveis residenciais ou

³² O termo revitalização urbana é utilizado de acordo com a Carta de Lisboa apud Vasconcellos e Mello (2009): “engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência”. (p.59) Ressalta-se aqui que o considerado “decadente” pelo poder público do Ceará pode ser simplesmente uma área habitada ou frequentada pela população pobre da cidade.

mistos, que residissem no mesmo, de valor até R\$ 40 mil, considerando o terreno e as benfeitorias, devidamente regularizados, receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada e custeada pelo Estado, e os proprietários de imóveis residenciais ou mistos, devidamente regularizados, que residissem no mesmo, de valor acima de R\$ 40 mil, considerando o terreno e as benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e uma unidade residencial viabilizada pelo poder público, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Aos definidos como posseiros, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior à data da publicação da Lei e que tivessem imóveis avaliados no valor de até R\$ 40 mil, considerando apenas benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada e custeada pelo Estado. E aos definidos como posseiros, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior à data da publicação da Lei e que tivessem imóveis avaliados no valor superior a R\$ 40 mil, considerando apenas benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada pelo Estado, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Inquilinos e ocupantes, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior a data da publicação da Lei, seriam cadastrados para receber uma unidade habitacional do PMCMV viabilizada pelo Estado, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Para todas essas possibilidades, o local seria definido pela secretaria de infraestrutura (SEINFRA – CE).

Vale aqui ressaltar que o Conjunto Habitacional Cidade Jardim (CHCJ) não foi concluído a tempo do megaevento e atualmente encontra-se apenas parcialmente pronto, localiza-se no bairro José Walter, originalmente um Conjunto Habitacional construído pelo BNH, em quatro etapas, na década de 1970, localizado no extremo sul da cidade de Fortaleza, no limite com a cidade de Maracanaú.



Mapa 19: localização Conjunto José Walter.
 Fonte: elaboração própria (2015).

Em consulta realizada pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, na época tendo como relatora a urbanista Prof^a. Dr^a. Raquel Rolnik, sobre o processo de remoção da população atingida por obras em função da Copa do Mundo, foi questionado: “Quando há necessidade de remoção, o local para o reassentamento tem sido construído e disponibilizado antes da retirada das famílias? Em caso negativo, qual solução teria sido adotada para garantir o atendimento provisório?”. A resposta do Comitê Popular da Copa foi: “Não. No caso do VLT há uma política de aluguel social prevista na lei”. Questionou-se ainda: “Como são calculadas as indenizações? Indeniza-se pela benfeitoria? Nas indenizações estão inclusos o valor da terra? Leva-se em conta o tempo de posse para esse cálculo? Leva-se em conta a localização do imóvel?” A resposta do CPC para essas questões foi: “A regra é não para todos. Nos acordos administrativos de desapropriação no projeto do VLT, inclusive, há uma cláusula que diz que os moradores residem no local desde ‘2010’”. A consulta completa realizada pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada encontra-se no anexo D.

É importante salientar que a obra do VLT não foi concluída a tempo do megaevento. De acordo com a imprensa local, ela se encontra 50% concluída e está paralisada desde junho de 2014, quando o governo cancelou contrato com o consórcio CPE-VLT, alegando descumprimento dos prazos³³. Desde a paralisação, três licitações já foram abertas com o objetivo de retomar as obras. A primeira, ainda em agosto de 2014, em Regime Diferenciado de Contratação (RDC), onde apenas o consórcio VLT-Fortaleza, formado pelas empresas de engenharia Marquise e Engesol, apresentou-se como proponente, tendo sido recusada após avaliação da SEINFRA-CE³⁴. Em 10 de dezembro, foi aberta nova licitação, também em RDC, e igualmente considerada inabilitada. A terceira licitação foi aberta recentemente, em 22 de abril de 2015, quando a SEINFRA achou por bem dividir a obra em três lotes, onde o primeiro trecho é referente à passagem na avenida Borges de Melo e está orçado em R\$ 26,8 milhões. O segundo trecho compreende a Estação Borges de Melo à Estação Parangaba e o centro de manutenção, com orçamento de R\$48,3 milhões. Já a terceira licitação compreende o trecho entre a Estação Iate à Estação Borges de Melo e tem valor de R\$ 100 milhões. Os dois primeiros trechos têm prazo de entrega de 12 meses e o terceiro trecho de 18 meses³⁵.

Com a suspensão das obras, os moradores da região reclamam do abandono e dos destroços deixados na área, contribuindo para a situação de insegurança e precariedade da população, além da falta de manutenção das estruturas já construídas, onde até as grades de proteção que já haviam sido instaladas foram roubadas, caracterizando o total abandono da obra.

33

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/30/noticiasjornalcotidiano,3385109/governo-do-estado-nao-tem-previsao-para-retomar-obras-do-vlt.shtml>, de 30.01.2015. Acesso em 24 de março de 2015.

³⁴ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/seinfra-lanca-edital-para-termino-de-obras-do-vlt-1.1153408>, de 18.11.2014. Acesso em 23 de novembro de 2014.

³⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/seinfra-abre-novas-licitacoes-para-obras-do-ramal-do-vlt-em-fortaleza.html>, de 09.04.2015. Acesso em 09 de abril de 2015.



Figura 12: abandono das obras do VLT.
 Fonte: globo.com e Jornal O Povo (2015)³⁶.

Os moradores ressaltam ainda a insegurança quanto à permanência no local, pois muitas casas ainda encontram-se marcadas e a SEINFRA não dialoga com os moradores quanto à situação, se eles permanecerão no local ou se serão removidos e, no caso de serem removidos, em que condições se darão essas remoções.

3.4. O Comitê Popular da Copa Fortaleza – CPC

Para combater, questionar, denunciar e reverter as violações dos direitos humanos cometidas e justificadas em função do megaevento, entre 2009 e 2011 foram criados os Comitês Populares da Copa no Brasil. Os Comitês representavam articulações de movimentos sociais no campo da esquerda, ou seja, de pensamento anticapitalista, e estiveram presentes nas doze cidades-sede. O conjunto dos doze Comitês Populares constitui a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que, entre 2010 e 2014, atuou acompanhando e denunciando violação dos direitos humanos acontecidos em decorrência do megaevento e no monitoramento das intervenções públicas e privadas e articulou ações integradas em torno das seguintes pautas e agenda, e segue atuando em função das Olimpíadas de 2016:

³⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/seinfra-abre-novas-licitacoes-para-obras-do-ramal-do-vlt-em-fortaleza.html>, <http://blogdojuniorximenes.blogspot.com.br/2015/02/vlt-fortaleza-obras-paradas-ha-nove.html>, de 09.04.2015 e <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/30/noticiasjornalcotidiano,3385109/governo-do-estado-nao-tem-previsao-para-retomar-obras-do-vlt.shtml>, de 30.01.2015. Acesso em 23 de abril de 2015.

1. Participação / Consultas Públicas: As ações e obras propostas no âmbito dos megaeventos devem ser objeto de amplas consultas e audiências públicas, e os posicionamentos e recomendações definidos nesses espaços devem orientar as ações, garantindo a efetiva participação popular.
2. Transparência e acesso à informação: Os planos, projetos, cronogramas, convênios, contratos e ações promovidas no âmbito da Copa e Olimpíada devem ser de domínio público.
3. Orçamento: Os orçamentos devem ser publicizados e sua execução acompanhada pela sociedade civil. Nenhuma política social, urbana e ambiental pode sofrer cortes em função da necessidade de direcionar recursos para as obras relacionados aos Jogos.
4. Direitos trabalhistas: A construção das infraestruturas e equipamentos, bem como todos os serviços relacionados aos jogos devem respeitar os direitos trabalhistas, possibilitar a inclusão na formalidade do maior número possível de trabalhadores e não perseguir ou criminalizar ambulantes e trabalhadores/as informais, camelôs e artesãos.
5. Despejo ZERO na realização da Copa e Olimpíada: Para a realização das obras e dos eventos não devem ocorrer remoções e despejos forçados. Os megaeventos devem realizar obras que prioritariamente proporcionem melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que se encontram em situação de desigualdade social, garantindo o direito à moradia e o direito à cidade a todos e todas, respeitando a legislação nacional e as recomendações e tratados internacionais.
6. Não a outras violações de Direitos Humanos: As ações de segurança e intervenção urbanística devem respeitar os direitos humanos, com a intenção de melhorar a realidade urbana e as condições de vida de populações vulneráveis como moradores/as de assentamentos informais e cortiços, mulheres, crianças e adolescentes, trabalhadores/as informais, comunidades indígenas e afrodescendentes, população em situação de rua, artistas populares, dentre outros.
7. Legado social e Ampliação de direitos: O saldo final dos investimentos e políticas de incentivos praticados para viabilizar os megaeventos deve ser de um legado sociourbano e socioambiental positivo para toda a sociedade de modo que sejam ampliados os direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Para tanto, deve ser construído um Plano de Compromisso em diálogo com as organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades afetadas.
8. Repúdio à “cidade de exceção”: A realização das obras deve observar e aplicar os princípios que constam no Estatuto da Cidade, na Constituição Federal e nos tratados e acordos internacionais, permitindo, assim, a construção de cidades justas, democráticas, sustentáveis e inclusivas e a garantia de direitos historicamente conquistados, além de evitar o endividamento externo e o subsídio às grandes empresas.
9. Em Defesa de uma política esportiva e cultural: Cultura e esporte são elementos essenciais na formação das pessoas. Toda cidade deve ter um amplo projeto de incentivo à cultura

popular e ao esporte comunitário. Buscar a integração da saúde, educação e lazer. Defendemos projetos populares e de longo prazo, com investimentos na base em todas as áreas do esporte e da cultura. (ANCOP, 2010)³⁷.

Em 2009, Fortaleza foi anunciada como uma das doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. De acordo com o CPC, para além da animação de sediar um megaevento de paixão nacional, o sentimento de medo e preocupação também passou a permear a vida da população pobre de Fortaleza, tanto em relação aos investimentos a serem realizados, quanto a quem esses beneficiariam.

Frente a essa realidade, para lutar pela garantia de direitos ameaçados pelas intervenções urbanas em nome da Copa, foi formado, entre o final do ano de 2009 e o início de 2010, o Comitê Popular da Copa Fortaleza (CPC). O CPC, de acordo com sua descrição em sua página oficial do Facebook:

É uma organização local de movimentos sociais, ONG's, organizações populares, organizações políticas e da sociedade civil que luta pela garantia dos direitos humanos no processo da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 (Comitê Popular da Copa Fortaleza, 2010)³⁸.

Além disso, trate-se de uma articulação de movimentos sociais de diferentes segmentos da sociedade e também é composto por indivíduos independentes que se articularam em torno da mobilização e resistência para questionar o processo de mercantilização da cidade com incentivo ao capital imobiliário e internacional e desrespeito ao direito à cidade da população de baixa renda. Preocupa-se ainda com a possibilidade de que os projetos executados em função da Copa do Mundo FIFA 2014 não considerem a real situação e a opinião pública da população necessitada, contribuindo, dessa forma, para o agravamento de problemas sociais já existentes na cidade, como a falta de moradia adequada, agravando os danos sociais e ambientais. Para isso, de acordo com a página oficial da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP):

³⁷

Disponível

em:

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279, de 2010. Acesso em: 12 abril 2012.

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Comit%C3%AA-Popular-Da-Copa-Fortaleza-Cear%C3%A1/493045034049514?fref=ts>, de 2010. Acesso 01 fevereiro 2012.

Movimentos sociais, ONG's, organizações populares, organizações políticas e estudantes estão unidos no Comitê Popular da Copa para lutar contra a exclusão social e os problemas que poderão ser gerados por essas mudanças, caso elas sejam feitas para beneficiar os mais ricos e não a classe trabalhadora e os desempregados (as) da cidade que já são vítima da exclusão (ANCOP, 2010)³⁹.

Ainda no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Fortaleza, surgiu também o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM). O MLDM é formado por integrantes da Organização Resistência Libertária (ORL), composto por militantes anarquistas e surgiu dentro do CPC, quando, de acordo com um membro do CPC entrevistado pela autora, alguns integrantes de posicionamento anarquista passaram a questionar a forte ligação direta do CPC com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O MLDM é composto majoritariamente por moradores da Comunidade do Trilho, estudantes e sociedade civil, mas que não são diretamente atingidos pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014.

A partir de uma articulação conjunta da população atingida junto ao CPC e ao MLDM, foi desenvolvido, em 2011, o Relatório de Questionamentos e Alternativas que questiona porque o traçado do VLT passa onde existe habitação quando poderia passar nos canteiros centrais das avenidas ou em áreas destinadas à circulação de automóveis. Este Relatório de Questionamentos e Alternativas contou com apoio voluntário de técnicos e as reuniões para elaboração do projeto aconteceram na faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. A opção alternativa para o projeto do VLT afirma que:

No trecho onde passa a Via Expressa, por exemplo, o EIA cita no item 4.2.2.3. (pág. 4.39) que é necessária uma largura de 16,85 metros para o VLT ser instalado. A Via Expressa tem, em média, 36 metros de extensão contando do trilho que passa por um de seus lados até a calçada no outro lado da via, sem contabilizar nenhuma área de habitação. Com os 19 metros restantes, é possível deixar uma avenida com duas faixas por sentido de circulação, semelhante à Av. Santos Dumont [avenida de grande fluxo em Fortaleza], que possui cerca de 18 metros de calçada a calçada. O mesmo pode ser pensado com o VLT passando no centro de outras avenidas no sentido de

39

Disponível em:
http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=286,
de 2010. Acesso em: 12 abril 2012.

seguir um trajeto rumo ao Aeroporto e à Parangaba. Tem-se como opção utilizar a Av. Raul Barbosa e a Avenida do Aeroporto ao invés de se utilizar o traçado atual, cortando e removendo comunidades da Aerolândia ao Montese. A ligação entre a Av. do Aeroporto e o terminal de Parangaba (estação final) poderia ser feito por um pequeno trecho subterrâneo, evitando remoções. Onde fosse necessário, poderia-se diminuir parte do espaço hoje destinado para carros, evitando remoções e priorizando, dessa maneira, o transporte público em detrimento do transporte individual, pois, como já é consenso entre os especialistas de mobilidade urbana: não basta investir em transporte público, deve-se diminuir o espaço para os carros (Relatório de Questionamentos e Alternativas, p. 10, 2011).

O Relatório de Questionamentos e Alternativas apresentado frente ao trajeto oficial do VLT foi entregue em mãos ao então governador do estado Cid Gomes, no dia 08 de agosto de 2011, após um ato unificado que saiu da Praça Luiza Távora e foi até o Palácio de Iracema, onde fica o gabinete do governador, quando uma comissão de moradores atingidos foi recebida pelo então governador do estado. A opção alternativa pode ser observada na figura a seguir.



Figura 13: traçado alternativo ao projeto oficial do VLT.
Fonte: Dossiê do CPC Fortaleza (2012).

O trajeto na cor vermelha representa o trajeto oficial do VLT, onde se percebe a passagem do veículo por áreas onde há grande número de habitações, necessitando assim de muitas remoções. Já o trajeto na cor amarela representa o trajeto alternativo desenvolvido no Relatório de Questionamentos e Alternativas, onde se observa que ele segue o sistema viário, com pequeno trecho subterrâneo que contribuiria para a redução do número de famílias atingidas na região do bairro da Parangaba.

Na figura 14, observa-se também alternativa referente ao traçado do VLT, utilizando o canteiro central da Via Expressa onde, dessa forma, as famílias pobres moradoras da região não seriam atingidas.



Figura 14: traçado alternativo ao projeto oficial do VLT.
Fonte: Dossiê do CPC Fortaleza (2012).

Os trajetos acima exemplificados e ilustrados nas figuras 13 e 14, mostram alternativas ao traçado do VLT, reduzindo o número de famílias impactadas e

removidas em decorrência de sua implantação. É possível perceber que as opções de alternativa desenvolvidas no Relatório de Questionamentos e Alternativas utilizam de implantação em áreas desprezadas pelo EIA/RIMA do projeto do VLT que não considera a possibilidade de implantação do ramal utilizando canteiros centrais, sistema viário, área interna do terreno do aeroporto e trechos subterrâneos.

Outra ação de destaque do CPC foi a produção de um vídeo junto à CLVC, chamado “Copa Para Quem? A comunidade que desviou o trem”⁴⁰, onde os moradores denunciam o descaso do governo do estado com a vida dos residentes da área e mostram a história de articulação, luta e resistência da população no intuito de reverter a remoção integral da comunidade e por direito, no caso de remoção, à indenização justa.

No bairro da Parangaba, de acordo com um morador da comunidade Caminho das Flores, que se localiza na região, em 2010, técnicos do governo do estado fizeram o cadastro de 45 mil famílias que residiam a 18 metros do trecho do VLT. Porém, até 2012, o governo do estado não entrou mais em contato e só em 2014, dois anos depois da primeira visita, o governo fez uma reunião com os moradores onde explicava as obras e seus impactos. Nessa reunião, técnicos do governo afirmaram que havia uma faixa de área das casas existentes que deveria ser cedida ao VLT. Foi a partir dessa reunião que os moradores da região da Parangaba, que passaram a se reconhecer como comunidade Caminho das Flores, integraram a luta contra a violação dos direitos junto ao CPC. A partir de então, entraram em contato com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Popular Frei Tito de Alencar, que é vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa e tem como objetivo prestar assessoria jurídica popular. Atua desde 2000 na defesa da sociedade contra violações dos direitos humanos, em demandas coletivas ou individuais, como casos de violência policial, tortura, negação do direito à moradia e demais causas. O Escritório Frei Tito contactou a Defensoria Pública que, através de três audiências, tentou mediar as

⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7hi4G0jPpIA>, de 11.02.2014. Acesso em 16 de março de 2015.

negociações com o governo estadual. De acordo com um morador, “a gente só conseguiu ver o projeto mesmo depois que a Defensoria entrou com uma ação civil pública exigindo que fossem respeitados os nossos direitos”⁴¹. O resultado desse processo foi que a área das casas destinadas ao VLT foi consideravelmente reduzida, restando aos moradores as áreas remanescentes, onde contam com a possibilidade de reconstruir parte de suas casas e permanecer no local. Para isso, tiveram que demolir por completo todos os imóveis afetados e, depois de ter parte do terreno destinado à construção do VLT, reconstruir as casas com o valor da indenização do governo do estado. Segundo o morador entrevistado pela autora, as indenizações foram abaixo do valor de mercado, variando entre R\$ 16 e R\$ 70 mil e as áreas remanescentes destinadas às reconstruções dos imóveis variam entre 60 e 120 metros quadrados.

O CPC teve forte atuação e agiu estudando e denunciando os impactos nas comunidades atingidas e que mantêm resistência em áreas que estão sendo modificadas pelas obras que eram previstas para a cidade, porém aceleradas com a vinda da Copa, além de pautas concretas e inegociáveis sobre a violação de outros direitos de trabalhadores e da sociedade civil e de questionar e promover dados encobertos pelo governo.

⁴¹ Disponível em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/02/04/legado-para-quem-conheca-cinco-vitorias-populares-contr-a-copa/>, de 04.02.2014. Acesso em 06 de julho de 2014.



Figura 15: ato organizado entre o CPC, MLDM e os moradores diretamente atingidos.
Fonte: A Pública (2014)⁴².

O Comitê Popular da Copa Fortaleza reivindicava o direito da população permanecer nas casas que há anos habitam, locais de valor sentimental e também de investimento financeiro por parte da população ali residente. Conseguiu vitórias consideráveis, como em relação à CLVC, que será melhor descrita no item 3.5.1, que reduziu em aproximadamente 70% o número da população removida, bem como dos moradores das Comunidades do Trilho e Caminho das Flores, que permanecem na luta até os dias atuais, uma vez que as obras do VLT ainda não foram concluídas.

Teve bastante destaque na atuação junto ao CPC, a CLVC e a Comunidade Caminho das Flores, esta composta por moradores do bairro da Parangaba que inicialmente não se reconheciam como comunidade e passou a se reconhecer durante o processo de resistência em função das remoções forçadas e dos impactos decorrentes das obras para implantação do VLT, quando tiveram suas casas ameaçadas de serem derrubadas pelas obras. Conseguiram que as casas fossem apenas parcialmente atingidas, permanecendo assim os moradores em áreas remanescentes e, através da

⁴² Disponível em: <http://apublica.org/2014/02/legado-para-quem/>, de 04.02.2014. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

indenização recebida do governo do estado, puderam reconstruir parte de suas casas no mesmo local.

Tendo passado a Copa do Mundo, o CPC foi desfeito, mas muitos de seus componentes e moradores das comunidades atingidas hoje compõem também o MLDM, que continua com as atividades e questionamentos em torno do tema das remoções, uma vez que obras como a do VLT e a do projeto Aldeia da Praia não estão concluídas, e suas retomadas acarretarão em futuras ameaças de remoções da população localizada nas áreas onde as obras passarão. Além disso, o MLDM atua questionando a atuação do capital em detrimento do direito à cidade, quando justificado por obras de infraestrutura e projetos desenvolvimentistas. Entre outros questionamentos, apontam o fato de que a população pobre é sempre removida para os limites periféricos da cidade, longe das áreas centrais e com precárias condições de infraestrutura e de transporte público, dificultando a vida da população. Questiona a quem de fato esses projetos beneficiam e a quem serve esse modelo de cidade. A ANCOP também permanece atuando em função de reverter os impactos e as violações dos direitos humanos cometidos em função das Olimpíadas de 2016.

3.5. O seu chão é sagrado

Nesse tópico serão realizadas análises críticas de três comunidades atingidas por obras em função do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014. Das três comunidades, duas são atingidas por obras do VLT – Comunidade Lauro Vieira Chaves (CLVC) e Comunidade João XXIII (CJXXIII) – e uma foi atingida por obras do TMPF – Comunidade Alto da Paz (CAP). As análises foram desenvolvidas através da aproximação empírica com visita *in loco*, conversas e entrevistas⁴³ com moradores e com membros do CPC, além de leitura de artigos disponibilizados pela mídia.

⁴³ As entrevistas foram realizadas entre os dias 01 e 03 de maio de 2014, durante o “I Encontro Nacional dos Atingidos – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos”, sediado na cidade de Belo Horizonte – MG, também realizado entre os dias 01 e 03 de maio de 2014, e a transcrição encontra-se no anexo A. Trata-se de um dos pontos da aproximação empírica com a população atingida diretamente pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Fortaleza-CE. As entrevistas foram feitas de modo quase informal, sendo longas conversas e a transcrição não é *ipsis litteris*. Todas as conversas foram gravadas e se basearam num guia aplicativo que encontra-se no anexo B. Pensou-se interessante para a pesquisa deixar os entrevistados discorrerem livremente. Para autorização da utilização das entrevistas neste trabalho, todos os entrevistados assinaram termo de consentimento de

3.5.1. Comunidade Lauro Vieira Chaves – CLVC

A Comunidade Lauro Vieira Chaves (CLVC) localiza-se ao lado do Aeroporto Internacional Pinto Martins, entre os bairros Vila União e Montese (mapa 20 e figura 16), dois bairros de centralidade própria. Foi formada no início da década de 1960, em terra da União que estava vazia e livre, por pessoas vindas do interior do estado e também da própria capital.



Mapa 20: Localização da CLVC.
Fonte: elaboração própria (2015).



Figura 16: Detalhe da relação CLVC, linha férrea e Aeroporto.
Fonte: vídeo #CopaParaQuem? A comunidade que desviou o trem (2014)⁴⁴.

Trata-se de uma comunidade totalmente consolidada, completamente inserida na malha urbana, onde o padrão construtivo de todas as casas é alvenaria, provida de infraestrutura básica, apesar de apresentar algumas carências.

Entre os moradores da CLVC, os vínculos de vizinhança são fortes e a relação de trabalho e estudo encontra-se nas proximidades. Além dos fortes vínculos de vizinhança, de acordo com um morador entrevistado pela autora, a CLVC desenvolve um projeto de cineclube que surgiu a partir de uma oficina dada na

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7hi4G0jPpIA>, de 11.02.2014. Acesso 21 abril 2014.

comunidade pelo coletivo de audiovisual Olho Mágico e, a partir de então, alguns moradores passaram a fazer o cineclube quinzenal com direito a pipoca e refrigerante distribuídos pelos comerciantes e moradores da região.

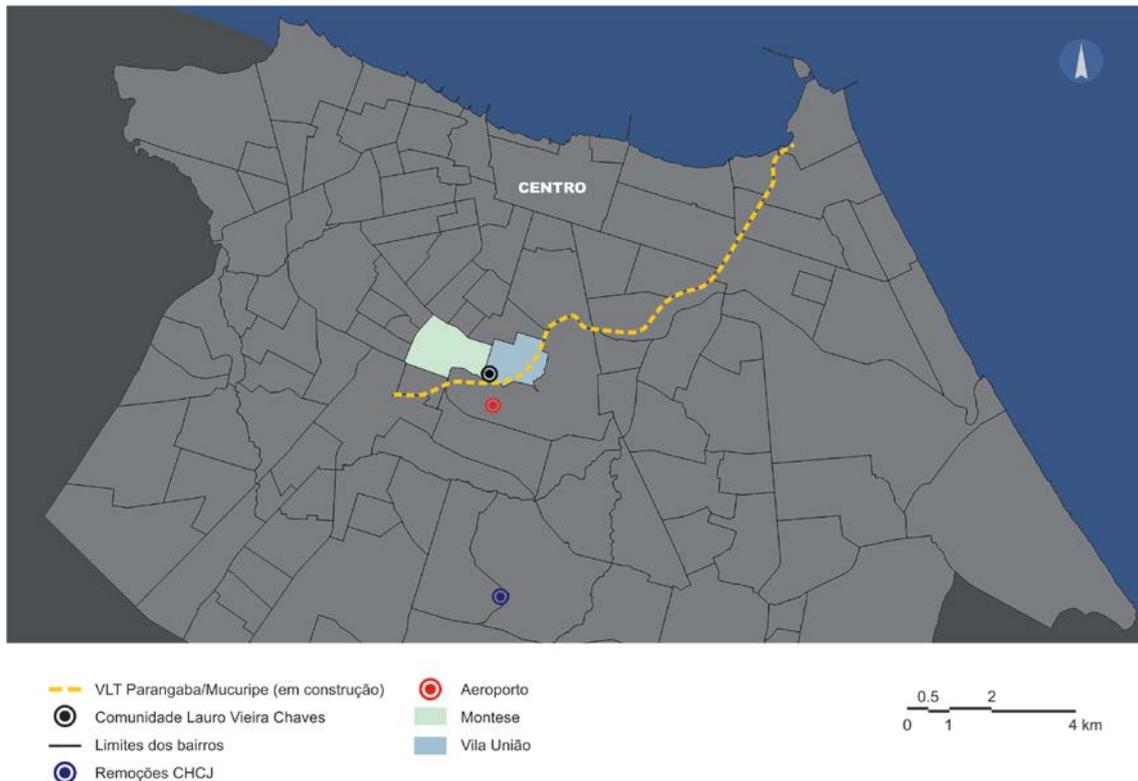
Por encontrar-se ao lado do Aeroporto, o governo do estado inicialmente alegou que seria necessária a remoção de toda CLVC, um total de 203 famílias, aproximadamente 1200 pessoas. Os moradores se organizaram e se uniram ao CPC no intuito de questionar a real necessidade da remoção de toda comunidade e, no caso das remoções acontecendo, a forma de indenização, além de lutar pela permanência e resistir aos abusos cometidos em função do megaevento.

Inicialmente, o projeto do VLT, batizado pelos moradores de VLTS – Veículo Levando Teus Sonhos, fazia uma curva que passava por cima de toda a CLVC. Entendendo que essa curva era desnecessária, os moradores questionaram o traçado do VLT e desenvolveram, junto ao CPC, MLDM e técnicos voluntários, no Relatório de Questionamentos e Alternativas, uma proposta de trajeto alternativo, promovendo a possibilidade de um percurso que não passasse por cima de toda CLVC, no qual poderia, inclusive, ser utilizada área do Aeroporto.

Foi a partir dos questionamentos por parte dos moradores da CLVC junto ao CPC e demais movimentos de luta, que o governo do estado passou a negociar e modificou o trajeto, reduzindo em 70% o total de casas atingidas, caindo assim para 66 famílias a serem removidas e, dessas 66, 13 encontram-se em áreas remanescentes, tendo apenas parte de suas casas atingidas e, dessa forma, havendo a possibilidade de reaver parte de suas moradias locais.

Observando a consolidação da CLVC e sua inserção à malha urbana, percebe-se que o intuito do poder público é de fazer higienização social, levando para distante das vistas dos turistas que chegam à cidade pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins e para longe das áreas valorizadas por obras de infraestrutura a população pobre não bem quista nesses locais. O Conjunto Habitacional Cidade Jardim (CHCJ) foi colocado como única opção pelo poder público, como a única possibilidade de realocação, mesmo sendo uma área distante 14 km do local atual (mapa 21). Percebe-se ainda que os investimentos de infraestrutura nunca são voltados à população pobre e

residente local, uma vez que quando um projeto de mobilidade, que teoricamente facilitaria a vida da população residente na localidade, está para ser implantado, os moradores da área são removidos, não usufruindo dos supostos benefícios.



Mapa 21: localização da CLVC e do CHCJ.
Fonte: elaboração própria (2015).

Ressalta-se ainda que apesar da luta por permanência, os moradores reconhecem a carência de certa infraestrutura e a necessidade de sua implementação, inclusive a necessidade de segurança jurídica fundiária.

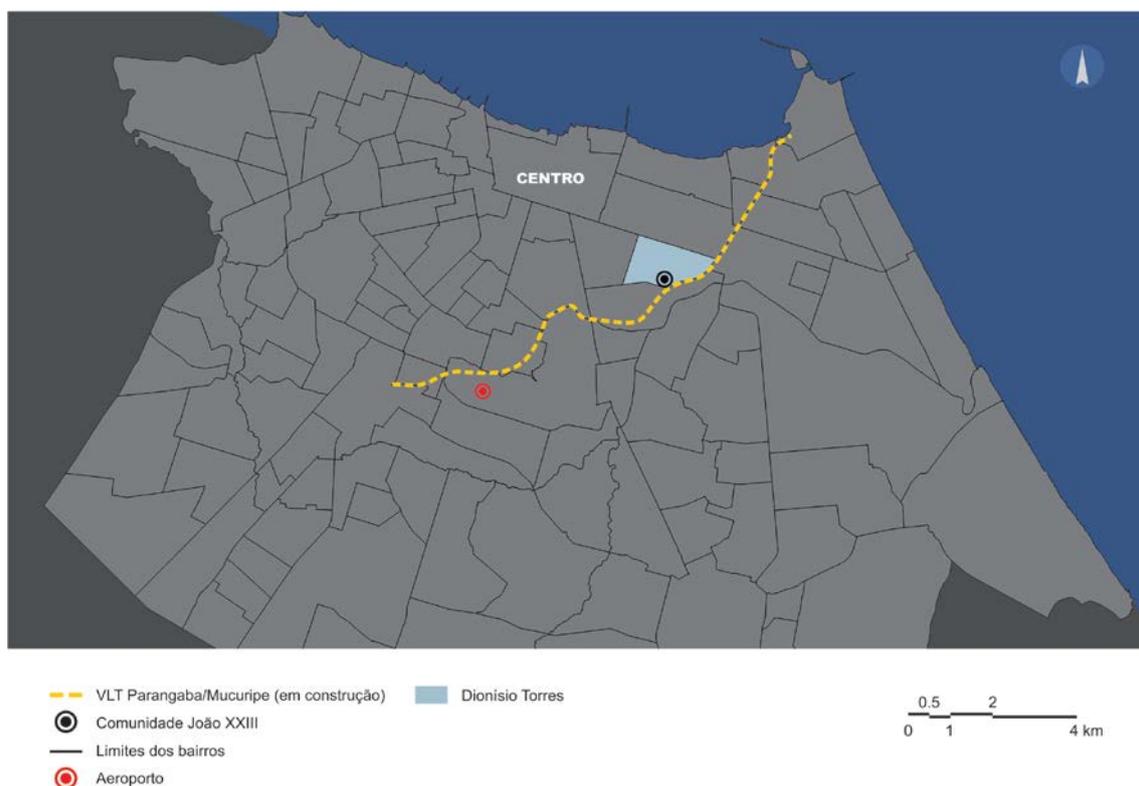
A CLVC logrou vitória ao conseguir reduzir o número de famílias removidas em função da obra do VLT, mas cabe frisar que, como as obras do VLT ainda não foram concluídas, as famílias encontram-se em situação de insegurança quanto à permanência na localidade.

Vale ainda ressaltar que a CLVC fez diversas intervenções no intuito de mostrar sua resistência frente às ameaças de remoção. Pode-se exemplificar os adesivos com a sigla MT (Meu Território), colados em cima da marcação das casas. As casas eram marcadas pelo poder público com siglas de números e letras na parede MT03 A ou B (Metrô Trecho 03, casa Acima ou Baixo). Outro

exemplo foi a elaboração, junto ao CPC, do vídeo “Copa Para Quem? A comunidade que desviou o trem”, no qual os moradores denunciam o descaso do governo do estado com a vida dos residentes da área e mostram suas histórias de articulação, luta e resistência.

3.5.2. Comunidade João XXIII – CJXXIII

Localizada no bairro Dionísio Torres, onde predominam moradores de renda média e alta (mapa 22), a comunidade surgiu em meados da década de 1940 e ocupa terra da União. Localiza-se ao longo da linha férrea, onde surgiram também outras comunidades, como a Jangadeiro, Trilha do Senhor, Dom Oscar Romero e Aldaci Barbosa. Todas elas compõem a Comunidade do Trilho. Na figura 17 é possível observar algumas comunidades localizadas às margens do trilho.



Mapa 22: localização da CJXXIII.
Fonte: Elaboração própria (2015).



Figura 17: comunidades localizadas às margens do trilho.
Fonte: Iacovini (2013).

Por estar localizada em um bairro de renda média e alta, a CJXIII está completamente inserida na malha urbana, com fácil acesso a meios de transporte, bem como a escolas, creches, postos de saúde, locais de trabalho, comércio e serviços. A CJXIII é bem consolidada, sendo o padrão construtivo predominante em alvenaria, e a maioria das residências conta com abastecimento público de água, energia e esgotamento sanitário.

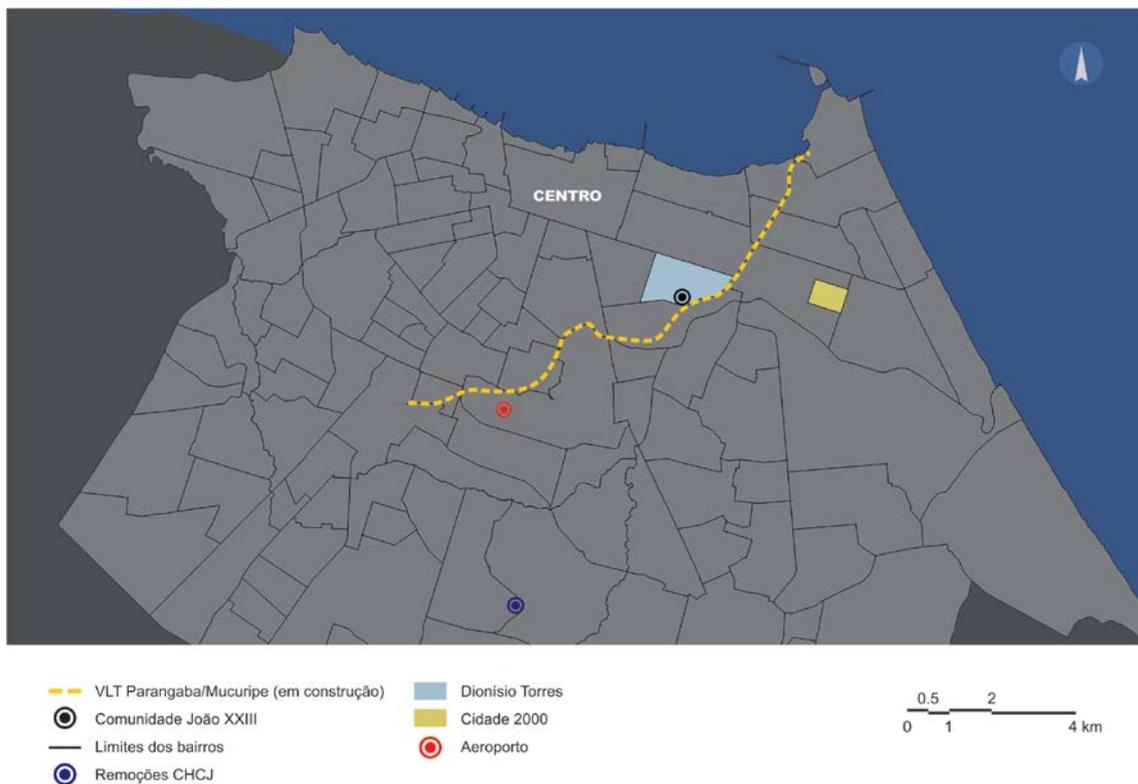
Por residirem na localidade há muito tempo e por estarem tão inseridos na malha urbana, com fácil acesso a serviços e transporte, os moradores da CJXXIII desejam a permanência no lugar, apesar de reconhecer a necessidade de implantação de alguns serviços básicos de infraestrutura e de regularização jurídica fundiária. De acordo com uma moradora entrevistada pela autora, no início da formação da CJXXIII, a família Jorge Vieira alegava ser proprietária da terra, e muitos moradores compraram a terra destinada à construção das casas dessa família. De acordo com a mesma moradora, outros moradores já compraram as casas de terceiros.

Percebe-se que algumas casas localizadas às margens da linha férrea passam por questões quanto a sua localização em área de servidão, não podendo, de acordo com as leis locais, serem regularizadas. Porém, residências da comunidade, fora na área de servidão, teriam condições de permanecer no local.

Ainda segundo a mesma moradora, os moradores da CJXXIII foram surpreendidos por funcionários do governo do estado que chegaram à comunidade para medir, fotografar e marcar as casas sem dar informações sobre o que estava acontecendo. Quando o governo se dispôs a conversar, inicialmente afirmou que os moradores precisavam deixar suas casas e que seriam indenizados com base no valor do imóvel, sem incluir o valor da terra, uma vez que, segundo o governo do estado, tratavam-se de posseiros.

A tentativa de total extermínio da CJXXIII mostra um claro intuito por parte do poder público de “limpar” uma área nobre da cidade, causando uma verdadeira higienização social, levando para longe dos olhos da burguesia local e de turistas a população pobre.

Como as obras do VLT estão paralisadas, os moradores encontram-se incertos quanto à permanência ou não no local e, no caso de não permanência, questionam a localidade para onde serão removidos, muito distante da localização atual onde a população tem laços fincados, inclusive de relação com a vizinhança, bem como relações de emprego e estudo. Na tentativa de diálogo com o poder público, os moradores da CJXXIII manifestaram o interesse de serem removidos para o bairro Cidade 2000, onde há previsão da construção de um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).



Mapa 23: espacialização comunidade João XXIII, Cidade 2000 e CHCJ.
 Fonte: elaboração própria (2015).

Como se pode observar no mapa 23, o bairro Cidade 2000 localiza-se bem mais próximo da localidade atual da CJXXIII, portanto causaria menos transtorno à vida da população no caso de remoção.

Segundo a entrevistada, os moradores comemoram como vitória terem conseguido indenização com base na Lei Estadual 15.194 de 19 de julho de 2012. Outra conquista foi a mudança no valor da bolsa aluguel, destinado aos moradores que tiveram que deixar suas casas antes da entrega do CHCJ, para pagamento do aluguel até a entrega das unidades habitacionais. Inicialmente, o governo havia anunciado o valor de R\$ 200,00, mas os moradores, junto ao CPC, conseguiram reverter o valor para R\$ 400,00. Há uma contradição quanto ao período da bolsa aluguel. Alguns moradores dizem que seria por um ano e outros afirmam que seria até a entrega da casa, porém era afirmado pelo governo que a construção dos novos empreendimentos do PMCMV seriam entregues em um ano, logo o tempo seria o mesmo. Os moradores da CJXIII comemoram ainda como vitória o fato de terem conseguido atrasar as obras do VLT e, com isso, ganhar tempo para a negociação.

3.5.3. Comunidade Alto da Paz

A Ocupação Alto da Paz teve início no dia 17.09.2012 e se localizava no bairro do Serviluz. Este fica a leste do Centro da cidade, em área de praia, onde se encontra o antigo farol, além do Porto do Mucuripe, onde se localiza o Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza (TMPF). O bairro Serviluz originalmente trata-se de uma colônia de pescadores que, a partir do processo de urbanização da cidade de Fortaleza, foi perdendo espaço para a abertura de avenidas e para o processo de especulação imobiliária. Seus moradores travam uma luta de resistência para conseguir manter-se no seu local de origem. A comunidade original, existente há mais de 40 anos, chama-se Titanzinho. Por localizar-se próximo ao Porto do Mucuripe, local do TMPF, a área passará por um processo de revitalização urbana, cujo projeto é chamado Aldeia da Praia. O projeto, que é anterior à Copa do Mundo FIFA 2014 e passou a integrar o pacote da Copa, prevê a construção de uma via paisagística de 1700m, além de uma praça de 27 mil m², tudo com drenagem e pavimentação novas e passeios padronizados. Para a implementação desse projeto, está prevista a saída das 1.600 famílias residentes na área. As famílias removidas seriam remanejadas para uma área próxima, onde seriam construídas mil novas unidades habitacionais através do PMCMV⁴⁵. Observa-se ainda que com a remoção de 1600 famílias e a construção de 1000 novas unidades habitacionais, 600 famílias serão removidas e ficarão desatendidas.

Foi nesse terreno, comprado em 2012 pela prefeitura municipal e destinado à construção das novas unidades habitacionais, que se formou a Ocupação Alto da Paz. Na comunidade, habitavam famílias de baixa renda, sendo algumas famílias anteriormente moradoras do Serviluz e que não conseguiram mais arcar com as despesas crescentes com aluguel.

De acordo com um morador entrevistado pela autora, moravam na ocupação 412 famílias, totalizando cerca de 1.500 pessoas, sendo estas pescadores,

⁴⁵ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/aldeia-da-praiano-serviluz-deve-ficar-pronta-ate-junho-de-2015-afirma-salmito-filho-1.827069>, de 04.06.2013. Acesso em junho de 2014.

trabalhadores de serviços gerais, construtores, pintores, comerciantes de baixa renda, crianças, adolescentes e idosos.

Como a área estava destinada à construção de unidades habitacionais pelo PMCMV para faixa 1 (0 a 3 salários mínimos), a Habitafor fez cadastro das famílias que ocupavam o terreno, gerando expectativa de que seriam contempladas através do Programa. Porém, apesar do cadastro realizado, havia tensão quanto à permanência dos moradores e para onde estes iriam durante a construção do empreendimento. Os moradores contavam com assessoria jurídica do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Popular Frei Tito de Alencar e alguns faziam parte da corrente sindical de esquerda Unidade Classista, que atua na organização dos trabalhadores para o enfrentamento das imposições do sistema capitalista e de seus gestores, além de compor também o CPC.



Figura 18: carteirinha de identificação de moradores da comunidade Alto da Paz que compõe a corrente sindical de esquerda Unidade Classista (frente e verso).
Fonte: a autora (2014).

A articulação junto ao CPC se deu durante a realização de um vídeo de denúncia, onde foram registradas reuniões de moradores e a situação de pobreza, miséria e doença, inclusive de pessoas com necessidades especiais.

Ainda segundo o morador entrevistado, temendo a desapropriação, os moradores escreveram ainda uma carta ao prefeito Roberto Cláudio (atualmente PROS, mas eleito pelo PSB, com início da gestão em 2013), alertando que na ocupação havia muitos barracos de lona e madeirite, mas que também havia casas de alvenaria, que era o sonho de alguns moradores. A carta pedia cuidado para não destruir sonhos. O prefeito fez uma visita à comunidade e, durante a sua permanência, uma comissão levou até ele os problemas da comunidade e, ainda de acordo com o entrevistado, um representante da prefeitura garantiu que não haveria reintegração de posse violenta.

Porém, no dia 20 de fevereiro de 2014, houve uma violenta reintegração de posse em Fortaleza (Figura 19). Não houve processo de diálogo nem de marcação de casas e/ou barracos por conta da prefeitura. A Polícia Militar (PM) chegou à comunidade às 5 horas da manhã, junto com a tropa de choque, cavalaria e cachorros, escudos e bomba de efeito moral. Segundo o entrevistado, “houve muita violência por parte da PM, que chegou a agredir uma mulher grávida. Obrigaram jovens a ficarem ajoelhados, destruíram sonhos de famílias que só tinham aquilo para viver”. Não houve notificação formal e direta. A PM chegou e já houve a reintegração violenta. Muitos só conseguiram tirar a família de dentro de casa, saíram com a roupa do corpo, não conseguindo salvar nenhum objeto ou pertence. Aproximadamente 56 famílias ficaram em situação de extrema pobreza e necessidade, vivendo nas ruas do entorno, entre elas, uma família com 7 crianças. Não houve nenhum tipo de reassentamento, apenas uma espécie de cadastro para que as famílias removidas entrassem na fila de unidades do PMCMV e, até serem contempladas, foi oferecida uma bolsa-aluguel no valor de R\$ 100,00.



Figura 19: reintegração de posse da Comunidade Alto da Paz – 20.02.2014.
Fonte: Davi Pinheiro (2014).

Observa-se como o poder público atua de forma imediata e irresponsável com a vida de centenas de pessoas quando é por uma causa que beneficie obras que venderão a cidade como mercadoria para os próprios moradores e para seus visitantes. A agilidade com que se deu a reintegração de posse mostra como o governo está interessado em desenvolver o projeto destinado à área, sem a menor preocupação com a vida e o bem estar da população ali residente.

Vale ressaltar que os moradores da Comunidade Alto da Paz viviam na localidade em precárias condições, onde infraestrutura básica faltava, mas havia interesse em dialogar com os governantes na tentativa de se inscreverem para receber a unidade habitacional e de, durante o período de construção, terem algum tipo de auxílio que permitisse viver com um mínimo de bem estar, o que se mostrou inviável quando proposta a bolsa-aluguel no valor de R\$ 100,00. Com esse valor, em Fortaleza, é impossível alugar até um barraco de um único cômodo.

Apesar do violento processo de reintegração de posse, quando foi afirmado que os moradores precisavam liberar a área para dar início à construção das unidades habitacionais do PMCMV, um ano depois, em fevereiro de 2015, de acordo com o Jornal O Povo⁴⁶, as obras da construção das unidades

⁴⁶

Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/20/noticiasjornalcotidiano,3395333/um-ano-apos-despejo-de-familias-no-alto-da-paz-obra-nao-foi-iniciada.shtml>, de 20.02.2015. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

habitacionais ainda não foram iniciadas. Existe apenas um descampado cercado por tapumes.



Figura 20: moradores da Comunidade Alto da Paz durante o I Encontro Nacional dos Atingidos – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos.

Fonte: a autora (2014).

3.5.4. Onde os pobres não têm vez

Considerando a Comunidade Lauro Vieira Chaves e a Comunidade João XXIII, sendo as duas diretamente atingidas por obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014, é possível observar que as comunidades já estão consolidadas, ou seja, o processo de conquista da moradia já foi encerrado, o que acontece atualmente é o processo de resistência para conseguir manter-se na localidade. Apesar de grande parte dos moradores não possuir segurança da posse do ponto de vista jurídico legal, as comunidades já têm características próprias e grande parte da população vive no local há pelo menos 40 anos. As áreas já foram fruto de intervenções para melhoria da infraestrutura, contando com água encanada, iluminação domiciliar e pública, acesso a meios de transporte e integração à malha urbana. O que aconteceu a partir do momento em que Fortaleza se tornou uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 foi que os investimentos para melhoria da infraestrutura e imobiliários para a viabilização do Mundial geraram um medo crescente relativo à possibilidade de remoção de suas moradias. Com isso, consolidou-se um movimento de resistência, uma luta para garantir o que já havia sido conquistado anos atrás: a busca pela permanência.

Em ambos os casos, inicialmente, a proposta do governo era de indenização pautada apenas o valor do imóvel, pois se alegava que os moradores eram posseiros e haviam invadido as terras. Durante todo o processo de luta e resistência, as duas comunidades conseguiram reverter esse processo de indenização e conseguiram agregar uma parte do valor aplicada ao solo, bem como receber a promessa de unidade habitacional do PMCMV. Porém, o CHCJ, local destinado para o reassentamento, encontra-se no extremo sul da cidade, onde já há uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comuna 17 de Abril (figura 21).



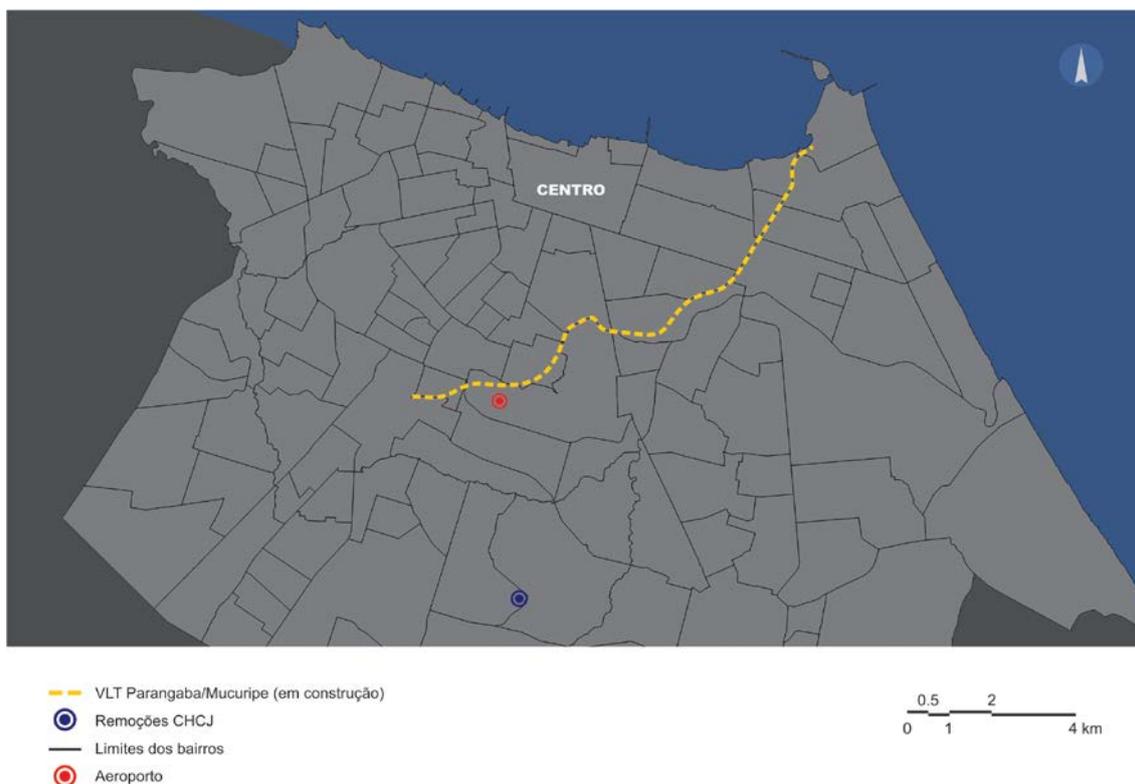
Figura 21: área no extremo sul destinada à construção do CHCJ e Comuna 17 de Abril localizada no terreno.

Fonte: Iacovini (2013).

Nota-se a repetição na lógica de reassentamento distante do local de moradia, conseqüentemente longe do local de trabalho e do ambiente onde a população fincou laços. Essa distância pode ser melhor observada no mapa 24. É essa lógica de reassentar os moradores distante da região da comunidade onde vivem que tem dado continuidade ao movimento de luta e resistência dos moradores que desejam continuar próximos à sua localidade atual. A adoção dessa postura no que se refere à remoção e reassentamento distante da área onde as famílias moram, sem a consulta e participação destas, agride o Plano Diretor Participativo de Fortaleza que afirma, em seu Artigo 5º das diretrizes da política de habitação e regularização fundiária:

Art. 5º [...] – garantia de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco ou decorrentes de programa de recuperação e preservação ambiental e intervenções urbanísticas, com a participação das famílias nas tomadas de decisões e reassentamento prioritário em locais

próximos às áreas de origem do assentamento (FORTALEZA, 2009, p. 02).



Mapa 24: traçado do VLT e local da construção do CHCJ.
Fonte: elaboração própria (2015).

Vale ainda ressaltar que o procedimento de reassentamento distante da área de moradia, além de desconsiderar o Plano Diretor de Fortaleza, fere direitos há muito conquistados pela legislação brasileira.

[...] a Lei estadual em questão fere garantias brasileiras já consolidadas há tempos pela legislação brasileira no tocante à garantia da moradia e da posse. Constatamos que a proposta de reassentamento da população dista entre 14 e 18 km, solapando a garantia presente na LOM⁴⁷ quando aduz que, nos casos em que a remoção seja imprescindível, será assegurado o reassentamento no mesmo bairro (art. 149, I, b) (BARROS e ARAÚJO, 2012, resumo).

Observa-se ainda que a comunidade Alto da Paz foi removida em função das obras do projeto Aldeia da Praia, que passou a integrar o pacote da Copa, com o objetivo de revitalizar uma área de ZEIS, a comunidade Titanzinho, transformando-a em via paisagística, para beneficiar o Terminal de Passageiros e, por conta disso, remover seus moradores para um empreendimento do PMCMV que seria construído onde localizava-se a

⁴⁷ Lei Orgânica do Município de Fortaleza, de 04 de outubro de 2005.

ocupação Alto da Paz. A forma violenta, vista na figura 19, como se deu a reintegração de posse, mostra que o governo não estava preocupado com a integridade física e moral das famílias ali residentes e que sua preocupação maior era a desocupação da área para a construção do empreendimento, no intuito de remover as famílias da área foco do processo de revitalização urbana integrado ao pacote da Copa. Vale ressaltar que a construção do conjunto habitacional através do PMCMV até a presente data (março 2015) ainda não foi iniciada, e parte das famílias removidas da comunidade Alto da Paz continua desamparada. Apenas algumas famílias do Alto da Paz fizeram o cadastro de acesso à unidade habitacional do PMCMV e estão recebendo bolsa-aluguel no valor de R\$ 100,00. Com esse valor não é possível alugar uma casa que comporte de forma apropriada toda a família e, por conta disso, os moradores estão vivendo em condições precárias na casa de amigos ou parentes, também em favelas, quando não morando nas ruas da região.

Os moradores da Comunidade Caminho das Flores que tiveram parte de seus imóveis atingidos pelas obras do VLT reclamam que, apesar de terem conseguido reconstruir suas casas, embora não integralmente, estão até os dias de hoje sem rua, pois crateras foram abertas para a implantação dos pilares e, até o presente momento, não foram fechadas. São buracos de aproximadamente cinco metros de comprimento por dois de profundidade, segundo relato de morador da comunidade para a autora. O mesmo morador ainda manifestou que também estão lutando para que as luminárias sejam recolocadas nos postes públicos, pois foram retiradas para o desenvolvimento da obra e não foram repostas até a presente data, deixando a comunidade no escuro.

É possível observar a forma rápida de agir por parte do poder público quando a intenção é fazer uma verdadeira higienização social, no intuito de causar boa impressão aos turistas do megaevento, ao tentar evidenciar grandes obras de infraestrutura e uma cidade em pleno desenvolvimento, porém há muita morosidade quanto às soluções habitacionais e de cidadania destinadas aos moradores de baixa renda expulsos da área ou que permaneceram apesar do aumento de carências.

Até a presente data, os moradores atingidos pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014 continuam desamparados e lutando para que o governo do estado tome medidas cabíveis para sua situação. No dia 1º de abril de 2015, houve uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE), requerida pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL). Através da transmissão ao vivo pela Rádio da ALCE, foi possível acompanhar a Audiência Pública que contou com a participação de representantes dos movimentos sociais como o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), das secretarias da cidade e de infraestrutura do estado, da Universidade Federal do Ceará, dos deputados José Ailton Brasil e Raquel Marques e de moradores das comunidades Aldaci Barbosa, Caminho das Flores, Dom Oscar Romero, Jangadeiros, João XXIII, Lagamar, Lauro Vieira Chaves, Mucuripe, Pio XII, Rio Pardo, São Vicente, Trilha do Senhor e Vila União, todas impactadas por obras do VLT. Os moradores reivindicaram informações sobre indenizações, aluguel social – que não teve reajuste no decorrer dos anos e encontra-se defasado, além de não estar sendo repassado – e da construção das unidades habitacionais, que deve ser executada em terrenos já desapropriados, mas ainda não foram iniciadas.

Posteriormente, no dia 15 de maio de 2015, Élcio Batista, chefe de gabinete do atual governador do Ceará, Camilo Santana (PT), recebeu para uma reunião moradores representantes das comunidades atingidas pela obra do VLT acompanhados do deputado estadual Renato Roseno, para tratar das demandas expostas na Audiência Pública do dia 1º de abril de 2015.

Vale lembrar que nem o projeto de revitalização da área do Titanzinho nem o VLT ficaram prontos para a Copa do Mundo FIFA 2014. Inclusive, a obra do VLT encontra-se parada e, embora o Terminal de Passageiros esteja quase completamente concluído, com 99,4% de execução⁴⁸ e já operando desde junho de 2014, quando recebeu, durante a Copa do Mundo, o navio MSC

48

Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/01/07/noticiasjornaleconomia,3372895/terminal-de-passageiros-deve-ser-inaugurado-dia-30.shtml>, de 07.01.2015. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

Divina e, no final de 2014, outras duas embarcações, MSC Lirica e Seabourn Quest⁴⁹, as obras de revitalização de seu entorno ainda não foram iniciadas.

⁴⁹ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os conceitos de Kowarick (2000), tem-se que espoliação urbana é a ausência ou precariedade de algo socialmente necessário, porém não socialmente garantido pelo poder público. E condições gerais devem ser consumidas coletivamente e são necessárias para a reprodução da força de trabalho, as chamadas infraestruturas que, além de essenciais para o desenvolvimento das relações sociais e para sobrevivência, são também essenciais para a ampliação do capital.

A espoliação urbana é decorrente do processo de acumulação do capital, pela retenção dos meios de produção por uma minoria capitalista. Isso impulsiona as lutas e reivindicações por acesso à terra, moradia e bens de consumo coletivos. Assim, é possível associar ao processo de construção histórica das lutas sociais, alimentadas pela noção e percepção de que o Estado negligencia algo socialmente necessário a todas as classes, uma vez que direciona os investimentos dos bens de consumo coletivos para áreas onde vive e trabalha a população de classe média e alta, em detrimento da grande classe de trabalhadores.

O Estado, em parceria com toda a cadeia produtiva do setor imobiliário, como empreiteiras e incorporadoras, não atua na prevenção ou na tentativa de excluir situações de espoliação urbana. Ao contrário, uma vez que o trabalhador é submetido a péssimas condições de trabalho, em duras jornadas, durante horas do seu dia e recebe um salário insuficiente para sua sobrevivência e ainda mora em locais periféricos, áreas geralmente desprezadas pelo mercado imobiliário formal, distante de seu local de trabalho, o que leva ao morador trabalhador dispende muitas horas de seu dia e dinheiro com locomoção, contribuindo para seu desgaste físico e emocional e para sua constante pauperização. Essas características intensificam o processo de espoliação urbana que ultrapassa a exploração do trabalhador pelo capitalista, chegando a manter os trabalhadores em condições miseráveis, e nega a esse a função social do uso do solo. Esse somatório da relação social do processo de espoliação urbana com exploração do trabalhador, presença marcante no cotidiano de uma massa esmagadora da população, onde sua exclusão do processo produtivo contribui, de maneira eficaz, para a produção da mais-valia e favorece a acumulação do capital por uma minoria.

Dessa forma, os trabalhadores e desempregados são também moradores espoliados, já que as características de trabalhador explorado e morador espoliado estão interligadas pela dinâmica da criação e apropriação do excedente econômico. E o Estado contribui com essa precarização do trabalhador morador, já que é responsável pela regulamentação das condições de trabalho e por prover condições gerais, os bens de consumo coletivos, responsáveis pela reprodução urbana dos trabalhadores.

Em Fortaleza, observa-se essa atuação do Estado quando investe em produção habitacional como única forma de provisão de moradia e, nessa produção, repete, em diferentes períodos, a lógica de implantação de conjuntos habitacionais na periferia da cidade, bem como em cidades da Região Metropolitana.

A implantação desses conjuntos influenciou o crescimento territorial da cidade e delimitou o espaço urbano de acordo com a renda, onde se pode observar quais áreas da cidade foram destinadas para quais faixas de renda ou nível social. Essa maneira estatal de atuar em relação à provisão de moradia segrega a cidade e torna nítido no espaço urbano qual local é destinado a qual classe social, já que com os investimentos habitacionais em determinadas zonas da cidade, geralmente locais periféricos, o Estado remove para distante da centralidade a classe trabalhadora e a população pobre, deixando para desfrutar da centralidade urbana, locais de fácil acesso e providos de condições gerais, as classes mais abastadas. Com isso, percebe-se a clara contribuição do Estado para a segregação socioespacial da cidade.

A partir dos anos de 1970, com o processo de industrialização em Fortaleza, apoiado na ideia de desenvolvimentismo, o Estado, com justificativa de obras de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento da cidade e tentando passar a ideia de acomodar, próximo aos setores industriais, a classe trabalhadora, remove para as franjas periféricas a população pobre que há anos mora em determinada região, deixando claro que parte da cidade está destinada a que classe social.

Nesse período, surgiram os movimentos sociais que lutaram e resistiram contra as fortes pressões do Estado, buscando formas de permanecer nas localidades

onde a população já residia, próximo à centralidade e aos locais de trabalho e questionando o direito à cidade, cuja amplitude vai além de proporcionar ao trabalhador um teto e quatro paredes em áreas distantes e desprovidas de condições gerais necessárias para a reprodução da força de trabalho. No decorrer do texto observou-se que, em algumas causas, os movimentos sociais lograram vitória, como no caso do Pirambu e do Lagamar. Porém, em muitas outras situações, prevaleceu a lógica de remoção estatal amparada em programas como, por exemplo, o PROAFA (Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza), que tinha como sua principal política deslocar a população para conjuntos habitacionais nos limites periféricos do município ou em cidades da Região Metropolitana.

Nos anos de 1990, as cidades da América Latina passaram a buscar o protagonismo e adentrar as chamadas cidades globais. Foi nesse período que as grandes cidades latino-americanas emergiram como atores políticos e econômicos, efeito possibilitado pela reestruturação da economia, que permitiu visibilidade a partir da realização de projetos urbanos em grande escala, contribuindo, ainda, para a dinamização do setor da construção. Para a consolidação da promoção das cidades latino-americanas, era necessário que grandes projetos contassem com participação ativa dos principais agentes públicos e privados e estes conquistassem amplo consenso público.

Nesse processo de globalização, inspirados em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, enfrentado pelas grandes cidades de destaque no mundo, em especial de países ditos emergentes, onde a cidade busca fazer parte de um sistema global e que, para isso, é necessário oferecer serviços específicos no intuito de adentrar no mercado mundial, a renovação urbana, de acordo com o Planejamento Estratégico, e amparada por um grande contingente de *marketing*, vem ganhando espaço nas grandes cidades brasileiras que passaram a debater a questão urbana como, de acordo com Vainer (2002 p. 76), “a problemática da competitividade urbana”.

A ideia de cidade enquanto mercadoria permeia os princípios do Planejamento Estratégico e faz com que o chamado *marketing* urbano realize nas cidades um processo onde elas se vendam e sejam compradas, determinando o

planejamento e gestão das cidades a partir de grandes equipamentos urbanos específicos, valorizados pelo capital, como centros de eventos/feiras, grandes equipamentos culturais ou de lazer como museus e aquários, torres de comunicação e segurança.

Vale ressaltar que essa venda de “segurança” pelas cidades não configura cidade segura para sua população. Ao contrário, em nome da suposta segurança dos visitantes ricos, que durante sua permanência ficam inseridos em um cordão de isolamento, bem como dos moradores de alta renda, faz-se uma verdadeira higienização nas cidades, levando para longe das vistas desses visitantes e moradores a população pobre e marginalizada. Observa-se assim a transformação das cidades em cidades enquanto mercadoria de luxo, onde as condições gerais são destinadas a um público consumidor específico.

Com o anúncio de Fortaleza como cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, projetos já previstos pelo poder público passaram a ser acelerados em função do megaevento e, com um discurso pautado em um possível legado, buscaram conquistar apoio popular e consenso público.

A implantação desses projetos gerou um processo de remoção e de ameaças de remoção da população pobre localizada nas áreas para onde esses projetos estavam destinados. As novas remoções não fogem à regra de remoções já realizadas anteriormente, deslocando os moradores para as franjas periféricas, sem a devida consulta à população atingida e sem levar em conta questões como proximidade da área, indenizações justas ou mais de uma opção de realocação. Não consideram as relações sociais constituídas e não há participação popular nas decisões, marcas das características de autoritarismo do Estado. Ademais, as famílias raramente são beneficiadas com a implantação ou ampliação das condições gerais, uma vez que quando estas são implantadas ou ampliadas em seus locais de morada, a população ali residente é removida.

Vale ainda ressaltar que o processo de remoção não acontece de forma clara. O poder público fotografa e faz marcação de casas, além de solicitar a documentação dos residentes, sem dar informações da real situação, com pouco ou nenhum diálogo com moradores das comunidades atingidas. Os

moradores entrevistados durante a pesquisa sempre destacaram que muitas vezes se sentiram coagidos e intimidados por funcionários do governo e ressaltam a situação de insegurança vivida durante todo o processo que antecede a remoção propriamente dita.

Foi no intuito de reverter as consequências tanto no espaço físico quanto no que se refere às violações dos direitos humanos que surgiram os Comitês Populares da Copa, na forma de articulação de movimentos sociais, que se reconfiguraram diante da situação atual vivida, das violações cometidas em função do Mundial e, para além da tentativa de alterar esse quadro, também denunciar violações dos direitos humanos cometidas em função do megaevento. Além disso, o CPC questiona e promove a divulgação de dados encobertos pelo governo.

Cabe também lembrar que várias das comunidades atingidas por obras em função da Copa do Mundo FIFA 2012 apresentam um histórico antigo de resistência e muitos desses moradores já tinham enfrentado dificuldades, como despejos e indenizações precárias por conta de obras realizadas anteriormente. Esse é o caso de parte da Comunidade do Trilho, localizada às margens da linha férrea, em área de valorização imobiliária, que já sofreu com processo de remoção por conta do alargamento da Via Expressa. É cotidiana, também, a pressão que a especulação imobiliária e os empresários exercem sobre os terrenos, uma vez que muitas das comunidades se encontram em áreas nobres da cidade ou em setores de expansão imobiliária.

É importante observar que a forma de atuação do CPC difere da atuação dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80. Enquanto estes lutavam pela conquista da moradia, o CPC lutou pelo direito de permanecer na localidade onde há tempos já residiam. Porém, percebe-se a lógica do poder público, de constante remoção e deslocamento da população pobre para áreas distantes do Centro da cidade, dificultando a vida dessa população, que passa a ser cada vez mais marginalizada e com difícil acesso a bens de consumo coletivo, como as chamadas infraestruturas básicas, bem como acesso a serviços e maior gasto de tempo e dinheiro com deslocamento para exercer funções básicas como trabalho e estudo.

Vale ainda ressaltar que movimentos sociais como a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), oriunda das lutas da década de 1980 e vigente até os dias atuais, bem como a Central Única das Favelas (CUFA), criada no fim da década de 1990, com alcance de atuação nacional, não integraram o CPC. Ao contrário, compunham o Comitê Oficial da Copa, criado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE), composta por parlamentares e funcionários do governo. Ambos os movimentos nunca participaram do CPC, afirmando que não havia espaço, quando, segundo um integrante do CPC entrevistado durante a pesquisa, a questão não era essa, mas sim a opção política feita por esses movimentos, que optaram por legitimar um Comitê formado por membros do governo.

De acordo com esse mesmo integrante do CPC entrevistado, a CUFA se propôs a mediar os conflitos no processo de remoção, porém não chegou a realizar mediações. Já a FBFF não é mais atuante como movimento social, compondo apenas parte burocrata da gestão pública. Dessa forma, entende-se que os movimentos sociais surgidos nas décadas de 1970 e 1980 não são mais atuantes nos dias de hoje, tendo se tornado parte do quadro estatal.

Percebe-se que o Estado, que deveria garantir condições gerais e meios de sobrevivência digna para seus moradores, contribuiu para a segregação socioespacial e para a situação de miséria da população pobre. A maneira de atuação do Estado, que determina as relações sociais e a dinâmica de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, está diretamente ligada ao processo de espoliação urbana, que também tem como característica a retenção dos espaços da cidade por uma pequena parcela dominante com conivência do Estado.

A liberalização do mercado com a livre atuação da cadeia produtiva do setor imobiliário, amparada pelo Estado, produz elevados níveis de desigualdade social, o que contribui, de acordo com Harvey (2014) com o processo de acumulação via espoliação, onde, enquanto, os capitalistas reinvestem parte do apurado, os trabalhadores recebem menos para gastar do que aquilo que produzem. Isso aumenta ainda mais o grau de pauperização da classe trabalhadora.

Ainda conforme Harvey (2014), todas as características da acumulação primitiva discutida por Marx estão presentes até os dias de hoje na forma de mercadificação e privatização da terra, que se caracteriza pela ausência das diferentes formas de propriedade, que foram convertidas em direitos exclusivos de propriedade privada, na formação de um proletariado sem terra que se acelera em países em desenvolvimento, a privatização de recursos, anteriormente partilhados, que passaram a compor a lógica capitalista de acumulação, a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio. Dessa forma, a acumulação primitiva abrange a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes.

O Estado, que define o que é legalidade, tem papel fundamental e poder que é usado para impor esses processos, mesmo que contrarie a vontade popular. Dessa forma, caracteriza-se como um agente da acumulação por espoliação, uma vez que, exercendo o papel desenvolvimentista, mantém as lógicas territorial e capitalista do poder interligadas.

Como exemplo da acumulação via espoliação por parte do Estado, temos a habitação de interesse social que, privatizada, foi apossada pelo capital sobreacumulado. No caso da habitação de interesse social no Brasil, tem-se o Programa Minha Casa, Minha Vida, carro-chefe da política habitacional brasileira atual que, teoricamente, realiza o sonho da casa própria dos brasileiros ao torná-los proprietários do imóvel através de longas prestações onde muitos, grande parte das vezes, não conseguem arcar.

Percebe-se, assim, que espoliação urbana é resultante do somatório de ausência ou precariedade de acesso à terra e aos bens de consumo coletivo, necessários à reprodução da força de trabalho. Essa insuficiência alimenta os conflitos sociais. A acumulação por espoliação trata-se da relação estabelecida entre iniciativa privada e o Estado na direção do desenvolvimentismo capitalista. Frente a isso, observa-se que o Estado, responsável por prover condições gerais necessárias para a reprodução da força de trabalho e pelo desenvolvimento das relações sociais, age rumo ao suposto desenvolvimentismo, beneficiando com seus investimentos sempre a classe

dominante em detrimento a grande massa proletariada, onde a cidade é um negócio, uma mercadoria de luxo, consumida por poucos.

Diante dessas ações em investimentos direcionados do Estado, a população pobre de Fortaleza, que há anos sofre com a omissão por parte do poder público, age se organizando na forma de movimento social, em diferentes momentos, para pressionar o Estado e reivindicar direitos básicos como à moradia e aos bens de consumo coletivos, ou seja, o direito à cidade. No decorrer do texto, observou-se que foi nos momentos de pressão por parte dos movimentos sociais que a população pobre conseguiu lograr causas vitoriosas, ainda que pequenas causas e que permaneça a atitude do poder público de falta de disposição ao diálogo.

Apesar de o CPC ter encerrado suas ações com o fim da Copa do Mundo FIFA 2014, outros movimentos em Fortaleza, como o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), seguem lutando por acessos, pelo direito à cidade. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), também segue atuando na luta contra remoções forçadas e violações dos direitos humanos em função das Olimpíadas de 2016.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, V. M. **Planejamento, planos diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992**. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

ALMEIDA, B. S. de; MEZZADRI, F. M.; MARCHI, W. **Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos**. Montrivivência, Florianópolis, n. 32/33, p. 178-192, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p178>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

ARAGÃO, T. A. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço urbano metropolitano de Fortaleza**. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p 11-75.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). **Carta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa**. 2011. Disponível em: < http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279>. Acesso em: 21 fev. 2013.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. 2012. Disponível em: < <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

AZEVEDO, S. de. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964/1986): criação, trajetória e extinção do BNH**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 1988. p. 107-119.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BARBOSA, A. E. M.; BOZARCHIELLO, J. **O habitar em Fortaleza em tempos de Copa do Mundo: conflitos pelo direito à cidade**. In: 14^o Encontro de Geógrafos da América Latina, 14, 2013, Lima. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/15.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2014.

BARREIRA, I. A. F. Caminhos da Investigação. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 23-32.

BARREIRA, I. A. F. Movimentos Urbanos, Estado e Política Social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 33-38.

BARROS, M. G. S.; ARAÚJO, M. F. F. "**Daqui não saio, daqui ninguém me tira**": uma análise da Lei Estadual N. 15.194 em face da sistemática jurídica de defesa do direito à moradia. In: Anais do XXXI Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal do Ceará (UFC), 31, 2012, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.prppg.ufc.br/eu2012.ufc.br/Resumos/wrappers/MostrarResumo.p?cpf=01947973339&cod=002>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BEHNKEN, L. M. **Jogos Pan-Americanos de 2007: uma avaliação social**. 2010. 145 f. dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, v. 1, p. 70-104, set. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 01 jun. 2013.

BORZACHIELLO, J. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

BOTEGA, L. R. **A política habitacional no Brasil (1930 – 1990)**. Revista eletrônica acadêmica da FALS. Praia Grande, v. 02, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela9/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?**. In: Congresso Internacional do HISPA, 1978, Paris. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202015/ELS/WM-Como%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20ser%20esportivo%20P.%20Bourdieu.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2014.

BRAGA, E. M. F. **Os labirintos da habitação popular** (conjuntos, programas e atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. Favela do Dendê: intervenção das políticas sociais e nova dinâmica dos conflitos. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p 141-177.

BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. Disciplina das Reivindicações sob a égide de uma política da escassez. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p 279-283.

BRAGA, E. M. F.; LIMA, M. C. N. de. Compassos e descompassos da participação e do conflito. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p 265-277.

BRASIL, Governo Federal. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/publicacao_planhab_capa.pdf>. Acesso em: 26 set. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis Nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de junho de 2001, e a Medida Provisória n 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil**, Brasília, DF, 7 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 9 mar. 2011.

BRASIL. **PORTAL DA COPA**. SITE DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO SOBRE A COPA DO MUNDO DA FIFA 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

BROUDEHOUX, A. M. **Mega Eventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro?**. Revista Emetropolis, Rio de Janeiro, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_content&view=article&id=46&catid=16>. Acesso em: 17 out. 2012.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. **O Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo, Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/724>>. Acesso em 04 jul. 2013.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental – Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT – Fortaleza/CE**. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2012/06/projeto-do-veiculo-leve-sobre-trilhos/>. Acesso em: 24 abr. 2012.

CEARÁ. Governo do Estado. Lei Estadual nº 15.056, de 06 de dezembro de 2011. Autoriza o Poder Executivo a executar programa de apoio ao trabalho de desapropriação, indenização e remoção das famílias abrangidas pelo projeto do Governo Estadual, denominado VLT – Parangaba/Mucuripe, nos termos desta Lei, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 12 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2011/15056.htm>>. Acesso em: 17 maio 2013.

CEARÁ. Governo do Estado. Lei Estadual nº 15.194, de 19 de julho de 2012. Altera a Lei Nº15.056, que autoriza o Poder Executivo a executar programa de apoio ao trabalho de desapropriação, indenização e remoção das famílias abrangidas pelo projeto do Governo Estadual, denominado VLT – Parangaba/Mucuripe, nos termos desta Lei. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2012/15194.htm>>. Acesso em: 17 maio 2013.

CHAGAS BARREIRA, M. S. A Intervenção Planejada e o Discurso da Participação. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez: Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 77-109.

COMITÊ POPULAR DA COPA (CPC); MOVIMENTO DE LUTA EM DEFESA DA MORADIA (MLDM). **Relatório de questionamentos e alternativas à obra do VLT Parangaba-Mucuripe**. Fortaleza, 2011.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; e RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

DAVIDOVICH, Fany. **Diferenciação da espacialização da metrópole no Brasil**: referências para a gestão. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, n. 9. p. 135 – 163, 2003. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net/component/content/article/31/50-43>>. Acesso em 13 jan. 2014.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, S. D. de A. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará:** a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2013.

DIÓGENES, G. M. Lagamar: diferenciação das lutas e redirecionamento dos espaço planejado. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez:** Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 225-259.

DIÓGENES, G. M. Reivindicações e programas sociais: estratégias diferenciadas de comunicação com o Estado. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez:** Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 125-135.

ENGELS, F. As grandes cidades. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008. p. 67-117.

FERNANDES, A. N. C.; BARREIRA, I. A. F. Gestão do “Popular” na Experiência de Poder Municipal. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez:** Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 111-123.

FERNANDES, A. N. C.; DIÓGENES, G. M.; LIMA, M. C. N. de. Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez:** Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 39-75.

FERNANDES, A. N. C.; LIMA, M. C. N. de. Parque Genibaú: novas formas de organização na gestão dos programas sociais. In: BRAGA, E. M. F.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **A política da Escassez:** Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 179-223.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 13 mar. 2009. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pdp_com_alteracoes.pdf>. Acesso em 21 fev. 2012.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza** – Plandirf. Fortaleza, CE, 1972.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Programa Integrado de Desfavelamento de Fortaleza:** estudo preliminar. Fortaleza, CE, 1973.

FREITAS, C. F. S. **Right to the City and 2014 World Cup Investments in Fortaleza, Brazil**. In: 45th Conference of Urban Affairs Association: Transnationalism from Above and Below: The Dynamics of Place making in the Global City, 45, 2015, Miami. Final Abstracts of 45th Conference of Urban Affairs Association. Miami, 2015. Tradução livre.

GÓIS, R. A. D. **A metrópole e os mega-eventos**. Implicações socioespaciais da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

GONDIM, L. M. P.; GOMES, M. P. A. **O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do lagamar (Fortaleza-CE)**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 507-527, 2012. Disponível em: < <http://www.cadernosmetropole.net/pt/component/content/article/50-246>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 115-148.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IACOVINI, V. **Plano sem projeto (PDP-FOR) e projeto sem plano (VLT Parangaba/Mucuripe)**: Descaminhos da política urbana em Fortaleza, CE. 2013. 209 f. Monografia (em Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

JUCÁ, G. N. M. **Verso e reverso o perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

LOYOLA, V. M. **Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992**. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LOPES, F. C. R. **Água Fria: nova centralidade na região metropolitana de Fortaleza (CE)**. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 13, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1271_GT01.pdf>. Acesso em 27 set. 2014.

LOPES, J. M. de A.; RIZEK, C. S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, A.L.; ABIKO, A. K. (Ed.). **Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p.44-75.

MACHADO, E. G. **Planejamento urbano, democracia e participação popular: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008)**. 2010. 451 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2010.

MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p 121-188.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. **Metrópole da periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINHO, G.; CAMPAGNANI, M.; COSENTINO, R. Brasil. In: PAULA, M. de; BARTELT, D. D. (Org.). **Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014. p. 12-59.

MASCARENHAS, G. M. de J. **A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem?**. Revista Digital, Buenos Aires, n. 78, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>. Acesso em 23 jul. 2014.

MÁXIMO, F. R. C. C.; LOPES, J. M. de A. **Produção habitacional e expansão periférica do espaço urbano metropolitano: a construção dos conjuntos-bairros em Fortaleza**. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 14, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4544> . Acesso em 16 de jun. de 2013.

MELO, M. A. B. C. **Política de habitação e populismo: o caso da fundação da Casa Popular**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, v. 3, n. 01, p. 39 – 61, 1990. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3105/2222>. Acesso em 28 jan. 2013.

MENDES, M. F. **Resistência ao “estado de exceção” dos megaeventos esportivos e os movimentos organizados contra as remoções do PAC da Mobilidade para o espetáculo da Copa do Mundo em Fortaleza**. In: XIII Simpósio Nacional de geografia Urbana, 13, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wp->

content/uploads/2013/11/GT12_1063_Mariana-Fernandes.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

MOREIRA, F. G. P. **O capital imobiliário e a produção urbana em Fortaleza: estudo de caso para o período de 1950-1970.** 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2004.

MOVIMENTO DE LUTA EM DEFESA DA MORADIA E COMUNIDADES AMEAÇADAS DE REMOÇÃO. **Dossiê das comunidades ameaçadas de remoção pelas obras da Copa em Fortaleza (CE).** Fortaleza, 2012.

OLIVREIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; e RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

PAULA, M. de; BARTELT, D. D. (Org.). **Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014.

PEQUENO, R. **Análise Sócio-ocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza.** In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12, 2007, Belém. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/10/6>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

PEQUENO, R. (Org.). **Como anda Fortaleza.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, v. 5, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol5_como_anda_fortaleza.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2013.

PEQUENO, R. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências.** Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Renato_Pequeno.pdf>. Acesso em 29 jan. 2013.

PEREIRA, P. C. X. **Valorização Imobiliária, Movimentos Sociais e Espoliação.** Sinopses. São Paulo, v. 9, p. 203-233, 1986. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/pos/informativo/processo/pereira_sinopses.pdf>. Acesso em 10 mar. 2013.

PEREIRA, A. Q. **Veraneio Marítimo e Expansão Metropolitana no Ceará: Fortaleza e Aquiraz.** 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

RAEDER, S. **O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos.** In: 12º

Encontro de Geógrafos da América Latina, 12, 2009, Montevidéu. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/48.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

RAEDER, S. **Planejamento urbano em sedes de megaeventos esportivos**. In: 4º Congresso Luso-Brasileiro: para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável, 4, 2010, Algarve Faro. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper201.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

RIZEK, C. Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; e RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 215-233.

RODRIGUES, A. M. **Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano**. GeoTextos. Salvador, v. 9, n. 2, 2013. p. 13-25. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/9104/6560>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

RODRIGUES, E. L. **A Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

ROLNIK, R. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. 2013. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

ROLNIK, R. **Copa do Mundo segundo Raquel Rolnik**. Revista ADUSP – Associação dos Docentes da USP, São Paulo, n. 52, 2012. p. 6-13

ROLNIK, R. **Democracia no fio da navalha: limites e obstáculos para a implementação de uma reforma urbana no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 2, 2009. p. 31-50. Disponível em: <<http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

ROLNIK, R. **Relatório sobre megaeventos esportivos e direito à moradia**. ONG. FASE, 2010, tradução livre. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega_eventos_portugues1.pdf. Acesso em 21 mai. 2011.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **Moradia popular**. As armadilhas do pacote habitacional. Le Monde Diplomatique. São Paulo, n. 20, 2009. p. 4-5. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>>. Acesso em 16 fev. 2013.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. **Governar as metrópoles:** dilemas da reentralização. Revista São Paulo Perspec, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400009>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ROMEIRO, P. S.; FROTA, H. B. (Org.). **Megaprojetos de impacto urbano e ambiental:** violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas. São Paulo: IBDU, 2015.

RUBIO, K. **Os jogos olímpicos e a transformação das cidades:** os custos sociais de um megaevento. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v. 9, n. 194(85), 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>>. Acesso em 11 fev. 2014.

RUFINO, M. B. C. **Desenvolvimento industrial e organização espacial:** Algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 14, 2009, Santa Catarina. Disponível em: < <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3252>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

RUFINO, M. B. C. **Incorporação da metrópole:** centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. 2012. 334 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil:** 1964 / 1998. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_federais_de_habitaca_no_brasil___1964_1998.pdf. Acesso em 04 ag. 2013.

SANTOS, V. M. dos. **Regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza:** Diferentes processos recentes de industrialização. In: VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 7, 1997, Recife. Disponível em: < <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1718/1689>>. Acesso em: 21 set. 2013.

SETTE, J. **Globalização e urbanização subdesenvolvida.** Revista São Paulo Perspec, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028839200000040003>. Acesso em: 18 mar. 2013.

SILVESTRE, G. **Os impactos sociais de mega-eventos:** tipologia e análise. Relatório de Pesquisa. 2008. Disponível em: http://www.academia.edu/3384076/Os_Impactos_Sociais_de_Mega-Eventos_Tipologia_e_An%C3%A1lise_2008_Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa. Acesso em 13 mar. 2014.

SOUZA, M. A. A. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 111-143.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009.

VAINER, C. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, 10 ag. 2011. Disponível em: <<http://br.boell.org/pt-br/2011/08/10/cidade-de-excecao-reflexoes-partir-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

VAINER, C. **Entrevista Carlos Vainer**. Caros Amigos, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/1216-entrevista-carlos-vainer>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-105.

VALENÇA, M. M. **Globabitação**: sistemas habitacionais no Brasil, Grã-Betanha e Portugal. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

VALENÇA, M. M.; BONATES, M. F. **The trajectory of social housing policy in Brazil**: From the National Housing Bank to the Ministry of the Cities. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/marciomvalencia-marianafbonates.pdf>>. Acesso em 12 out. 2013. Tradução livre.

VASCONCELLOS, L. M.; MELLO, M. C. F. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009. p. 53-65.

OUTROS SITES E PÁGINAS VISITADOS:

ANCOP: portalpopulardacopa.org.br/

Blog da Raquel Rolnik: raquelrolnik.wordpress.com/

Blog do Junior Ximenes: blogdojuniorximenes.blogspot.com.br

Cáritas Brasileira: caritas.org.br/

Comitê Popular da Copa Fortaleza: facebook.com/pages/Comite-Popular-Da-Copa-Fortaleza-Ceara

Comitê Popular da Copa São Paulo: comitepopularsp.wordpress.com/

Companhia de Transporte Coletivo de Fortaleza:
ctcfor.wordpress.com/page/2/

Diário do Nordeste: diariodonordeste.verdesmares.com.br

Folha de São Paulo: www.folha.uol.com.br

Fortaleza Nobre: fortalezanobre.com.br/

Galeria de Arquitetura: galeriadearquitectura.com.br

Globo: g1.globo.com

Guia do estudante: guiadoestudante.abril.com.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: ibge.gov.br

Jornal Defato: defato.com

Jornal O Povo: opovo.com.br

Portal da Copa: copa2014.gov.br

Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo: apublica.org

Quem são os proprietários do Brasil?: proprietariosdobrasil.org.br/

Rede Brasil Atual: redebrasilatual.com.br

Skyscraper competition: skyscrapercity.com

Slideshare: slideshare.net

Youtube: youtube.com

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTAS

As três primeiras entrevistas foram realizadas com moradores diretamente atingidos por obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014, entre os dias 01 e 03 de maio de 2014, durante o “I Encontro Nacional dos Atingidos – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos”, sediado na cidade de Belo Horizonte – MG, também realizado entre os dias 01 e 03 de maio de 2014. Trata-se de um dos pontos da aproximação empírica com a população atingida diretamente pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Fortaleza – CE. As entrevistas foram feitas de modo quase informal, sendo longas conversas e a transcrição não é *ipsis litteris*. Todas as conversas foram gravadas e seguiram, embora não totalmente, um guia aplicativo que encontra-se no anexo B. Pensou-se interessante para a pesquisa deixar os entrevistados discorrerem livremente. Para autorização da utilização das entrevistas neste trabalho, todos os entrevistados assinaram termo de consentimento de uso, onde é necessário manter a identidade dos mesmos no anonimato, e os modelos encontram-se no anexo C.

As duas últimas entrevistas foram realizadas através de email e skype, com componentes do Comitê Popular da Copa Fortaleza e da ANCOP, mas que não são pessoas diretamente atingidas por obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014. Essas entrevistas tiveram transcrição *ipsis litteris*.

Entrevista 01

Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2014, com morador da Comunidade Lauro Vieira Chaves, 48 anos, artesão aposentado, diretamente atingido por obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

A Comunidade Lauro Vieira Chaves (CLVC) localiza-se entre os bairros Vila União e Montese (mapa 20). Foi formada no início da década de 1960 por pessoas vindas do interior do estado e também da própria capital, a terra estava vazia e livre. O Governo afirma que a terra pertence à União, anteriormente (1945) localizava-se ao lado da base aérea, depois foi construído o aeroporto e cercaram, delimitando até onde a comunidade poderia estender-

se e até os dias atuais esse limite nunca foi ultrapassado. Hoje esse limite é estabelecido por um muro com arame farpado (figura 16).

Em 2011 foi dada junto à Defensoria Pública a entrada no processo de regularização fundiária. Foi organizado um mutirão na Igreja no intuito de pedir o usucapião coletivo, mas até o momento não obtiveram resposta. A ideia era passar o período das desapropriações por conta da Copa do Mundo FIFA 2014 pra saber quem seria removido e quem permaneceria para, assim, dar entrada no pedido, mas até o momento nada foi feito, porém toda a documentação exigida encontra-se com a Defensoria Pública.

Há uma luta de 30 anos por saneamento básico em toda sua extensão. Toda CLVC é provida por abastecimento de água, coleta de lixo. A drenagem de águas pluviais é superficial, energia elétrica geral com medidor, a iluminação pública oficial é precária, vias de acesso para veículos em toda comunidade, parte das vias pavimentadas de asfalto e outra parte é de areia. Dentro da comunidade tem igreja evangélica e mais afastada tem igreja católica. Os moradores são predominantemente evangélicos. A CLVC desenvolve um projeto de cineclube que surgiu a partir de uma oficina dada na comunidade pelo coletivo de audiovisual Olho Mágico e, a partir de então alguns moradores passaram a fazer o cineclube quinzenal com direito a pipoca e refrigerante distribuídos pelos comerciantes e moradores da região.

Existia um centro comunitário que servia à CLVC, porém este foi desativado e a Prefeitura alegou que seria construído um Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte (CUCA). No centro comunitário havia piscina onde idosos e crianças praticavam natação e idosos também faziam hidroginástica, contava ainda com aulas de *ballet* e ligado ao equipamento havia um posto de saúde, que, com a desativação do centro comunitário, continuou a ser mantido pela Prefeitura. Após a demolição do equipamento público o espaço se transformou em uma garagem da Guarda Municipal. Depois de muito questionamento da CLVC a garagem no local foi desativada e a Prefeitura passou a afirmar que a área estava destinada à construção de moradia para parte da comunidade que seria removida por conta da obra do VLT Parangaba/Mucuripe. Até a presente data (março de 2015) nenhuma obra neste local foi iniciada.

Quanto ao padrão construtivo prevalece alvenaria com revestimento, a predominância do gabarito é horizontal até 2 pavimentos. A CLVC é bastante consolidada e não possui área de risco. Em 2012 durante o SeNEMAU (Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo) uma média de 180 estudantes de arquitetura e urbanismo do Brasil e do exterior (México, Honduras, França) passaram uma semana na comunidade fazendo intervenções como pinturas de fachadas e paredes, grafite e jardinagem.

Não há certeza do número de famílias residentes na CLVC, mas pela consolidação do local, estima-se que em cada casa resida apenas uma família. A renda mensal é de média de 1 a 2 salários mínimos. O Governo afirma que foi invasão, mas os moradores consideram uma ocupação, uma vez que o terreno encontrava-se vazio e improdutivo no início da ocupação. É totalmente consolidado, com vínculos fortes inclusive entre vizinhança e não há índice de violência.

A CLVC compõe o Comitê Popular da Copa desde seu início em 2010 quando passou a ser ameaçada de remoção por conta da obra do VLT Parangba/Mucuripe, batizado pelos moradores de VLTS: Veículo Levando Teus Sonhos. Para consolidar as remoções, a prefeitura fez medição, entrou nas casas, tirou fotos e marcou sem explicar qual a função. Na marcação eram colocados números e letras na parede MT03AouB (Metrô Trecho 03, casa Acima ou Baixo). A partir de então a CLVC se fechou para pesquisas ou qualquer chegada de funcionários do Governo. A partir daí o Governo se propôs a iniciar um tímido diálogo com a comunidade que passou a resolver tudo por consenso. E por consenso resolveram dialogar com o Governo que mostrou a proposta dizendo quem sairia ou não. Houve nova reunião para saber se aceitariam a empresa vir fazer o cadastro de quem sairia e foi consenso que sim. Um mês depois moradores foram intimados a comparecer a um auditório público, de forma separada, parte dos moradores no período da manhã e parte no da tarde, lá foram informados sobre as remoções por conta do VLT com valor de indenização muito abaixo do mercado, entre R\$ 4 e 16 mil. Houve gente idosa que passou mal quando soube da notícia. Na mesma noite fizeram uma grande convocação e reunião para decidir como agiriam. Ocorreu um grande debate que durou cerca de 5 horas onde foi tirada uma

comissão de representação perante os órgãos públicos. Membros do Comitê Popular da Copa sugeriram fazer um vídeo de denúncia e a partir daí a comunidade se articulou com o Comitê para além dos vídeos. Em uma intervenção a comunidade fez adesivo redondo com a sigla MT que significa Meu Território e coloram em cima da marcação do Governo.

No projeto inicial estavam previstas a remoção de toda a CLVC, 203 casas, aproximadamente 1.200 pessoas. Com os questionamentos e denúncias dos moradores junto com o Comitê Popular da Copa, o número de remoção caiu uma média de 70% e foi para 66 casas. Nessa luta questionaram o traçado do VLT, onde o traçado inicial saía do traçado original da linha férrea já existente e passava por cima da comunidade fazendo uma curva, então os moradores perceberam que essa curva era desnecessária e lutaram em função de mudar o traçado. Medidas de exigência para provar que havia espaço foram feitas pelo poder público e respondida pelos moradores, inclusive com a proposta alternativa de traçado do VLT desenvolvida junto ao CPC. Foi através disso que mudou a quantidade de casas removidas e que 13 dessas 66 casas encontram-se em áreas remanescentes, tendo apenas parte de suas casas atingidas e, dessa forma, havendo a possibilidade de reaver parte de suas moradias locais.

A proposta por parte do Governo para os removidos era pagamento relacionando apenas a edificação. O valor mais alto era de R\$ 16 mil e o mais baixo de R\$ 4 mil. As primeiras indenizações pagas a moradores que se sentiram coibidos a deixar suas casas variaram de R\$ 4.000,00 a R\$ 16.000,00, e isso aguçou ainda mais a união de moradores no intuito de lutar e resistir. Na própria CLVC há o caso de seu Zé Maria que ficou muito conhecido por ter sua casa avaliada frente ao valor de mercado por R\$ 185.000,00 e pela avaliação do Governo do Estado por R\$ 16.000,00. Através das reivindicações em audiências públicas, assembleias e ministério público, a comunidade tinha 3 objetivos: a não remoção de toda a comunidade; o remanejamento das famílias removidas para uma área próxima; e a garantia através da Lei Estadual 15.194 de 19 de julho de 2012, onde proprietários de imóveis residenciais ou mistos, que residissem no mesmo, de valor até R\$ 40 mil, considerando o terreno e as benfeitorias, devidamente regularizados,

receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada e custeada pelo Estado e os proprietários de imóveis residenciais ou mistos, devidamente regularizados, que residissem no mesmo, de valor acima de R\$ 40 mil, considerando o terreno e as benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e uma unidade residencial viabilizada pelo poder público, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Aos definidos como posseiros, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior a data da publicação da Lei e que tenham imóveis avaliados no valor de até R\$ 40 mil, considerando apenas benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada e custeada pelo Estado. E aos definidos como posseiros, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior a data da publicação da Lei e que tenham imóveis avaliados no valor superior a R\$ 40 mil, considerando apenas benfeitorias, receberiam a indenização correspondente e mais uma unidade PMCMV viabilizada pelo Estado, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Inquilinos e ocupantes, residentes por no mínimo doze meses ininterruptos, anterior a data da publicação da Lei, seriam cadastrados para receber uma unidade habitacional do PMCMV viabilizada pelo Estado, mas cabendo ao beneficiário o custeio das prestações. Para todas essas possibilidades, o local seria definido pela Secretaria de Infraestrutura.

A CLVC questiona também o lugar do reassentamento, localizado no bairro José Walter, extremo sul da cidade (mapa 21), a 14 km de distância, seja mudado para terreno próximo à comunidade, pertencente à Prefeitura, inativo há 10 anos, sendo cadastrado como praça, porém é apenas um terreno baldio murado.

Ainda de acordo com o entrevistado, a construtora Direcional já está responsável pela elaboração do projeto e serão construídos 5 blocos de apartamentos, com 16 APs cada, em um terreno de 3.323 m², para contemplar os moradores da CLVC atingidos pela obra do VLT. Depois de contemplados todos os moradores da CLVC, as unidades ainda disponíveis serão sorteadas na Habitafor para moradores de outras comunidades. Porém até o momento a obra ainda não foi iniciada.

Os moradores estão concentrando suas forças, para lutar pela construção das novas moradias próxima à CLVC, onde já têm seus laços fincados e consolidados e uma vasta relação com o entrono.

O entrevistado é um dos removidos com área remanescente. Ele recebeu indenização de R\$ 20.000,00 e receberá unidade habitacional do PMCMV, custeada pelo poder público.

Entrevista 02

Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2014, com moradora da Comunidade João XXIII (Trilho), 51 anos, costureira/diarista, diretamente atingida por obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

Localizada no bairro Dionísio Torres, ao longo da linha férrea (mapa 22), a comunidade surgiu em meados da década de 1940 e ocupa terra da União. Ao longo da linha férrea surgiram várias comunidades, uma delas é a João XXIII (CJXIII). Tem ainda Jangadeiro, Trilha do Senhor, Dom Oscar Romero, Aldaci Barbosa, todas elas compõe a comunidade do Trilho. Na figura 17 é possível observar algumas comunidades localizadas às margens do trilho.

Porém, a família Jorge Vieira há décadas alega ser dona do terreno e possui várias casas na localidade que aluga para outras famílias. No início da comunidade muitos moradores compraram o lote desta família. Não existe nenhum tipo de processo jurídico. Alguns moradores têm o documento de compra e venda, apesar de muitos já terem comprado de terceiros. Estima-se que 1.200 famílias vivam na em toda comunidade do Trilho e que a renda mensal varie entre 0 e 1 salário mínimo. O poder público caracteriza o local como favela, porém os moradores não se reconhecem como tal, mas sim como comunidade que já é bastante consolidada e não há registros de violência.

A CJXIII e demais comunidades que compões a comunidade do Trilho já vem de uma ampla resistência pelo direito à moradia e seu histórico de luta é ligado à CEBs. Na década de 1990, com a construção da Via Expressa, a comunidade do Trilho já havia sido ameaçada de remoção. Nessa época alguns moradores chegaram a ser removidos e muitos deles reconstruíram suas casas na outra margem do trilho. Posteriormente, através de muita

reivindicação e abaixo assinados conseguiram implementar rede total de abastecimento de água e parcial de esgotamento sanitário nas casas que até hoje permanecem na comunidade.

Porém a CJXIII, bem como as demais comunidades que juntas formam a comunidade do Trilho, ainda possui certa carência como drenagem de águas pluviais. Existe um container na adjacência onde é necessário levar o lixo para que o caminhão recolha. Alguns moradores ainda possuem ligação de energia clandestina, especialmente das casas que ficam à margem do trilho, pois não há postes. Foi feito também abaixo assinado para implementação de poste, mas não foram atendidos. Existe ligação pública de energia, mas esta é precária. Na CJXIII há apenas uma via de acesso a carro e, com exceção desta, as demais vias não são pavimentadas.

Apesar de existência de certas carências, a CJXIII é bastante consolidada e inserida na malha urbana. Há pontos de ônibus que servem à localidade, sendo a quantidade de transporte público considerada excelente, além de ter acesso a taxi e mototaxi. Na comunidade vizinha, bem próxima, existe escola e posto de saúde. A própria CJXIII é bem servida de pequenos comércios e existe muita oferta de serviços nos arredores. Ao lado localiza-se o Parque do Cocó, este era o local frequentado pelos moradores da CJXIII para o lazer, porém o Parque encontra-se abandonado pelo poder público e a CJXIII também sofre com a falta de um equipamento cultural. De forma organizada e coletiva, os próprios moradores construíram uma capela dentro da CJXIII e esta é usada também como centro comunitário, acontecendo nela as reuniões de moradores. O padrão construtivo predominante é de alvenaria com revestimento e o gabarito é horizontal.

A CJXXIII está ameaçada de remoção por conta das obras VLT. Ao todo são 22 comunidades ao longo do trilho atingidas pelo projeto do VLT que lutam há quatro anos na tentativa de reverter a quantidade de remoção em função de sua implementação. Na CJXXIII mais de 10 famílias que residiam à margem da linha férrea já foram removidas e uma média de outras 10 famílias estão ameaçadas de remoção direta e indiretamente. Parte destas famílias estão

ameaçadas pelo próprio governo, outra parte pelo proprietário das casas que alugam. Porém, ambos os casos é por conta das obras do VLT.

Os moradores foram surpreendidos por funcionários do Governo do Estado que chegaram à comunidade para medir, fotografar e marcar as casas sem dar informações sobre o que estava acontecendo. Quando o Governo se dispôs a conversar, inicialmente afirmou que os moradores precisavam deixar suas casas e que seriam indenizados com base no valor do imóvel, sem incluir o valor da terra, uma vez que, segundo o Governo do Estado, tratava-se de posseiros.

Outras comunidades ao longo do trilho estavam passando pelo mesmo processo de ameaça e então se uniram juntamente ao Comitê Popular da Copa e ao Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM) para reivindicar não apenas as ameaças de remoção mas, no caso das remoções acontecerem, como seriam as indenizações. Ocorre que as primeiras indenizações variaram entre R\$ 4.000,00 e R\$16.000,00. Isso serviu ainda mais de incentivo para a união relacionada à luta e resistência.

A partir de então, com a articulação e a luta, conseguiram reverter a forma de indenização que passou a ser, bem como para os moradores da CLVC, com base na Lei Estadual 15.194 de 19 de julho de 2012. Porém, assim como para a CLVC, para todas as possibilidades, o local destinado à realocação foi definido pela Secretaria de Infraestrutura, que determinou como local da nova moradia, CHCJ, construído pelo PMCMV no bairro do José Walter, super distante do atual local de morada onde a população já fincou seus laços e tem relação, inclusive de emprego, com o local e seu entorno (mapa 23).

Outra conquista foi a mudança no valor da bolsa aluguel, destinado aos moradores que tiveram que deixar suas casas antes da entrega do CHCJ, para pagamento do aluguel até a entrega das unidades habitacionais. Inicialmente o Governo havia anunciado o valor de R\$ 200,00, com a luta dos moradores junto ao CPC conseguiram reverter o valor para R\$ 400,00. Há uma contradição quanto ao período da bolsa aluguel. Há quem diga que seria por um ano e quem afirme que seria até a entrega da casa, porém era afirmado pelo Governo que a construção dos novos empreendimentos do PMCMV

seriam entregues em um ano, logo o tempo seria o mesmo. Os moradores da CJXIII comemoram ainda como vitória o fato de terem conseguido atrasar as obras do VLT e com isso ganhar tempo. Sua luta atual é para que o conjunto do PMCMV que será construído destinado a eles seja na Cidade 2000, pois é bem mais próximo da atual localidade, como pode ser melhor observado no mapa 23.

Entrevista 03

Entrevista realizada com morador da comunidade Alto da Paz, 36 anos, construtor, trabalhador autônomo e integrante do Comitê Popular da Copa Fortaleza.

A Ocupação Alto da Paz teve início no dia 17.09.2012 e encontrava-se no bairro do Serviluz. Este localiza-se a leste do centro da cidade, em área de praia, onde encontra-se o antigo farol, além do Porto do Mucuripe, para onde está destinado um TMPF. O bairro Serviluz originalmente trata-se de uma colônia de pescadores que a partir do processo de urbanização da cidade de Fortaleza foi perdendo espaço para abertura de avenidas e para o processo de especulação imobiliária e seus moradores, que tradicionalmente vivem do ofício da pesca, travam uma luta de resistência para conseguir manter-se no seu local de origem. A comunidade que nesta localidade reside há décadas chama-se Titanzinho. Por localizar-se próximo ao Porto do Mucuripe, para o qual está destinado o Terminal de Passageiros, a área passará por um processo de revitalização urbana, cujo projeto é chamado Aldeia da Praia. O projeto, que é anterior à Copa do Mundo FIFA 2014 e passou a integrar o pacote da Copa, prevê a construção de uma via paisagística de 1700 m, além de uma praça de 27 m², tudo com drenagem e pavimentação novas e passeios padronizados⁵⁰. Para a implementação desse projeto está prevista a saída das 1.600 famílias residentes na área. As famílias removidas seriam remanejadas para uma área próxima onde seriam construídas mil novas unidades habitacionais através do PMCMV.

⁵⁰ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/aldeia-da-praiano-serviluz-deve-ficar-pronta-ate-junho-de-2015-afirma-salmiteo-filho-1.827069>, de 04.06.2013. Acesso em junho de 2014.

Foi nesse terreno destinado à construção das novas unidades habitacionais e que anteriormente pertencia à família Queiroz, família esta tradicionalmente latifundiária, tendo a Prefeitura Municipal comprado em 2012, que se formou a Ocupação Alto da Paz. Na comunidade habitavam famílias de baixa renda, sendo algumas famílias anteriormente moradoras do Serviluz e que não conseguiram mais arcar com as despesas do aluguel. Constava uma média de 412 famílias, com estimativa de 1.500 pessoas, sendo estas pescadores, trabalhadores de serviços gerais, construtores, pintores, comerciantes de baixa renda, crianças, adolescentes e idosos.

O entrevistado nasceu em Fortaleza, mas com 1 ano de idade mudou-se para o interior do estado, para o município de Ipueiras, morando lá até atingir a maioridade quando mudou-se para, de acordo com ele, o Sul do País, Brasília – DF. Lá trabalhou e morou por 16 anos, formou família e constituiu raízes que estão na sua dependência financeira até os dias atuais. Porém, tinha o sonho de conhecer Fortaleza pois, apesar de ser de lá, não conhecia a cidade de onde havia saído com apenas 1 ano de idade. Com a vinda da Copa do Mundo FIFA 2014 e as propagandas de geração de emprego direto e indireto, o entrevistado, como trabalhador autônomo da construção civil, mudou-se para Fortaleza no intuito de trabalhar nas obras destinadas à Copa do Mundo e de conhecer a cidade onde nasceu. Chegou à cidade com recursos que havia juntado e considerava sobreviver com ele por dois anos, porém não tinha ideia do custo de vida na cidade onde acabara de chegar. De início morou de aluguel por 3 meses e trabalhou na construção de uma casa de família no Alto da Paz. Nesse momento soube que a Habitafor tinha aberto cadastro para as famílias residentes naquela área que se encaixassem no padrão PMCMV Faixa 1 (0 a 3 salários mínimos) e ele, no intuito de conseguir o cadastro, e como não tinha renda fixa e estava comprometendo alto valor das suas economias com aluguel, ocupou uma faixa de terra de 7m X 6m (42 m²), próximo à escola, sendo fundamental pois, nesse momento, um dos filhos estava morando com ele. Na região ainda há outra escola municipal que oferece opções de lazer, esporte e dança, potencializando a área para os filhos das famílias de baixa renda, visto que essas crianças e adolescentes têm pouco acesso a esse tipo de oferta. Quando ocupou a terra, o entrevistado construiu seu barraco de lona

e fez o cadastro junto à Habitafor no intuito de ser contemplado com uma unidade habitacional do PMCMV que, de acordo com a Prefeitura, será construído na área que estava ocupada.

A comunidade foi atendida pelo Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar que é vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, e tem como objetivo prestar assessoria jurídica popular e atua desde 2000 na defesa da sociedade contra violações dos direitos humanos, em demandas coletivas ou individuais, como casos de violência policial, tortura, negação do direito à moradia e demais causas. Foi atendida também pela corrente sindical de esquerda Unidade Classista que atua na organização dos trabalhadores para o enfrentamento às imposições do sistema capitalista e de seus gestores.

A articulação junto ao CPC se deu durante a realização de um vídeo denúncia, onde registraram reuniões de moradores e a realidade de pobreza, miséria, doença, pessoas com necessidades especiais.

Foi escrita uma carta destinada ao Prefeito Roberto Cláudio (PROS, quando eleito era partidário do PSB, com início da gestão em 2013) alertando que na ocupação havia muitos barracos de lona e madeirite, mas que também havia casas de alvenaria, que era o sonho de alguns moradores, então a carta pedia cuidado para não destruir sonhos. O Prefeito fez uma visita à comunidade e afirma que negociou. Uma comissão levou até ele, durante essa visita, os problemas da comunidade.

Os moradores amparados por escritórios de assessoria jurídica solicitaram o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para garantir que tenham direito à unidade habitacional que nessa área será construída. Foi oferecido, por parte da Prefeitura, o bolsa aluguel no valor de R\$ 100,00. Alguns moradores se sentiram intimidados e aceitaram esse valor antes do processo de reintegração de posse, outros não. A proposta era que os próprios moradores derrubassem o barraco e, a partir daí, receberiam R\$ 100,00 mensal. Apesar do baixo valor do bolsa aluguel, que não é capaz de arcar com despesas de moradia, ainda assim há quem afirme só ter recebido nos dois primeiros meses.

A comunidade criou uma associação de moradores, porém esta não contava com um espaço físico, funcionava na própria casa dos moradores e chamava-se Associação dos Moradores Comunidade Alto da Paz do Bairro Vicente Pizon – Unidade Classista. A Associação possuía 6 líderes comunitários que organizaram e desenvolveram um mapeamento junto com demais moradores, feito em 2 dias e meio, registrando todos que ali moravam e catalogando em forma de carteirinha de identificação (figura 18). Esse mapeamento foi entregue à Habitafor.

Houve audiência pública no dia 13.02.14, onde um representante da Prefeitura garantiu que não haveria reintegração de posse violenta. Porém, no dia 20.02.14 houve a mais violenta reintegração de posse em Fortaleza (figura 19). Não houve processo de diálogo nem de marcação de casas e/ou barracos por conta da Prefeitura. A Polícia Militar (PM) chegou à comunidade às 5 horas da manhã, tropa de choque, cavalaria e cachorros, escudos, bomba de efeito moral. Houve muita violência por parte da PM que chegou a agredir mulher grávida, obrigou jovens a ficar ajoelhados, destruíram sonhos de famílias que só tinham aquilo para viver. Não houve notificação formal e direta. A PM chegou e já houve a reintegração violenta. Muitos só conseguiram tirar a família de dentro de casa, saíram com a roupa do corpo, não conseguindo salvar nenhum objeto ou pertence. Aproximadamente 56 famílias ficaram em situação de extrema pobreza e necessidade, vivendo nas ruas do entorno, entre elas, uma família com 7 crianças. Não houve nenhum tipo de reassentamento, apenas uma espécie de cadastro para que as famílias removidas entrem na fila de unidades do PMCMV e, até serem contempladas, foi oferecido o bolsa aluguel de R\$ 100,00.

Na localidade não havia sistema de coleta sanitária, a água e a energia eram de ligação clandestina. Houveram dois abaixo assinados, solicitando água e energia, mas não foram atendidos. O terreno é acidentado, então a água corria de forma superficial, mas não acumulava. A coleta de lixo passava fora da comunidade, era necessário levar o lixo até os containeres na adjacência. Não havia iluminação pública e existe uma via de acesso para veículos. As vias eram de areia solta e haviam pontos de ônibus próximos e eram bem servidos de transporte público e com acesso a taxi e mototaxi.

Ao lado da comunidade tinha escola, posto de saúde e comércio. Na comunidade havia campo de futebol que era destinado ao lazer dos moradores. Foi solicitado área para construção de uma igreja, porém a solicitação não foi atendida e a igreja passou a funcionar na própria casa dos moradores.

O primeiro barraco do entrevistado era de lona, depois de 8 meses construiu uma casa de alvenaria onde gastou R\$ 7 mil e utilizou mão de obra própria. A maioria das casas iniciava de lona e, posteriormente, no intuito de se proteger de incêndios ou balas perdidas, passava para alvenaria sem revestimento. As recomendações eram de casa de apenas 1 cômodo, pela insegurança da permanência.

De acordo com o Jornal OPovo, um ano depois, em fevereiro de 2015, as obras da construção das unidades habitacionais do PMCMV ainda não foram iniciadas. Existe apenas um descampado cercado por tapumes⁵¹.

Entrevista 04:

Entrevista realizada no dia 30.08.2014, através da internet⁵², com uma integrante do Comitê Popular da Copa Fortaleza, porém não diretamente atingida pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014.

Larissa: Como se deu a formação do Comitê em Fortaleza?

Entrevistada: Desde o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 começaram também as preocupações das organizações da sociedade civil sobre como ocorrer o processo de adaptação das cidades para receber o evento, sobre que orçamento seria destinado a essa ação, os possíveis impactos positivos e negativos para a população em geral e, especialmente a população empobrecida da cidade e para aquelas comunidades que residem em áreas com histórico interesse especulativo sobre a terra e, também, preocupações com o turismo para fins sexuais, remoções compulsórias, dentre outras. Por volta de setembro de 2009, houve um encontro das organizações

⁵¹

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/20/noticiasjornalcotidiano,3395333/um-ano-apos-despejo-de-familias-no-alto-da-paz-obra-nao-foi-iniciada.shtml>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

⁵² A entrevista foi realizada de forma digital. O roteiro com as perguntas foi enviado por email e foi respondido diretamente pela entrevistada. Desta forma, o texto apresentado é a reprodução exata das respostas recebidas.

da sociedade civil e demais interessados, que vinham discutindo essas questões, para formar, de fato, o comitê popular da copa em Fortaleza, espelhado em partes no comitê social do Rio de Janeiro quando esta cidade recebeu os jogos do Pan, em Fortaleza, o comitê surgiu para monitorar o Estado e incidir sobre as violações de direitos (moradia, educação, mobilidade, exploração sexual) para recebimento do evento esportivo Panamericano, especialmente no que tange a remoção das famílias para a construção de obras de mobilidade e os gastos do orçamento público para obras voltadas para o recebimento do evento esportivo, em detrimento das necessidades históricas da população (moradia, escolas, políticas públicas para infância, dentre outras).

L: E a aproximação com as comunidades ameaçadas? E Entre elas? Quais as primeiras comunidades?

E: Muitas das organizações que fundaram o comitê já tinham atuação em diversos espaços da cidade, tendo contato direto com as comunidades ameaçadas de remoção. Outra forma de aproximação foi através das ameaças do Estado ao direito de moradia das famílias ao apresentar os projetos de intervenção a cidade. A partir da criação do comitê popular de Fortaleza o contato com as comunidades e a mobilização através do diálogo com associações de bairro e de comunidades, dentre outros, passou a se intensificar, no início com comunidades do Lagamar, Passare e Bela Vista, bairros onde se vislumbrava maiores impactos devido as intervenções do Estado.

L: Quais movimentos fazem parte do CPC?

E: Da formação do comitê popular da copa até os dias de hoje, muitas organizações da sociedade civil estiveram presentes no comitê, seja de forma orgânica ou pontual. Atualmente, nas últimas assembleias do comitê, ao que me recordo, estiveram presentes algumas organizações que posso citar: CEDECA Ceará, Coletivo na Rua, Coletivo Urucum, Renap, Comunidades Rio Pardo, João XXIII, Caminho das Flores, Esplar, Jubileu Sul, Conlutas, Crítica Radical, Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo Nigéria, MLDM, Rede Dlis, MCP, Comitê pela desmilitarização da polícia, dentre outras;

L: Pode-se dizer que o CPC é oriundo de movimentos de moradia?

E: Em Fortaleza? Ele teve/tem participação ativa e orgânica dos movimentos de luta pela moradia, mas creio que não podemos dizer assim, diretamente, que ele é oriundo do movimento de moradia, pois, para mim, ele é justamente a convergência de diversas pautas das organizações sociais da cidade e preocupações de violações de direitos devido a reformulação das cidades para receberem o evento Copa do Mundo de 2014. Uma das preocupações e lutas mais emblemáticas do comitê popular foi/é, sem dúvida, contra a remoção compulsória de famílias e pelo direito a moradia digna, mas desde sua formação ele aborda outras temáticas como a violência institucional, o debate do destino das verbas públicas, a falta de prioridade aos direitos de crianças e adolescentes, o combate ao turismo sexual, dentre outras.

L: Em quais outras pautas o CPC atuou e como?

E: Remoção; Debate sobre o orçamento público (destino das verbas x prioridades da cidade / endividamento do Estado); Exploração sexual de crianças e adolescentes; Mobilidade Urbana; Flexibilização da legislação; Direito ao trabalho; Segurança Pública, dentre outros.

L: Qual a justificativa oficial para as remoções?

E: A justificativa oficial é sempre a de que as obras trarão benefícios para população da cidade e que as famílias removidas terão moradias melhores e com infraestrutura, o que se mostrou, a respeito do que já cogitávamos nos início do comitê, uma inverdade. Esse é o discurso histórico utilizado para empreender obras em Fortaleza e justificar remoção de famílias pobres.

L: Quantas famílias foram removidas?

E: Não posso te dar esse número fielmente.

L: Quantas famílias ainda estão ameaçadas de remoções?

E: Não posso te dar esse número fielmente.

L: Quais as comunidades removidas?

E: Parte da comunidade Aldaci Barbosa, tem outras, mas agora não posso te dar os nomes com certeza.

L: Ainda existem comunidades sob ameaça de remoção?

E: Sim, ainda existem, pois parte dos projetos não foram concluídos a tempo do mundial.

L: Como acontece negociação junto ao poder público?

E: Sugiro que você converse com alguém do escritório Frei Tito de Alencar que acompanhou judicialmente casos de comunidades ameaçadas.

L: Sobre o MCMV destinado as famílias removidas, localizado no Conjunto José Walter, todas as famílias vão ser removidas para lá? Em que pé andam as obras?

E: Todas as famílias ameaçadas, não. Mas uma parte das famílias atingidas. O residencial Cidade Jardim já foi entregue a parte das famílias removidas e existe uma outra parte sendo remanejada. Ele não foi construídos primeiramente para esta demanda, ao que eu me lembre, ele é fruto de uma luta e mobilização do movimento de moradia que ocupou um terreno naquela área. Com o passar do tempo, o município empreendeu junto com construtoras um enorme projeto de construção de apartamento pelo MCMV para o público com ganhos entre 0 e 3 salários, mas também com áreas destinadas para o público entre 3 e 10 salários, pois, aquela área da cidade, no bairro José Walter, possui grandes glebas de terra há muitos anos sem uso, usufruindo agora de ganhos para os proprietários devido esse processo de especulação e não cumprimento de uma função social, como diz a legislação.

L: Uma senhora que entrevistei, da comunidade João XXIII, disse que estavam na luta para não ir para o Zé Walter, e sim para um terreno que tem na Cidade 2000. Como anda essa negociação? Esse terreno é da Prefeitura? Está destinado à construção de MCMV?

E: Não posso te responder isso com certeza.

Entrevista 05

Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2014, pela internet, através de Skype, com um integrante do Comitê Popular da Copa Fortaleza e também integrante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), porém não diretamente atingido pelas obras em função da Copa do Mundo FIFA 2014.

Larissa: Como foi a formação do CPC em Fortaleza? Como articulou as comunidades participantes e qual histórico dessas comunidades?

Entrevistado: O CPC de Fortaleza foi o primeiro e serviu de modelo para pros outros. Foi inspirado no Comitê dos Jogos Pan-Americanos do Rio. Teve um seminário com a Raquel Rolnik e um dos encaminhamentos era que instituísse o CPC Fortaleza.

Teve muitos altos e baixos. O Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), por exemplo, rompeu com a ANCOP. Teve uma assembleia com umas 70 pessoas e rolou a divisão. O MLDM surgiu do CPC. O MLDM é um movimento principalmente dos moradores da Trilha do Senhor e tem um ou outro representante de outras comunidades. O núcleo mesmo é na comunidade dos trilhos. Eles surgiram e se organizaram no CPC, não havia MLDM até então, eram os moradores organizados no CPC. Aí um grupo de anarquistas colou na comunidade e aí ficaram fazendo trabalho porque tinha presença de partido no CPC e fizeram esse tipo de trabalho e convenceram o pessoal a sair do CPC. Mas não tem nenhum anarquista que mora na comunidade. Todos são de fora. Foi muito mais um trabalho de colar lá e participar de todas as atividades da comunidade e viraram amigos do pessoal e o pessoal saiu do CPC. Aí eles (MLDM) saíram do CPC e começaram a tentar deslegitimar o CPC, tipo quando ia ter um ato chegava na imprensa dizendo que o CPC não falava pelos moradores. Não eram os moradores que falavam isso, sim o pessoal do Organização Resistência Libertária (ORL) que é o pessoal da MLDM. E aí eles tentavam fazer esse tipo de trabalho, mas os moradores mesmo sempre mantiveram o diálogo com o CPC, até porque tinham outros moradores de outras comunidades que não foram com eles, tipo da Comunidade Lauro Vieira Chaves, o pessoal da Parangaba. Mas o núcleo

mesmo do CPC de moradores era mais da Lauro Vieira Chaves. Fizemos algumas ações em conjunto com o MLDM, mesmo após o rompimento, como atos, tentamos fazer o dossiê, eles estavam participando junto com a gente, mas o dossiê não foi concluído, apesar de ter bastante material. Vou te passar a senha do email pra você olhar as pastas com cada capítulo do dossiê que a gente pensou, aí tem material nas pastas. Vou te passar o email e a senha.

L: Quem era mais atuante dentro do CPC enquanto comunidade era a Lauro Vieira Chaves?

E: Sim. E a Parangaba. Inclusive eles (Parangaba) não se reconheciam como comunidade, assim, não tinham uma identidade própria, foram se reconhecendo enquanto comunidade no processo de luta. E aí tem um dos moradores que puxou e aí eles criaram um nome pra comunidade que não tinha antes, Comunidade das Flores, foi isso.

L: Toda Comunidade do Trilho que constitui a MLDM saiu do CPC e ficou só com o MLDM, mas antes não era articulada, é isso?

E: Sim. O MLDM surgiu em torno da Copa do Mundo, assim como o CPC que surgiu especificamente assim, inclusive o discurso deles era esse, que quando acabasse a Copa acabava o MLDM, o discurso de algum deles, era isso.

L: Mas a Comunidade do Trilho, por exemplo, já teve outras ameaças e não existia nenhum tipo de luta lá dentro? Assim, porque o trilho são várias comunidades, mas nem separadamente havia alguma articulação?

E: Algumas pessoas do trilho já estão ameaçadas de remoção pela terceira vez. Não sei informar porque das ameaças anteriores. No final da década de 90, ali na Via Expressa, grande parte dos moradores da Comunidade do Trilho morava do outro lado do trilho e quando foi expandir e alargar a Via Expressa eles foram removidos. Eles moravam do outro lado, no governo do Juraci Magalhães (prefeito de Fortaleza pelo PMDB 1990-1993 e 1997-2005), e ao que parece eles não tinham organização, eles relatam que o pessoal chegava lá de madrugada expulsando as famílias das casas pra fazer a Via Expressa. Isso com as famílias que não queriam sair, os que resistiam, mas, assim, parece também que muitos saíram espontaneamente porque a indenização era

compatível, era uma boa indenização, segundo eles dizem, era uma boa indenização. O Juraci parece que fazia isso, conheço outras experiências que ele pagava, pelo menos as pessoas relatam que ele pagava bem, que eles podiam comprar outra casa em um local tranquilo. Teve isso. Então, tipo há uns 10 anos, acho que em 1999, houve a remoção do outro lado da avenida, depois vieram pra o lado atual e depois, agora, estão ameaçados de remoção de novo.

L: Então todas essas comunidades ameaçadas por conta da Copa não têm a ver com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980? Com os moradores do Pirambu, por exemplo?

E: Tem um histórico de luta ligado à Pastoral, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Inclusive a igreja que tem lá (na Comunidade dos Trilhos), a capela, foi construída pelos próprios moradores, dentro desse processo de CEBs, de teologia da libertação, lá na década de 1980. Eles têm esse histórico aí, é tudo religioso, católico.

L: Mas é só o pessoal do Trilho? Por exemplo, o pessoal da Lauro Vieira Chaves e da Parangaba também?

E: O pessoal da Lauro Vieira Chaves já tem outro processo, eles são inclusive evangélicos.

L: Na gestão da Luizianne Lins (prefeita de Fortaleza pelo PT 2005-1012) teve ameaça nessas áreas ou eles permaneceram sem nenhum tipo de ameaça, todas essas comunidades que depois foram ameaçadas em função da Copa?

E: Não dessas obras. Na Lauro Vieira Chaves acho que ia ter o alargamento da avenida que passa lá, mas não sei como é isso, se é da prefeitura. Porque ali ele pegou a comunidade de trás pra frente. Porque o VLT ia passar lá atrás, mas também tem a história do alargamento da avenida. Parece que algumas famílias já estavam cientes que... eu acho que era uma obra da prefeitura. Mas enfim, isso aí nem foi efetivado, de fato. Não sei de nenhuma ameaça por parte da gestão da Luizianne não.

L: Mas no geral a gestão da Luizianne não teve isso de remoções?

E: Também não lembro.

L: As primeiras comunidades que se articularam ao CPC foi a do Trilho e a Lauro Vieira Chaves, mas depois, com a criação do MLDM dentro do próprio comitê houve o racha e teve toda essa intervenção do movimento anarquista, sendo que não são moradores das comunidades?

E: Isso. Nenhum era morador.

L: Não tinha movimento já formado anteriormente que faz parte do CPC? Tipo movimento de mulheres, movimentos negro, movimento de moradia que já fosse formado anteriormente e que compusesse o Comitê? O CPC se define como articulação?

E: É. Se define quanto articulação, só que alguns moradores que não eram anteriormente organizado se aproximaram. Na realidade tinha alguma organização. O pessoal da Lauro Vieira Chaves tinha uma comissão da comunidade, que eles chamavam. Que era um núcleo aí de cinco ou três pessoas que coordenavam uma coisa maior que era a comunidade. Eles já tinham uma organização, só que eles não tinham movimento, eles não eram um movimento, eles chamavam de comissão de moradores. Mas o Comitê não é um movimento, se propunha a aglutinar os movimentos da cidade, movimentos de pessoas, cidadão, que queriam fazer frente aos processos de remoção em função da Copa. Não só de remoção, depois tentou ampliar, no final conseguiu ampliar bastante pra outros setores.

L: O CPC tem uma ligação direta com o Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente)?

E: Sim.

L: Então ele foi bem atuante nesse caso da exploração sexual, exploração infantil, exploração de mulheres?

E: Também. Sempre tinha alguém do Cedeca que acompanhava o CPC e pautava essas questões de exploração de mulheres, crianças e adolescentes.

L: E tinha algum movimento de ambulante ou de população em situação de rua?

E: Esses setores não lembro de terem aparecido. Não lembro deles em algum espaço. Eu sei que a APROCE (Associação das Prostitutas do Ceará) no final do CPC se aproximou muito, participou bastante.

L: Então a relação que existia entre os movimentos da Copa que compuseram o CPC e os movimentos das décadas de 1970 e 1980 são esses que são ligados às CEBs?

E: É, porque o que tinha antes, na década de 1980 em Fortaleza era a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), era a CEBs e eram as associações de bairro. A FBFF não participava do CPC, mas sim do Comitê Oficial, criado na Assembleia Legislativa, que aí tinha parlamentares, tinha o pessoal do governo, das secretarias, era o Comitê Oficial. A FBFF nunca participou do CPC, segundo eles porque não tinha espaço, mas na verdade é porque era opção política deles. A Central Única das Favelas (CUFA) nunca nem se interessou. A FBFF é que de vez em quando dizia que tinha interesse de participar do CPC, mas nunca foi de fato. E por outro lado eles participavam desse Comitê Oficial, que eles, inclusive, chamaram de Comitê talvez, talvez não, certamente pra enfraquecer a ideia do Comitê Popular da Copa. A CUFA se propunha a mediar os conflitos lá no processo de remoção, umas coisas bem sem noção. Teve até um dia que a presidenta da FBFF me ligou falando “nossa, que absurdo, a CUFA ta fazendo isso e tal” e eu “pois é, vocês não deveriam nem estar nesse espaço, legitimando esse espaço, mas...” Mas eles são muito, hoje em dia praticamente a FBFF não existe, não existe movimento organizado ali.

L: Mas o CPC surgiu desse seminário com a Raquel Rolnik...

E: Esse seminário foi promovido pelo Ceará Periferia.

L: Mas isso significa que o CPC é oriundo dos movimentos de moradia?

E: Possivelmente. Eu não participei desse seminário, não sei qual foi o perfil, o caráter. Mas imagino que sim. Tinha gente de movimento mas também tinha gente da universidade, da academia.

L: E depois da passagem da Copa, porque, por exemplo, o VLT não ficou pronto, mas as obras pra continuação seguem ameaçando as famílias. Então o que se espera?

E: Tem todo esse contexto, eles já gastaram muito dinheiro com o VLT. Penso que seria um desastre total, muita irresponsabilidade se abandonar a obra. Mas eu acho que não precisava nem fazer isso. Do ponto de vista da mobilidade o VLT não resolve absolutamente nada. Basta dizer duas coisas: está do lado de uma Via Expressa e o trajeto dele é exatamente o trajeto do antigo trem de carga. Esse trajeto não foi pensado a partir de um plano de mobilidade e além disso ainda tem dois terminais de ônibus ligando exatamente o mesmo trecho que é o Parangaba-Mucuripe (Papicu), que tem ônibus o tempo inteiro circulando nesse trajeto. Aí vem o secretário e diz que vai ter 90 mil pessoas por dia, mas isso é só se todo mundo parar de pagar ônibus e for pro VLT. Mas quem garante que isso vai acontecer? Só se o preço for bem mais baixo que o do ônibus.

L: Tem o dado exato de quantas pessoas foram removidas em função da Copa, que não seja o dado oficial do governo?

E: A gente trabalhava com o número de 3500 a 4000 famílias. Eu participei do GT Moradia Adequada, representando a ANCOP. A primeira missão do GT foi em Fortaleza, mas nós fomos a várias cidades. Rio, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador. As reuniões que eram com o pessoal do governo eram fechadas. Aí a gente teve uma reunião com o secretário de infraestrutura, na época o VLT era ligado ao Metrofor, então também estavam o chefe do Metrofor, os técnicos, os engenheiros e aí eles deram um dado que era de 2145 casas removidas. Eles dizem casas igual a famílias. Só que a gente pegava esses dados, e fazia o cálculo utilizando que em torno de 30% dessas casas tem mais de uma família. Então daria aí esses dados que te falei, em torno de 3500 famílias. Aí se colocar 3,5 ou 4 pessoas por família, dá em torno de 12 mil pessoas removidas. Mas era muito por cima.

L: Mas esses números são estimados, era previsão, mas essas pessoas não foram todas removidas, né?

E: Não. A gente trabalha com conceito de ameaças e remoção.

L: Mas os removidos de fato, não tem esse número exato?

E: Não tenho ideia.

L: Os dados da ANCOP tem de 250 e 270 mil pessoas, mas são ameaçados e removidos.

E: Quando eu fiz o cálculo para a ANCOP eram 255 mil pessoas e arredondamos para 250 mil. Ameaçados e removidos da Copa e das Olimpíadas. A Comunidade da Vila Autódromo, por exemplo, contou nesses dados aí também.

L: Mas então todas as comunidades que estavam ameaçadas antes da Copa elas continuam ameaçadas agora depois da Copa, por conta da possibilidade da continuação dos projetos que não foram concluídos?

E: Sim.

L: Ou tem alguma comunidade que estava ameaçada e não está mais?

E: Não. Eu acredito que não. Porque eles não mudaram o trajeto do VLT, então o projeto está lá inalterado e o que eu soube é que o governo anunciou que não ia sair pra Copa, mas que eu saiba a obra tá em andamento. Tem até que averiguar isso.

L: E tem algum caso que toda comunidade já tenha sido removida em função das obras da Copa?

E: Não. Ameaçada sim, mas que já tenha sido removida mesmo não.

L: Mas, por exemplo, toda a Comunidade do Trilho está ameaçada?

E: Não, em alguns casos, parte da casa. Eles perdem três, quatro metros da casa.

L: Sobre o Conjunto Habitacional Cidade Jardim (CHCJ), é a única opção de todos os moradores serem removidos é ir para lá? E a indenização?

E: Então, o governo prometeu que ia ver terrenos próximos. O pessoal da Lauro Vieira Chaves, seguindo a promessa do governo, conseguiu um terreno lá próximo para serem deslocados para lá. Só que eu não sei como está isso, se eles cumpriram com a promessa deles.

L: A última vez que conversei com um morador da Lauro Vieira Chaves ele falou dessa possibilidade de serem removidos para esse terreno, mas que até o momento dessa conversa (maio 2014), nada havia sido feito e o governo continuava com as obras apenas do CHCJ.

E: Segundo eles, o governo tinha dito que ia fazer isso, mas eles (os moradores) pediram um documento por escrito, pra não ficar só na palavra dita, mas ao que se sabe é que o governo nunca deu. Nem sei, mas acho que não deve ter saído esse outro projeto de realocação não. Mas tem alguns casos bem emblemáticos desses de remoção, tipo ao lado da Lauro Vieira Chaves tem a Comunidade Aldaci Barbosa, que é muito claro. Estava aqui a linha do trem, aqui tinha um terreno vazio, ao lado da comunidade, e eles iam instalar a estação em cima da comunidade, sendo que do outro lado tinha um terreno vazio. É muito claro o processo de remoção. Lá na Lauro Vieira Chaves, se você for ver o trajeto da linha do trem, ela vem lá do Mucuripe, aí vem fazendo uma curva, chega lá na Lauro Vieira Chaves, aí ela passa por trás da comunidade. Simplesmente que o projeto do VLT vem desde o Mucuripe acompanhando o trajeto da antiga linha de carga, e ao invés dele passar por trás, eles mudaram o trajeto exatamente nesse momento pra passar por cima da comunidade. Isso aí no projeto original, aí a comunidade bateu muito, eram mais de 200 casas removidas e eles conseguiram reverter esse número.

L: Sim, da última vez que conversei com o morador de lá ele me passou esse dado exato, inclusive ele foi um dos removidos.

E: Sim, sim, ele sabe disso perfeitamente.

L: E a Aldaci Barbosa, eles conseguiram reverter isso e que o governo implemente a estação no terreno vazio do outro lado da rua?

E: Sim, conseguiram. E não só lá, também lá na Comunidade João XXIII. Era o mesmo caso de ter um terreno vazio próximo e de no projeto a estação estar bem onde é a comunidade.

L: A última vez que falei com uma moradora da Comunidade João XXIII, em maio de 2014, ela me disse que eles estavam tentando pressionar o governo para serem removidos pra um terreno que tem na Cidade 2000, porque eles não querem ir pro CHCJ no José Walter.

E: Sim, sei desse terreno, mas é área do Parque do Cocó, então tem esse problema, resolve uma questão habitacional, mas gera um problema ambiental.

ANEXO B – GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: ____/____/____

Dados gerais:

Nome: _____

Idade: _____ Gênero: _____ Grau de instrução: _____

Ocupação: _____ Naturalidade: _____

Situação conjugal: () Solteiro/a () Casado/a () Separado/a Viúvo/a () União estável

É chefe de família? () Sim () Não

Ano em que veio morar em Fortaleza: _____ Por quê?

Onde se localizava sua primeira moradia em Fortaleza: _____

Era: () casa () apartamento () outra tipologia – qual? _____

3 pontos positivos e 3 negativos de viver em Fortaleza. (para quem não é natural de Fortaleza)

Características gerais:

Nome da comunidade: _____

SER: _____ Bairro: _____

Início da comunidade: Ano: _____ () Sem informação

Ano em que veio morar na comunidade: _____ Por quê?

Como é sua convivência com outros/as moradores/as da comunidade?

Situação fundiária:

Sua casa é: () Própria () Alugada () Cedida () Outro _____

Domínio do terreno onde sua casa está localizada:

() Público: () União () Estado () Município

() Privado

() Sem informação

Existência de processo jurídico: () Sim () Não () Sem informação

Características físicas (da sua casa):

Sistema de esgotamento sanitário: () Rede geral pública () Rede geral pública parcial () Outros () Não () Sem informação

Sistema de abastecimento de água: () Rede geral pública () Rede geral pública parcial () Outros () Não () Sem informação

Sistema de drenagem das águas pluviais (sua rua): () Rede geral pública () Superficial () Não () Sem informações

Coleta de lixo (sua rua): () Coleta pública () Coleta pública parcial () Sem coleta () Sem informação

Energia elétrica:

Domiciliar: () Com medidor () Parcial com medidor () Sem medidor () Sem informação

Iluminação pública (da sua rua): () Rede oficial () Rede não oficial () Não possui () Sem informação

Sistema viário (da sua rua):

É uma via de acesso para veículos: () Sim () Não

A via é pavimentada: () Sim () Não

Pontos de ônibus (a pé da sua casa): () 0 a 5 Min () 5 a 10 Min () 10 a 15 Min () Acima de 15 Min

Tem acesso a táxi? () Sim () Não – Tem acesso a mototáxi? () Sim () Não

Equipamentos comunitários:

Dentro da comunidade: () Escola () Posto de saúde () Posto policial () comércio () Equipamento esportivo (Ex.: quadras, aparelhos de ginástica, musculação, pista de corrida, campo de futebol) () Equipamento religioso () Equipamento cultural (Ex.: anfiteatro, teatro, cinema) () Centro comunitário () Serviços (Ex.: salão de beleza, lan house, correios, bancos) () Outros () Sem informação

O/A senhor/senhora ou alguém da sua família usa ou já fez uso de algum desses equipamentos? () Sim () Não – Se sim, quais?

Fora da comunidade (r = 800 m): () Escola () Posto de saúde () Posto policial () comércio () Equipamento esportivo (Ex.: quadras, aparelhos de ginástica, musculação, pista de corrida, campo de futebol) () Equipamento religioso () Equipamento cultural (Ex.: anfiteatro, teatro, cinema) () Centro comunitário () Serviços (Ex.: salão de beleza, lan house, correios, bancos) () Outros () Sem informação

O/A senhor/senhora ou alguém da sua família usa ou já fez uso de algum desses equipamentos? () Sim () Não – Se sim, quais?

Tipologia (da sua casa):

Gabarito: () Horizontal (até 2 pavimentos) () Vertical (acima de 2 pavimentos) () Sem informação

Padrão construtivo: () Material improvisado () Alvenaria sem acabamento () Alvenaria com acabamento () Outro () Sem informação

Sua casa já passou por alguma reforma? () Sim () Não

O senhor considera o tamanho da sua casa: () Mais que suficiente () Suficiente () Pequena () Muito pequena

Adequação ambiental (da sua casa):

Risco ambiental: () Inundação () Alagamento () Deslizamento () Soterramento () Erosão () Construtivo () Sem risco

Socioeconômico:

Organização comunitária: () Associação () Conselho () CEBs () Outros () Não existe () Sem informação

Qual o nome da organização? _____

Participa ou já participou? () Sim () Não

Tem liderança comunitária? () Sim () Não – Fale um pouco sobre a liderança

Número de residentes na sua casa _____

Sua moradia é utilizada para: () Somente uso residencial () Comércio.
Qual? _____ () Atividade religiosa () Aluguel de
cômodo ou cama () Outros. Quais? _____

Situação econômica: () Empregado. Função _____

() Desempregado () Pensão / aposentadoria
() Trabalho informal. Qual _____

Qual a renda mensal da sua família? _____

Acha que é suficiente? () Sim () Não – Porque?

Recebe algum benefício social? () Sim () Não – Qual? _____

Qual sua opinião sobre o benefício que recebe?

Em que bairro o senhor/a senhora trabalha? _____

Qual seu meio de locomoção até o trabalho? _____

Quanto tempo leva até o trabalho? _____

Qual seu gasto diário com locomoção para o trabalho? _____

Qual seu principal meio de transporte? _____

Qual seu gasto médio mensal com transporte? _____

Qual sua opinião sobre oportunidade de trabalho no seu bairro? E em Fortaleza?

Lazer:

Como o/a senhor/senhora se divertem? (EX.: praia, cinema, teatro, bares, centro
cultural) () Sim () Não – Se sim, qual? _____

E seus/suas filhos/filhas e/ou netos/netas? _____

O que acha que a comunidade deveria ter destinado ao lazer?

Sobre a luta:

Quantas famílias estão ameaçadas de remoções? _____

Quais as propostas por parte do poder público: () Indenização () Reassentamento
chave a chave () Reassentamento posterior () Financiamento () Aluguel social
() Outros_____

No caso de indenização, qual o valor médio da indenização?_____

No caso de reassentamento a população foi consultada sobre a nova localização? ()
Sim () Não

No caso de reassentamento, qual a localização e qual a distância da atual moradia
para a futura?_____

Há quanto tempo a comunidade está na luta contra as remoções? _____

Qual a justificativa (oficial e não oficial) para as remoções?

Explique um pouco da história de luta.

A comunidade se articulou de que forma ao Comitê Popular da Copa?

Já houve alguma remoção? () Sim () Não – Se sim, quantas?_____

As remoções são feitas em diálogo com os moradores? () Sim () Não

Fale um pouco sobre o processo de marcação e remoção.

Houve alguma vitória? () Sim () Não – Se houve, fale sobre.

Fechamento:

Como avalia sua comunidade? () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

Cite 3 pontos positivos e 3 negativos de morar na comunidade.

O que esperam com o Encontro dos Atingidos?

ANEXO C – TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Larissa de Alcantara Viana, convido você a participar da pesquisa de mestrado que tem por objeto A atuação dos movimentos sociais no contexto da exacerbação da cidade mercadoria: Habitação X Copa e o processo de luta e resistência relacionadas às remoções em Fortaleza – CE. Para tanto serão realizadas aplicações de questionários e entrevistas gravadas.

As informações e os resultados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é aluna do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), na área de concentração Habitat, linha de pesquisa Participação Social e Políticas Públicas a Produção e Gestão do Habitat, residente na cidade de São Paulo, telefone (11) 98144.8590 e é orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Camila Loffredo D’Ottaviano

Eu, _____,
RG _____, estado civil _____,
declaro para os devidos fins que fui informado/a sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e autorizo o uso dos dados disponibilizados através de questionário e/ou minha entrevista gravada para **LARISSA DE ALCANTARA VIANA, RG: 2000029020671**, integralmente ou em partes sem restrições de prazos desde a presente data, desde que seja preservado meu nome.

Assinatura do entrevistado

Assinatura da pesquisadora

Belo Horizonte – MG, _____ de Maio de 2014.

ANEXO D – Consulta realizada ao Comitê Popular da Copa Fortaleza pela Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada, na época tendo como relatora a urbanista Prof^a. Dr^a. Raquel Rolnik.

QUESTÕES:

Relatoria: As comunidades que estão sendo afetadas pelas remoções estão dentro de perímetros de obras de infra-estrutura ou outras obras ligadas a renovações urbanas?

Comitê Popular da Copa Fortaleza: Sim. Mas existem também comunidades ameaçadas de despejo que não estão no perímetro das obras, mas em regiões próximas de especulação imobiliária e valorização. A ameaça de despejo não se justifica explicitamente nas obras, mas na insegurança da posse pela falta de regularização jurídica.

R: Qual a metodologia de trabalho utilizada para se definir o número de remoções?

CPC: A metodologia do Estado é imprecisa e esse é um dos motivos de questionamento dos movimentos sociais e organizações de direitos humanos.

Ao que parece, é feita uma contagem do número de casas a partir de mapas aéreos dos locais onde haverá intervenção. Esse é o dado que alimenta os estudos de impacto ambiental e as informações dadas à imprensa e às comunidades.

Após os cadastramentos nas comunidades, quando ela consegue exercer o controle sobre ela, é possível saber realmente quantas casas serão afetadas e o número de famílias, embora não exista uma sistematização pública com esses dados.

R: Como têm sido tratadas, nos contextos das remoções, as diferentes situações de posse (ocupação, aluguel, concessionários – CUEM, CDRU, etc)?

CPC: Em Fortaleza, como há várias obras que estão causando remoções, o tratamento que é dado depende da resistência oferecida pelas comunidades. Esse é o verdadeiro critério que diferencia a garantia de direitos da população.

Até mesmo no caso do VLT, em que foi editada uma lei para regular as situações (reassentamento, indenização do valor da posse, aluguel, etc), o tratamento é diferente entre as comunidades. Por exemplo, onde não houve resistência coletiva, os valores indenizatórios foram mais baixos e não se buscou alternativas para garantir a permanência dos moradores.

Até onde sabemos, pelo menos até a última gestão da PMF, o Município não utilizava a CUEM por considerá-la inconstitucional.

Nos casos de ocupação de terras da União, como nos terrenos de marinha em que os moradores pagaram foro; ou em áreas em que órgãos federais permitiram a construção de imóveis (ex: RFFSA) isso não é considerado e a remoção ocorre do mesmo jeito.

As ocupações, por mais antigas que sejam, são tratadas sob a ótica da ilegalidade.

No entanto, por exemplo, no caso de moradores que fizeram acordo administrativo na desapropriação de poucos metros do seu imóvel o Estado tem se negado a garantir a proteção do remanescente, sob o argumento de ser uma invasão.

No caso do VLT, a lei 15056/2011, alterada pela lei 15194/2012 assegura o recebimento de unidade habitacional para o locatário em local a ser escolhido pela SEINFRA. Mas se ele não quiser a unidade, recebe apenas o auxílio-social de 6 mil reais. O problema é que as unidades oferecidas são em conjuntos que não estão construídos e são distantes do local de moradia, sendo o principal deles o “Cidade Jardim”.

R: Os processos de remoções são somente administrativos ou têm sido precedidos por ações judiciais? Mesmo quando se restringem a processos administrativos, há mesmo assim a intervenção do Ministério Público ou da Defensoria Pública?

CPC: De forma geral, a estratégia do Estado é forçar o acordo administrativo. O argumento é que na ação judicial de desapropriação haverá menos garantias (o dinheiro só poderá ser levantado posteriormente, a imissão de posse será cumprida com força policial, etc).

No caso de moradores que residiam no entorno do Estádio Castelão, a PMF alegou que se os moradores não aceitassem o acordo ofereceria judicialmente apenas metade do valor que estava sendo ofertado no âmbito administrativo.

No caso do VLT foram ajuizadas 35 ações judiciais referentes a moradores do bairro Parangaba, que não aceitaram o acordo administrativo. Após o ajuizamento da ações, na maior parte dos casos, foram feitos acordos administrativos, com a conquista do remanescente do imóvel.

A Defensoria Pública e o Ministério Público Federal tem acompanhado a discussão sobre a

remoção de comunidades, especialmente as atingidas pelo VLT, no sentido de questionamento, monitoramento e discussão de alternativas aos projetos. O MPE recentemente montou uma comissão para tratar dos impactos de obras da Copa que se propõe a garantir direitos nos processos de remoção, embora ainda não tenha avançado na discussão com o Estado. Essa comissão está marcando audiência pública para tratar sobre os critérios de avaliação de imóveis e valores indenizatórios, que já foi adiada duas vezes por causa da PGE.

R: Com quanto tempo de antecedência as comunidades têm sido avisadas sobre a necessidade das remoções?

CPC: Apenas quando o governo anuncia o projeto, o que já é feito na sua fase de implementação (licenciamento ambiental e processos licitatórios já em andamento). Em alguns casos, como no caso do Projeto Rio Cocó, fases da implantação da obra e conseqüentemente as remoções são adiadas, mas tidas como certas, deixando a população na situação de insegurança.

O que todas as comunidades ameaçadas de remoção tem em comum é que esse fantasma existe há muitos anos. Isso , junto com a falta de diálogo e

informação transparente e precisa do Poder Público, faz com que, muitas vezes, a comunidade só acredite que vai acontecer quando o projeto já está em fase avançada e há poucas saídas.

R: Quais alternativas têm sido disponibilizadas às famílias removidas?

CPC: Isso também varia de acordo com a resistência das comunidades.

Em regra, os grandes projetos de remoção trazem construção de conjuntos habitacionais para parte das famílias removidas. Uma parte dessas conjuntos tem sido construído pelo programa Minha Casa, Minha Vida, o que faz com que a “fila seja furada”, e outros com recursos próprios do Estado. Em todos os casos, o conjunto não é no mesmo bairro e bem distante do local de moradia. Há casos, em que mesmo sendo geograficamente próximos, estão em territórios inimigos, em conflitos forjados pelo tráfico de drogas, com o apoio do Estado.

R: Como são planejados os reassentamentos? É elaborado um plano de reassentamento em conjunto com a população afetada? São priorizadas as realocações in situ?

CPC: Não.

R: Quando há necessidade de remoção, o local para o reassentamento tem sido construído e disponibilizado antes da retirada das famílias? Em caso negativo, qual solução tem sido adotada para garantir o atendimento provisório?

CPC: Não. No caso do VLT há uma política de aluguel social prevista na lei. No caso do Serviluz, o terreno onde a PMF pretende construir o conjunto está ocupado pela população do entorno, que terá que ser despejada (há ação de reintegração de posse).

R: Nas situações em que as famílias são atendidas com auxílio aluguel (bolsa aluguel ou aluguel social), como são calculados os valores fornecidos? Há um auxílio para que os seus beneficiários encontrem imóveis adequados? Por quanto tempo é concedido?

CPC: Existe lei municipal que cria a política do aluguel social para pessoas em situação de vulnerabilidade, mas ela não prevê valor e tem vários problemas na sua aplicação. Existe lei estadual, que previa valor de R\$200,00 para famílias que estão inseridas em projetos governamentais de habitação. Recentemente, o valor foi alterado e subiu para 400,00. A lei do VLT prevê o valor de 400,00 mas esse valor não contempla as variações do preço do aluguel nos bairros. Além disso, existe grande desconfiança da população e do próprio mercado quanto a continuidade do pagamento dos aluguéis sociais. Por muito tempo, o aluguel era pago por 2 ou 3 meses pela construtora responsável pela obra que provocava o despejo.

R: Como são calculadas as indenizações? Indeniza-se pela benfeitoria? Nas indenizações estão inclusos o valor da terra? Leva-se em conta o tempo de posse para esse cálculo? Leva-se em conta a localização do imóvel?

CPC: A regra é não para todas. Nos acordos administrativos de desapropriação no projeto do VLT, inclusive, há cláusula que diz que os moradores residem no local “desde 2010”.